





RELATÓRIO ANUAL **BM**
12 (12) DEZ.2003





RELATÓRIO ANUAL

Nº 12/ANO 12

DEZEMBRO/2003

CDI - BANCO DE MOÇAMBIQUE

Relatório Anual

Maputo

Ano 12

P1- 103

Dezembro 2003



BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central.

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2003.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Administração e Finanças
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária
Av. 25 de Setembro - BM - Sede
Telefone 258-1-318000/9 Fax 258-1-321363
C.P. 423
Internet Website: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim n° 69

Tiragem: 1.000 exemplares



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003

Relatório Anual Ano 1 n° 1 (Dez:1992) - Maputo
BM/DAF-DEE-DSB 2001
Demonstrações Financeiras;
Situação Macroeconómica; Sistema Financeiro
Reg N°05/GABINFO/DE97 CDU336 (679) 05





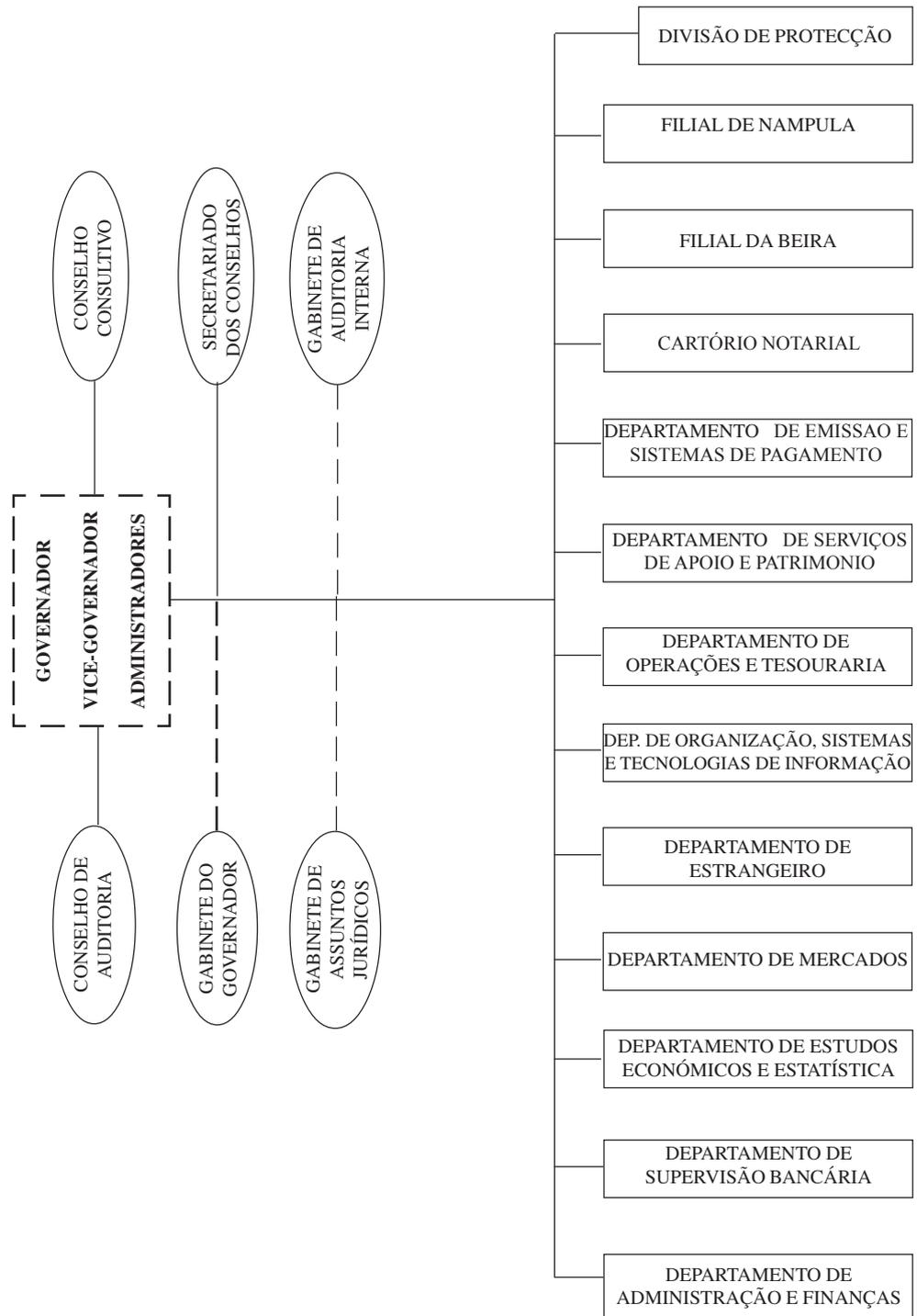
Conselho de Administração

Ao Centro
Adriano Afonso Maleiane
Governador

À Esquerda
Ernesto Gouveia Gove
Vice-Governador
Firmino Silva Santos
Administrador
Joana David Saranga
Administradora

À Direita
José Frederico Viola
Administrador
António Pinto de Abreu
Administrador
Clara Coutinho de Sousa
Administradora

ORGANOGRAMA GERAL DO BANCO DE MOÇAMBIQUE



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003

ÍNDICE GERAL

ASSUNTOS	PÁGINA
PREFÁCIO	
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aprovação do Conselho de Administração	1
Relatório dos Auditores	2
Balanço	4
Demonstração de Resultados	5
Mapa de Fluxo de Caixa	6
Movimentos ocorridos nos Fundos Próprios	7
Notas às Demonstrações Financeiras	8
II. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA	
1. Sumário Executivo	20
2. Evolução Económica Internacional	22
2.1 Síntese da Economia Mundial	22
2.2 Estados Unidos da América	23
2.3 Japão	24
2.4 União Europeia	25
2.5 América Latina	26
2.6 África do Sul	26
2.7 Zimbábue	27
3. Conjuntura Interna	28
3.1. Preços	28
3.2. Produto Interno Bruto	33
3.2.1 Produção Sectorial	33
3.2.1.1 Agricultura, Pecuária e Silvicultura	34
3.2.1.2 Indústria Transformadora	34
3.2.1.3 Outros Sectores	36
3.3 Finanças Públicas	37
3.3.1 Receitas Orçamentais	37
3.3.2 Despesas Orçamentais	39
3.3.3 Saldo e Financiamento	41
3.4 Sector Monetário	42
3.4.1 Programa monetário para Dezembro de 2003	42
3.4.2 Base Monetário	44
3.4.3 Mercado Monetário Interbancário	45
3.4.4 Taxas de juro de Empréstimos e Depósitos	46
3.4.5 Massa Monetária	47
3.4.6 Crédito a Economia	49
3.4.7 Mercado de Capitais	51



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ.2003

ÍNDICE GERAL

ASSUNTOS	PÁGINA
3.5 Sector Externo	55
3.5.1 Reservas Internacionais Líquidas	53
3.5.2 Taxas de Câmbio	53
3.5.3 Balança de Pagamentos	56
3.5.3.1 Bens	56
3.5.3.2 Serviços	58
3.5.3.3 Conta de Rendimento	60
3.5.3.4 Transferencias Correntes	61
3.5.3.5 Conta de Capitais e Financeira	61
3.5.3.6 Financiamento da Balança de Pagamentos	62
3.5.4 Dívida Externa	62
III . SISTEMA FINANCEIRO	
1. Regulamentação	64
2. Licenciamento e Contencioso	64
3. Mercado de Valores Mobiliários	65
4. Indicadores Financeiros do Sistema Bancário e sua Performance	72
4.1. Estrutura do Balanço Agregado	72
4.1.1. Rácio de transformação - depósitos ME/crédito	75
5. Indicadores de Solidez Financeira	79
5.1 Adequação de capital/rácio de solvabilidade.....	79
5.2. Qualidade dos Activos.....	80
5.3. Ganhos e Rendibilidade	82
5.4. Liquidez do Sistema Bancário	84
5.5. Risco de Mercado/Sensibilidade	85
5.6 Gestão	86
6. Estrutura dos Custos do Sistema Bancário	87
7. Quotas de Mercado Sistema Bancário	91
8. Anexos	92



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003

ÍNDICE GERAL

GRÁFICO	PÁGINA
Gráfico 1. Variação Anual do IPC	28
Gráfico 2. Estrutura das Receitas	38
Gráfico 3. Estrutura das Despesas Totais	40
Gráfico 4. Evolução das Taxas de Juro do MMI.....	46
Gráfico 5. Evolução das Taxas de juro a Retalho	46
Gráfico 6. Massa Monetária - Taxa de Variação Anual	47
Gráfico 7. Evolução dos DPs e Dos - Saldos em mdc	48
Gráfico 8. Crédito à Economia - Variação Anual.....	50
Gráfico 9. Evolução Acumulada do CE	50
Gráfico 10. Crédito à Economia por Sectores - Fluxos	51
Gráfico 11. Crédito à Economia por Sectores - Saldos	51
Gráfico 12. Paridade MZM /USD e MZM/ZAR	54
Gráfico 13. Paridade MZM/Euro e ZAR/Euro	54
Gráfico 14. Balanço agregado do sistema bancário	72
Gráfico 15. Estrutura do Passivo agregado do sistema	73
Gráfico 16. Composição dos depósitos por maturidade	73
Gráfico 17. Rácio de transformação dos depósitos em crédito	74
Gráfico 18. Rácio de transformação - depósitos MN/crédito MN.....	74
Gráfico 19. Rácio de transformação - depósitos ME/crédito	75
Gráfico 20. Crédito Consedido Total	75
Gráfico 21. Crédito Vencido	76
Gráfico 22. Nível de cobertura das provisões.....	76
Gráfico 23. Margem de Intermediação financeira	77
Gráfico 24. Determinantes de eficiência	77
Gráfico 25. Rácios de eficiência	78
Gráfico 26. Rentabilidade	78
Gráfico 27. Rácio de solvabilidade dos activos dos bancos comerciais	80
Gráfico 28. Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos dos bancos de investimento	81
Gráfico 29. Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos das instituições de leasing	81
Gráfico 30. Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos das cooperativas de crédito	82
Gráfico 31. Ganhos e rentabilidade dos bancos comerciais	82
Gráfico 32. Ganhos e rentabilidade dos bancos de investimento	83
Gráfico 33. Ganhos e rentabilidade das instituições de leasing.....	83
Gráfico 34. Ganhos e rentabilidade das cooperativas de crédito.....	84
Gráfico 35. Nível do <i>spread</i> entre as taxas das operações activas e passivas do sistema bancário - moeda nacional	85



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ.2003

ÍNDICE GERAL

GRÁFICO	PÁGINA
Gráfico 36. Nível do <i>spread</i> entre as taxas das operações activas e passivas do sistema bancário - moeda estrangeira	86
Gráfico 37. Rácio custos de estrutura/proveitos dos bancos comerciais	87
Gráfico 38. Rácio custos de estrutura/proveitos dos bancos de investimento	87
Gráfico 39. Rácio custos de estrutura/proveitos das instituições de leasing	88
Gráfico 40. Rácio custos de estrutura/proveitos das cooperativas de crédito	88
Gráfico 41. Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - bancos comerciais	89
Gráfico 42. Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - bancos de investimento	89
Gráfico 43. Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - instituições de leasing	90
Gráfico 44. Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - cooperativas de crédito	90

QUADRO	PÁGINA
Quadro 1. Produção Global	23
Quadro 2. Variação anual do IPC da Cidade de Maputo	28
Quadro 3. Despesa Interna - Taxa de Crescimento Real	33
Quadro 4. Taxa de Crescimento da Produção Sectorial em Volume	34
Quadro 5. Principais Indicadores Orçamentais	37
Quadro 6. Evolução das Receitas como Percentagem do PIB	38
Quadro 7. Evolução das Despesas como Percentagem do PIB	39
Quadro 8. Fluxos Trimestrais do Financiamento ao Orçamento	41
Quadro 9. Metas e Realização do Programa Monetário	42
Quadro 10. Operações do Mercado Monetário Interbancário	45
Quadro 11. Evolução das Contrapartes do M2	48
Quadro 12. Variações do M2 decorrentes do efeito multiplicador e BaM	49
Quadro 13. Evolução das Taxas de Juro dos valores cotados na BVM	52
Quadro 14. Evolução da Conta Corrente	56
Quadro 15. Evolução da Conta de Bens	57
Quadro 16. Evolução das Exportações de Produtos Tradicionais	57
Quadro 17. Conta Parcial de Serviços	59
Quadro 18. Contas Parcial de Rendimentos	60
Quadro 19. Serviço de Dívida Externa em 2003	63
Quadro 20. Serviço de Dívida Externa em 2003	63
Quadro 21. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais	66

CAIXA	PÁGINA
Caixa 1. Determinantes da Inflão	31
Caixa 2. Correções Estatísticas as Contas Monetárias	43
Caixa 3. Razões do Fortalecimento do Rand Sul Africano	55



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003

ABREVIATURAS

AEL's	Activos Externos Líquidos
AIL's	Activos Internos Líquidos
BCE	Banco Central Europeu
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BT's	Bilhetes do Tesouro
CISNA	Comité das Autoridades de Supervisão de Mercados de Valores Mobiliários, Seguros e Pensões de Reforma da SADC
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa
DO's	Depósitos à Ordem
DP's	Depósitos à Prazo
FED	Reserva Federal
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPA	Facilidade Permanente de Absorção
FPC	Facilidade Permanente de Cedência
FSAP	Programa de Avaliação do Sector Financeiro
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IPC	Índice de Preços no Consumidor
M2	Massa Monetária
MAIBOR	Maputo Interbank Offered Rate
MCI	Mercado Cambial Interbancário
MMI	Mercado Monetário Interbancário
MZM	Metical de Moçambique
NMC	Notas e Moedas em Circulação
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
RIL's	Reservas Internacionais Líquidas
ROA	Retorno de Activos
ROE	Retorno de Capital
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UE	União Europeia
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
ZAR	Rand da Africa do Sul
ZWD	Dólar do Zimbabwe



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ.2003



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003



PREFÁCIO

Em 2003, Moçambique manteve níveis de crescimento acima da média africana, tendo o PIB aumentado em 7.1 por cento, segundo dados divulgados pelo Ministério do Plano e Finanças. A entrada em produção da segunda fase da Mozal, a construção do gasoduto de Pande-Temane, os investimentos realizados no sector açucareiro, a produção agrícola, em particular no sector familiar e o desempenho das indústrias de bebidas e tabaco, foram os principais suportes deste crescimento. No domínio das infraestruturas, foi meritório o esforço de alargamento da rede de energia eléctrica e de comunicações às zonas rurais.

Resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) conduzido pelo INE, ilustram um recuo dos índices de pobreza absoluta no País para 54 por cento no período 2002-03, contra cerca de 70 por cento no período de 1996-97. O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), previa uma incidência de pobreza absoluta de 60 por cento para o ano 2005.

O Rand manteve-se no ano muito forte, reflectindo, em parte, o enfraquecimento do Dólar americano no mercado internacional, afectando deste modo o comportamento do índice de preços ao consumidor da Cidade de Maputo, indicador oficial de inflação no País. A cifra de 13.8 por cento registada em Dezembro de 2003, traduz um afastamento do objectivo definido pelo Governo. Moçambique continua a ser uma economia bastante dependente de importações de bens alimentares da África do Sul, tornando a economia vulnerável à inflação importada, para a qual os instrumentos monetários são pouco eficazes.

A expansão do agregado massa monetária situou em 18.7 por cento, sendo de destacar a aceleração ocorrida em finais do ano, como resultado de uma excessiva concentração dos desembolsos de ajuda externa ao País. Até Novembro, a massa monetária havia expandido 11.9 por cento, contra uma meta indicativa revista de 15 por cento, o que abriu espaço para que revissemos em baixa as taxas de intervenção, salvaguardando porém o rigor na gestão de liquidez. É assim que reduzimos a taxa da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em oito pontos percentuais, para 18.5 por cento, medida que foi tendencialmente acompanhada por uma queda nas demais taxas de juro do mercado.

Entretanto, o nosso mercado continua a conviver com spreads de taxas de juro elevados. Isto reflecte as debilidades estruturais que enfrentamos, aliás, citadas por especialistas que têm avaliado o nosso sistema financeiro, como foi o caso, da missão conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional no quadro do FSAP – Programa de Avaliação do Sector Financeiro. As principais debilidades que o nosso mercado enfrenta e que representam desafios que temos pela frente, podem ser resumidos na insuficiência de colaterais, o baixo grau de intermediação financeira, a fraca qualidade da carteira de crédito, os elevados custos operacionais das nossas instituições e as fraquezas do sistema judicial para fazer respeitar a figura dos contratos.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ.2003



Em 2003 foram dados importantes passos no domínio da legislação e regulamentação. A Lei das Instituições de Crédito foi revista assim como o regulamento do Serviço da Central de Registos de Crédito, que passou a constituir a base de dados de toda a informação de crédito concedido pelo sistema bancário. Em sintonia com os desenvolvimentos mais recentes do pós 11 de Setembro, introduzimos regulamentação voltada à prevenção do branqueamento de capitais.

O Banco de Moçambique dedicou também particular atenção a modernização dos seus sistemas operativos, sendo neste âmbito de destacar a entrada em funcionamento de uma nova aplicação informática que resultou na redução dos prazos de compensação a nível nacional. Outro evento com grande impacto no Sistema de Pagamentos foi a implementação da primeira fase da Conta Única do Estado, no quadro do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). A nível da região da SADC, prosseguiram as acções com vista à conclusão da implementação do sistema de liquidação de grandes transacções em tempo real (RTGS) em todos os países e sua posterior integração.

Criamos o Comité de Gestão de Reservas Internacionais (CGRI) visando reforçar a transparência, responsabilidade na prestação de contas e prudência na realização de investimentos, que estabelece o quadro institucional, conceptual e regulamentar de gestão de activos externos, tendo em conta a operacionalização dos princípios estabelecidos na Política de Gestão de Reservas Internacionais.

Entre as realizações do ano 2003, merece ainda destaque a admissão de Moçambique ao General Data Dissemination System (GDSD) do FMI, cujo objectivo principal consiste em assegurar a produção e difusão de dados macroeconómicos fiáveis, relevantes, acessíveis e em tempo oportuno.

Depois do alcance do *Completion Point* dos HIPC I e II, em 2001 e 2002, vários acordos bilaterais de cancelamento efectivo da dívida foram neste âmbito rubricados, tornando a dívida do País mais sustentável. Estes resultados confirmam e, de forma inequívoca, o compromisso dos nossos parceiros de cooperação no combate à pobreza absoluta e obriga-nos a imprimir maior rigor no licenciamento, contratação e registo da dívida externa privada.

Em 2003, o Banco de Moçambique prosseguiu as acções de formação e treino do seu pessoal, com vista à sua permanente actualização. Entre outras acções, destaca-se a realização de cursos nas áreas de microfinanças, prevenção de fraudes, supervisão baseada em análise de risco, gestão de reservas, sistemas de pagamentos e informática na óptica do utilizador, no quadro da aplicação SAP. Esta nova aplicação, permite que o Banco de Moçambique opere em *on-line* com o Ministério do Plano e Finanças e Instituições de Crédito. Registamos com apreço o empenho de todos que directa e indirectamente se envolveram neste processo.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003

Para 2004, a política económica do Governo define como principais objectivos um crescimento económico de 8.4 por cento e uma inflação de 11 por cento. Nesta base, os nossos objectivos intermédios são de uma expansão monetária de 15 por cento e um crescimento do crédito à economia de 18 por cento.

No âmbito das nossas atribuições como supervisores do sistema, merecerão prioridade as acções inseridas no quadro do reforço da estabilidade do nosso sistema financeiro, tomando como base as melhorias registadas de gestão prudencial ao longo de 2003.

Prestaremos particular atenção ao processo de preparação para a transição gradual aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria. Pretendemos concluir o diagnóstico aos quatro maiores bancos iniciado em Dezembro de 2003, com o objectivo de estabelecer o calendário de transição com base na situação real das nossas instituições. Iniciaremos também o processo de revisão da nossa regulamentação, com destaque para o plano de contas em vigor e a formação dos nossos recursos humanos.

Gostaria de agradecer às instituições de Bretton Woods e aos nossos parceiros internacionais de cooperação o contínuo apoio que prestam ao nosso país, permitindo que o Governo e as suas instituições prossigam o desafio de conduzir uma política económica adequada que visa o desenvolvimento económico e à redução da pobreza em Moçambique.

Estes agradecimentos estendem-se a todos os trabalhadores do nosso sistema financeiro pela dedicação e empenho demonstrados ao longo do ano.

Adriano A. Maleiane
Governador



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ.2003



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) DEZ. 2003



11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, as demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro de 2003, constantes das páginas 4 a 19, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Junho de 2004, e vão assinadas em seu nome por:

Dr^a Clara Coutinho de Sousa
Administradora



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Hotel Roma Carlton
Centro de Esportivos - 1ª. Maputo
República de Moçambique
Telefone: +258 (1) 307620
Fax: +258 (1) 307621

Ao Conselho de Administração do
Banco de Moçambique

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE PARA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BANCO DE MOÇAMBIQUE

Examinámos as demonstrações financeiras anuais, apresentadas nas páginas 4 a 19 e relativas ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2003. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade da Administração do Banco. A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria.

Âmbito

Excepto quanto à limitação de âmbito mencionada no parágrafo abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria emitidas pela Federação Internacional de Contabilistas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto a referida auditoria inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

Em nosso entender a nossa auditoria constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

Limitação de Âmbito

A Nota 5 das demonstrações financeiras indica que a recuperação do saldo da rubrica de “Flutuação de Valores Reembolsável pelo Estado” é garantida por este, no âmbito do número 2 do artigo 14 da Lei 1/92. Independentemente da



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) 1 - 19 DEZ. 2003

11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

obrigação legal do Estado liquidar este saldo, não obtivemos uma confirmação expressa do valor reflectido nas demonstrações financeiras.

Opinião de Auditoria Qualificada

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso tivessemos recebido a confirmação de saldos da parte do Estado, conforme referido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Moçambique em 31 de Dezembro de 2003 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos pelo Plano de Contas do Banco de Moçambique.

Ênfase

Flutuação de Valores reembolsável pelo Estado

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto deste valor assumir a forma de um empréstimo ao Governo, isento de juros. Chamamos ainda a atenção para o mencionado na nota 5 das Demonstrações Financeiras acerca deste valor e do programa de perdão da dívida externa. O Estado assumirá a responsabilidade total pela dívida externa, excepto no que respeita aos financiamentos do FMI, pelo seu valor facial, removendo o valor da mesma, bem como das flutuações de valores com esta relacionados do Balanço do Banco de Moçambique. Este acordo foi aprovado, por escrito, em 19 de Março de 2004. O efeito do mesmo será reflectido nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2004. Ver Nota 12 das Demonstrações Financeiras anuais.

Juros incidentes sobre os Financiamentos em Moeda Estrangeira

Sem afectar a opinião acima expressa, chamamos a atenção para o facto do Banco apenas ter considerado nas suas demonstrações financeiras os juros potenciais incidentes sobre os financiamentos externos já renegociados no âmbito das iniciativas levadas a efeito com os Países Membros do Clube de Paris e sobre os financiamentos concedidos pelo FMI. Relativamente aos financiamentos cuja renegociação se encontra em curso, não foram reconhecidos os correspondentes juros. Os juros que haviam sido provisionados até 31 de Dezembro de 2001, e incidentes sobre aquele tipo de financiamentos foram objecto de anulação em 2003, tendo sido reconhecidos como proveitos extraordinários do exercício. Ver Notas 12 e 28 das Demonstrações Financeiras anuais.


PricewaterhouseCoopers, Lda.
Maputo 28 de Maio de 2004



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco

em 31 de Dezembro de 2003

	Notas	2003 MMZM	2002 MMZM
Activo			
Meios Imobilizados	2	888,342	889,452
Créditos e adiantamentos concedidos	3	886	10,190
Investimentos	4	26,665	26,666
Flutuação de valores reembolsável pelo Estado	5	13,558,126	15,395,278
Ouro e activos sobre o exterior	6	26,610,856	20,148,284
Depósitos em Bancos	8	329,117	557,027
Outros devedores	13	50,950	878,853
Caixa e equivalentes de caixa	7	0	0
Existências	9	101,967	24,941
Total do Activo		41,566,910	37,930,691
Passivo e Fundos Próprios			
Passivo			
Notas e moedas em circulação	10	5,010,305	4,098,094
Depósitos	11	14,400,029	10,591,097
Financiamentos externos	12	16,116,683	15,787,308
Provisões	19	4,167,738	3,937,857
Outros credores	14	1,038,350	2,692,125
Proveitos devidos ao Estado		38,081	44,082
Fundo Social dos trabalhadores		14,478	39,539
Total do Passivo		40,785,663	37,190,103
Fundos Próprios			
Capital	15	248,952	248,952
Reservas não distribuíveis		183,230	183,230
Lucros / (Prejuízos) não distribuídos		78,737	76,161
Reserva estatutária		208,245	208,245
Outras reservas		62,081	24,000
Total dos Fundos Próprios		781,245	740,588
Total do Passivo e dos Fundos Próprios		41,566,910	37,930,691



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) 1 - 19 DEZ. 2003

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Resultados

do Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2003

	Notas	2003 MMZM	2002 MMZM
Juros e proveitos equiparados	16	361,629	542,535
Juros e custos equiparados	17	673,118	616,478
Margem Financeira		-311,488	-73,943
Outros proveitos	18.1	611,098	784,979
Total de Proveitos		299,610	711,036
Custos Operacionais		-903,017	-741,316
Custos com Pessoal	18.2	474,204	381,460
Outros custos operacionais	18.2	428,813	359,856
Provisões	19	-580,000	-348,365
Ajustamentos imputáveis a exercícios anteriores	21	131,755	454,806
Lucro / -Prejuízo		-1,051,652	76,161
Resultados Extraordinários - Anulação do valor de juros diferidos relativamente aos Financiamentos Externos	28	1,130,390	0
Lucro / (Prejuízo) do Exercício		78,737	76,161



2º andar - Átrio - Painel decorativo a óleo,
de Garizo do Carmo



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Mapa de Fluxo de Caixa

do Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2003

	Notas	2003 MMZM	2002 MMZM
Fluxo de caixa de actividades operacionais			
Fluxo de caixa gerado / (utilizado) em actividades operacionais	20	5,314,863	2,066,613
Fluxo líquido de caixa gerado / (utilizado) em actividades operacionais			
		5,314,863	2,066,613
Fluxo de caixa de financiamentos			
(Diminuição) / aumento de notas e moedas em circulação		912,210	631,941
(Diminuição) / aumento nas responsabilidades em moeda estrangeira		329,376	249,726
Fluxo de caixa (utilizado em) / gerado por actividades de investimento			
Aquisição e venda de Meios Imobilizados		-93,877	-139,230
Aquisição e venda de Investimentos		1	-54
Aquisição e venda de ouro e moeda estrangeira		-6,462,571	-2,808,996
(Diminuição) / aumento líquido de Caixa e equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa no início do ano		0	0
Caixa e equivalentes de Caixa no final do ano	7	0	0



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) 1 - 19 DEZ. 2003

Devido à sua função de emissor de moeda o Banco não apresenta saldos de Caixa no seu Balanço.

II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Movimentos ocorridos nos Fundos Próprios

Durante o Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2003

	Capital	Reservas não distribuíveis	Resultados não distribuídos	Reservas estatutária	Outras reservas	Total Capital e reserva
	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM
Saldo em 1 de Janeiro de 2002	248.952	183.230	88.164	164.163	24.000	708.509
Resultado Líquido do exercício			76.161			76.161
Entrega de Lucros ao Estado			-44.082			-44.082
Transferencia para reserva estatutária			-44.082	44.082		0
Saldo em 31 de Dezembro de 2002	248.952	183.230	76.161	208.245	24.000	740.588
Resultado Líquido do exercício			78.737			78.737
Entrega de Lucros ao Estado			-38.081			-38.081
Transferencia para reserva estatutária			-38.081		38.081	0
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	248.952	183.230	78.787	208.245	62.081	781.245

Notas explicativas

Capital

Ver Nota 15 das Demonstrações Financeiras.

Reservas não distribuíveis

Esta reserva foi constituída no âmbito das várias reavaliações do património do Banco, nomeadamente de Edifícios.

Aplicação de Resultados

Nos termos do Artigo 65, Lei 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco) a proposta de aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo. Relativamente a 2002 o Conselho de Administração propôs aplicar 50 por cento dos lucros do Banco para a constituição de Outras Reservas (Reserva para a Construção de Edifícios de Serviço Próprio) e os restantes 50 por cento para o Tesouro Público. Relativamente a 2003 o Conselho de Administração propôs aplicar 75 por cento dos lucros para a constituição de Outras Reservas (Reserva para a Construção de Edifícios de Serviço Próprio) e os restantes 25 por cento para a constituição de Reseva Legal.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Notas as Demonstrações Financeiras

do Exercício Económico findo em 31 de Dezembro de 2003

1. Políticas Contabilísticas

1.1 Base de Apresentação

O Banco de Moçambique é o Banco Central do País com sede em Maputo. O seu Capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2003 e o resultado das suas operações para o exercício económico findo na mesma data.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto de mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços, salvo no que se refere ao mencionado na Nota 1.4, estando de acordo com o Plano de Contas do Banco de Moçambique, mas não cumprindo necessariamente com as normas internacionais de contabilidade.

1.2 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

1.3 Operações e saldos em moeda estrangeira

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os saldos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data de reporte. As flutuações cambiais activas e passivas daí resultantes eram da responsabilidade do Estado. Desde 31 de Maio de 2002 as mesmas passaram a ser da responsabilidade do Banco.

1.4 Meios Imobilizados

Os edifícios são objecto de reavaliação periódica, encontrando-se os restantes activos imobilizados registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) 1 - 19 DEZ. 2003

11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.5 Amortizações

As amortizações do imobilizado são calculadas segundo o critério das quotas constantes e considerando o seu período de vida útil estimado. As taxas de amortização aplicadas à generalidade dos Meios Imobilizados são as seguintes:

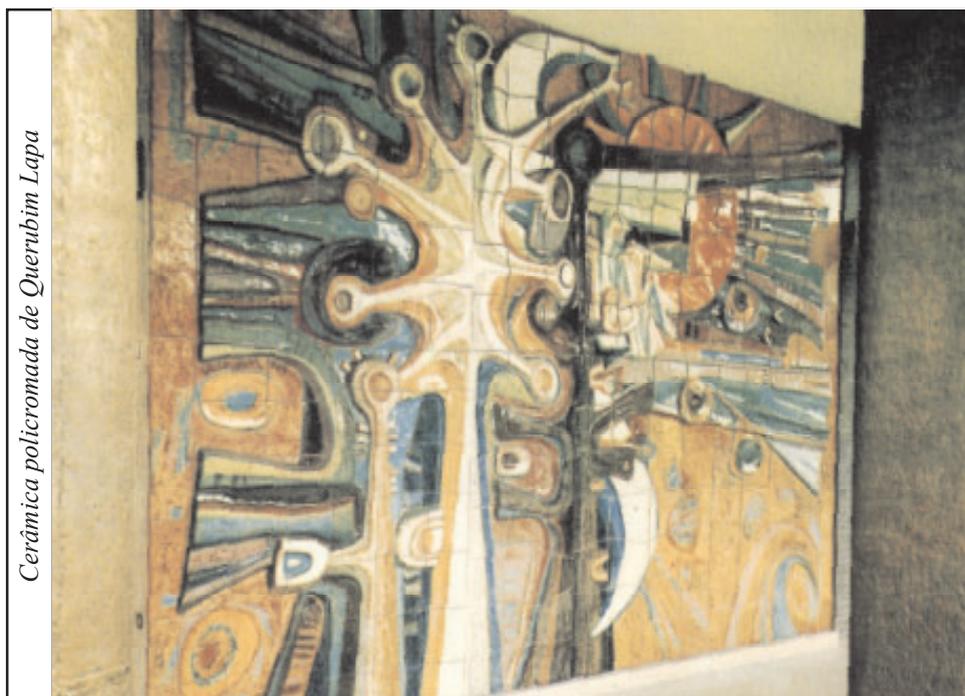
	Número de anos
Edifícios	50
Equipamento informático	4
Veículos	5 - 4
Outros Meios Imobilizados	10
Encargos Plurianuais	3

1.6 Investimentos

As participações financeiras são registadas ao respectivo custo, a menos que, na opinião da Administração, tenha ocorrido uma diminuição significativa e permanente do seu valor. Em tais casos é constituída uma provisão para reduzir o saldo desta rubrica ao seu valor estimado de realização.

1.7 Crédito ao Estado

Ao abrigo do Artigo 18, Lei 1/92 de 3 de Janeiro, o Banco pode conceder crédito ao Estado. A política estabelecida pelo Banco é a de não proceder à constituição de provisões para este tipo de crédito.



Cerâmica policromada de Querubim Lapa



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Meios Imobilizados

	Terrenos e Edifícios MMZM	Equipamento MMZM	Veículos, mobiliário e outros activos MMZM	Encargos plurianuais e equipamento informático MMZM	Total MMZM
Custo					
Custo em 31 de Dezembro de 2002	604,874	229,556	264,983	180,233	1,279,647
Aquisições, abates e transferências líquidas	2,907	23,760	67,211		93,878
Custo em 31 de Dezembro de 2003	607,782	253,316	332,194	180,233	1,373,525
Amortizações Acumuladas					
Amortizações Acumuladas em 31 de Dezembro de 2002	108,849	123,912	157,433		390,194
Amortizações do Exercício	16,941	33,553	44,495		94,989
Amortizações Acumuladas em 31 de Dezembro de 2003	125,790	157,465	201,928		485,183
Valor líquido de realização em 31 de Dezembro de 2003	481,992	95,851	130,266	180,233	888,342
Valor líquido de realização em 31 de Dezembro de 2002	496,025	105,644	107,550	180,233	889,452

Registos detalhados dos terrenos e edifícios encontram-se disponíveis para inspecção nas instalações oficiais do Banco.

3. Empréstimos e adiantamentos

	2003 MMZM	2002 MMZM
Empréstimos ao Governo Central	672	9.976
Empréstimos aos Governos Locais	214	214
	886	10.190



11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. Investimentos

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Direitos especiais de saque	1.884	1.488
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento	4.1 12.798	12.798
African Export and Import Bank	4.2 11.574	11.574
Pagamento de acordos internacionais	4.3 409	806
	26.665	26.666

4.1 As contribuições para o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) representam as obrigações pagas anuais da República de Moçambique.

4.2 A participação financeira subscrita no Afreximbank (African Export - Import Bank) é de USD 1 000 000 (2002 - USD 1 000 000). Não foi efectuada qualquer actualização do contravalor ao câmbio de final do ano, pelo facto dos critérios valorimétricos do Banco determinarem que as participações financeiras, tanto nacionais como estrangeiras devem ser registadas pelo seu custo de aquisição. Valorização da Administração: MZM 23 754 (2002 - MZM23 854). Ver Nota 21.2 das Demonstrações Financeiras.

4.3 O saldo do pagamento de acordos internacionais representa a posição líquida relativamente aos acordos comerciais bilaterais celebrados com países africanos.

5. Flutuação de valores reembolsável pelo Estado

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Flutuação de Valores reembolsável pelo Estado	13.558.126*	15.395.278

* Reconciliação do saldo final:

Saldo inicial	15.395.278
Flutuações relativas a 2003	319,170
Ajustamento do saldo inicial	-2,156,321
	13,558,126

O saldo desta conta é integralmente assumido pelo Estado, no âmbito do nº 2, Artigo 14 da Lei 1/92. Este saldo resulta da reavaliação dos saldos dos financiamentos externos obtidos pelo Banco em nome do Estado. Os montantes devidos encontram-se isentos de juros não tendo sido fixado até ao momento qualquer plano de pagamento da dívida. À medida que fôr sendo obtido o perdão total ou parcial da dívida externa, este saldo deverá ser proporcionalmente reduzido das flutuações co-relacionadas e reconhecidas em exercícios anteriores. A Provisão para Flutuação de Valores reembolsável pelo Estado (Nota 19), refere-se às flutuações negativas anteriormente reconhecidas nas demonstrações financeiras do Banco relativamente a financiamentos entretanto anulados pelas contrapartes, os quais foram revertidos para esta provisão. Esta situação foi qualificada no relatório de auditoria.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Ouro e activos sobre o exterior

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Ouro em moedas e em barra	6.1 246,882	530,455
Gestores externos	6.2 10,066,672	10,077,406
Depósitos a prazo	7,707,473	5,473,822
Depósitos à ordem	8,485,548	4,021,692
Moeda estrangeira em caixa	104,280	44,909
	26,610,856	20,148,284

6.1 À data de 31 de Dezembro de 2003 as reservas de ouro de aproximadamente 24 746 onças (2001 - 64 746) foram avaliadas em USD 10 319 082 (2002 - 22 208 040), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres.

6.2 O saldo de gestores externos refere-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em áreas especificamente estipuladas no acordo. Os aumentos no valor do portfólio gerido durante o ano são contabilizados como proveitos, líquidos dos honorários e comissões devidos aos gestores de recursos. Os honorários variam entre 0.5 por cento e 2 por cento do valor médio líquido dos activos investidos.

7. Caixa e equivalentes de Caixa

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Caixa e equivalentes de Caixa	0	0

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação, em virtude de, pela sua natureza não representarem moeda em circulação.

8. Crédito a Bancos

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Acordos de recompra	8.1 0	189,364
Acordos de refinanciamento	329,117	367,663
	329,117	557,027

8.1 Os acordos de recompra são tratados como adiantamentos, sendo segurados por instrumentos financeiros. Todos os acordos de recompra expiram um dia após a data de transacção.



I I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9. Existencias

	2003 MMZM	2002 MMZM
Economato	52.707	8.945
Outros activos	49.260	15.996
	<u>101.967</u>	<u>24.941</u>

10. Notas e moedas em circulação

	2003 MMZM	2002 MMZM
Notas	4.882.387	3.991.691
Moedas	127.917	106.403
	<u>5.010.305</u>	<u>4.098.094</u>

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação, em virtude de, pela sua natureza não representarem moeda em circulação.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no Artigo 15 da Lei 1/92, a emissão monetária do banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:

Créditos sobre o Estado;
Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;

Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro e títulos de estados estrangeiros, concedidos às instituições de crédito no âmbito do Artigo 41 (b).

O Artigo 12 da Lei 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoadado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2003 o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a MZM 5 010 305 (2002 - MZM 4 098 094), ascendendo o valor dos activos externos a MZM 26 484 618 (2002 - MZM 20 148 284).



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. Contas de depósitos

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Depósitos em moeda nacional	10.041.047	7.488.929
Estado	2.793.937	1.438.204
Instituições financeiras	3.485.836	2.720.741
Credores por recursos consignados 11.1	71.424	571.038
Depósitos de caução	32.362	32.967
Instrumentos do mercado monetário	3.509.571	2.601.415
Fundo Monetário Internacional	10.281	11.561
BIRD	17.786	4.055
Bancos Estrangeiros	6.588	15.635
Outras contas correntes	113.260	93.314
Depósitos em moeda estrangeira	4.358.982	3.102.168
Estado	1.885.693	1.297.046
Instituições financeiras	191.474	313.579
Credores por recursos consignados 11.2	2.281.529	1.491.257
Depósitos de caução	286	286
	14.400.029	10.591.097

11.1 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial para empréstimo aos seus beneficiários.

11.2 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

12. Empréstimos em moeda estrangeira

Bancos Centrais	9.561.666	9.561.597
Governos estrangeiros	111.892	48.365
Bancos comerciais	278.512	353.985
Outros	416.465	365.220
	10.368.534	10.329.167
Organizações financeiras internacionais 12.1	5.748.149	5.458.141
	16.116.683	15.787.308

12.1 Não foram considerados quaisquer juros potenciais incidentes sobre estes financiamentos para o ano financeiro corrente e anterior. No âmbito das iniciativas levadas a efeito com os Países Membros do Clube de Paris os responsáveis do Banco encontram-se num processo de renegociação dos termos e condições dos financiamentos. Alguns destes financiamentos serão reembolsados no ano financeiro 2004.



I I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Até à data não foi efectuado qualquer pagamento por parte do Banco .

O Estado assumirá a responsabilidade total pela dívida externa, excepto no que respeita aos financiamentos do FMI, pelo seu valor facial, removendo o valor dos mesmos, bem como das flutuações de valores com estes relacionados do Balanço do Banco de Moçambique. Este acordo foi aprovado em 19 de Março de 2004. O efeito do mesmo será reflectido nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2004.

12.2 Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco. Os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

13. Devedores e outras contas

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Devedores estrangeiros	13.339	20.493
Empréstimos ao pessoal	3.449	2.194
Outros empréstimos e devedores	11.295	132.287
Empréstimos sobre o exterior	7.473	7.652
Outros devedores	15.394	88.169
	50.950	250.795
Conta de passagem	0	628.059
	<u>50.950</u>	<u>878.853</u>

14. Credores e outras contas

Credores estrangeiros	200.471	248.234
Credores nacionais	130.449	136.478
Contas e juros a pagar	0	1.130.390
Contas de liquidação	142	202.888
Cheques em processo de liquidação	37.846	886.875
Outros credores	240.374	87.260
	609.281	2.692.125
Conta de passagem	429.068	0
	<u>1.038.350</u>	<u>2.692.125</u>

15. Capital

Autorizado e realizado	<u>248.952</u>	<u>248.952</u>
------------------------	----------------	----------------

O Capital do Banco ascende a MZM248 952, tendo sido subscrito na sua totalidade pelo Governo da República de Moçambique.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. Juros e proveitos equiparados

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Juros de crédito concedido	7.973	26.918
Juros de depósitos à ordem	60.982	46.566
Juros de depósitos a prazo	123.422	123.178
Juros de gestores externos de recursos	150.804	269.383
Outros juros	18.448	76.490
	<u>361.629</u>	<u>542.535</u>

O valor de juros inclui os ganhos e perdas, efectivas e potenciais resultantes das reavaliações efectuadas.

17. Juros e custos equiparados

Juros de empréstimos	27.379	31.607
Juros de depósitos à ordem	2.461	1.761
Juros de aplicações de liquidez	643.278	582.349
Outros juros	0	761
	<u>673.118</u>	<u>616.478</u>

O valor de juros inclui os ganhos e perdas, efectivas e potenciais resultantes das reavaliações efectuadas.

18.1 Outros proveitos

<i>Comissões de serviços bancários</i>	<u>32.258</u>	<u>66.316</u>
Comissões de cobranças	18.586	41.533
Comissões de transferências	10.690	9.741
Multas a instituições financeiras por incumprimento do limite de reservas estatutárias	2.641	14.926
Outros serviços	342	116
<i>Diferenças cambiais positivas / (negativas)</i>	<u>535.886</u>	<u>650.893</u>
Reavaliação das reservas de ouro	-17.407	18.999
Juros de depósitos de ouro	103	230
Reavaliação de operações em moeda estrangeira	553.190	631.664
Lucro / (Prejuízo) das operações em ouro	42.953	67.771
	<u>611.098</u>	<u>784.979</u>



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12) 1 - 19 DEZ. 2003

I I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

18.2 Custos com o pessoal e outros custos operacionais

	2003	2002
	MMZM	MMZM
<i>Custos com o pessoal</i>	474.204	381.460
Remunerações	455.036	347.128
Encargos sociais e outras despesas com o pessoal	19.168	34.332
<i>Outros custos operacionais</i>	428.813	359.856
Fornecimentos de terceiros	35.456	31.264
Serviços de Terceiros	163.760	120.818
Amortizações do exercício	94.989	107.730
Outros custos	15.120	47.557
Outros (ganhos) / perdas	119.487	52.486

19. Provisões

	Provisão da Dívida do Estado	Provisão para flutuações cambiais	Provisão para pagamento da dívida bancária	Provisão para riscos gerais de crédito	Fundo de incentivos aos trabalhadores	Fundo de Pensões (Nota 27)	2003 Total
	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM	MMZM
Saldo em 1 de Janeiro de 2002	1.375.000	267.914	866.402	9.657	54.765	1.330.000	3.903.738
Utilização de provisões durante o exercício de 2002	0	0	-252.451	0	0	-50.000	-302.451
Provisões constituídas em 2002	286.000	0	25.000	2.365	10.000	25.000	348.365
Ajustamentos	0	0	-8.795	0	-3.000	0	-11.795
Saldo em 1 de Janeiro de 2003	1.661.000	267.914	630.156	12.022	61.765	1.305.000	3.937.857
Utilização de provisões durante o exercício de 2003	0	0	0	0	0	-350.000	-350.000
Provisões constituídas em 2003	0	250.000	250.000	0	0	80.000	580.000
	1.661.000	517.914	880.156	12.022	61.765	1.035.000	4.167.738

20. Fluxo de caixa de actividades operacionais

Reconciliação do lucro antes de impostos com os fluxos de caixa gerados pelas / (utilizados para) actividades operacionais.

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Lucro do exercício	-1.051.652	76.161
Ajustamentos para:		
Amortizações	94.989	107.730
(Lucros) / prejuízos líquidos de itens não relacionados com caixa	33.305	-7.410
Movimento de provisões	229.881	1.409.119
Resultados extraordinários	1.130.390	0
Fundo Social dos Trabalhadores	-25.061	-10.940
Fluxo de Caixa gerado pelas actividades operacionais	411.851	1.574.661



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

I I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Alteração ao nível do capital circulante

	2003	2002
	MMZM	MMZM
Diminuição/(aumento) em Empréstimos e adiantamentos	9.304	-3.471
Aumento da Dívida do Estado	1.759.762	-3.005.780
Aumento do Crédito a bancos	227.910	-130.329
Diminuição/(aumento) em Devedores e outras contas	827.903	-320.551
Diminuição/(aumento) das Existências (Diminuição)/aumento nas contas de Depósitos	-77.026	7.626
(Diminuição)/aumento em Credores e outras contas	-1.653.775	797.015
Fluxo de caixa gerado pelas /(utilizado para) alterações ao nível do capital circulante	4.903.009	491.952
Fluxo de Caixa gerado pelas/(utilizado para) actividades operacionais	5.314.861	2.066.613

21. Ajustamentos imputáveis a exercícios anteriores

Anulação da dívida externa	21.1	0	109.797
Investimentos	21.2	0	7.410
Reavaliação do ouro não realizada	21.3	0	333.924
Outros		131.755	3.675
		131.755	454.806

21.1 O valor do empréstimo externo abaixo foi anulado por contrapartida do empréstimo que havia sido registado pelo Banco em 1999. O Banco de Moçambique apenas foi formalmente informado pela contraparte no decurso do presente exercício económico. O principal valor inicialmente reconhecido pelo Banco foi ajustado para a rubrica de lucros/(prejuízos) não distribuídos. O valor das perdas resultantes da reavaliação destes empréstimos foi ajustado na conta da Dívida do Estado. Este ajustamento foi efectuado devido ao facto de todas as perdas resultantes de reavaliações anteriores terem sido reconhecidas nesta conta.

21.2 O valor de MZM 7 410 foi incorrectamente reconhecido como custo no exercício anterior. Este valor representa um investimento e não um custo, tendo sido ajustado por contrapartida de lucros/(prejuízos) não distribuídos.

21.3 O valor de MZM 333 924 foi incorrectamente reconhecido como um ganho da não realização de reavaliação de ouro no exercício anterior. Este valor representa lucros e prejuízos de exercícios anteriores não fazendo parte integrante da dívida do Estado.



II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

22. Responsabilidades contingentes, obrigações e outras contingências

Responsabilidades contingentes, obrigações e outras contingências decorrem das normas das actividades do Banco. Foram mantidas Reservas que cobrem o risco de exposição decorrente das mesmas.

23. Informação sobre partes relacionadas

Durante o exercício económico o Banco e as suas delegações, no decurso normal das suas actividades efectuaram diversas transacções entre si. Essas transacções foram efectuadas de acordo com as condições e termos em vigor no mercado.

24. Relato por segmentos

Devido ao facto das actividades do Banco e das suas delegações se encontrarem integradas não se revela como apropriado o relato das mesmas por segmentos.

25. Comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras

Sempre que necessário, a comparabilidade dos valores foi ajustada em conformidade com as alterações verificadas ao nível da apresentação no presente exercício económico.

26. Número de funcionários

À data de 31 de Dezembro de 2003 o número de funcionários do Banco ascendia a 662 (31 de Dezembro de 2002: 640).

27. Fundo de Pensões

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, mediante a abertura de uma conta de depósitos à ordem num banco comercial. Estes depósitos, em conjunto com os juros por eles gerados são entendidos como suficientes para cobrir os custos actuais de pensões incorridos desde 1 de Janeiro de 1993. Este fundo foi constituído com base nos resultados de um estudo actuarial e em decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

A política adoptada pelo Banco visa assumir responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.

28. Resultados extraordinários

O Banco não procedeu ao diferimento de juros relativos aos financiamentos que se encontram em fase de negociação nem relativamente aos concedidos por países que não fazem parte do Clube de Paris. Os valores de juros relativos àqueles financiamentos, que haviam sido diferidos até 31 de Dezembro de 2001 foram anulados, por contrapartida de proveitos, no decurso de 2003, tendo em vista a transferência daqueles financiamentos para o Estado em 2004. Ver Nota 12 das Demonstrações Financeiras.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 1 - 19 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Segundo dados provisórios do Ministério do Plano e Finanças, o crescimento do PIB em 2003 foi de 7.1 por cento, o que representa uma desaceleração em 0.3 pp relativamente a 2002. Excluindo os grandes projectos, o crescimento do PIB foi de 6.2 por cento, valor que supera a taxa de 5.1 por cento observada no ano anterior. O deflactor do PIB situou-se em 12.6 por cento, contra uma variação de 11.5 por cento verificada no ano transacto.

A análise da produção sectorial medida em volume, demonstra que os sectores da Indústria Extractiva e Minerais (31.6 por cento), Indústria Transformadora (14.9 por cento), Transportes e Comunicações (8.6 por cento), Agricultura, Pecuária e Sicultura (8.6 por cento), são os que melhor desempenho registaram. De referir que a entrada em funcionamento da II fase da MOZAL teve um forte impacto no crescimento da Indústria Transformadora e na melhoria do défice da conta corrente da balança de pagamentos.

O IPC da Cidade de Maputo registou um agravamento de 4.7 pp comparativamente a igual período de 2002, fazendo com que a inflação anual ascendesse a 13.8 por cento, contra uma meta indicativa de 10.8 por cento. Os principais factores que ditaram a variação em alta do IPC foram a depreciação do Metical face ao Rand sul-africano em 28 por cento; o incremento da massa monetária acima do previsto (particularmente no IV trimestre devido as operações financeiras do Estado); as deficientes condições de circulação norte-centro-sul e o impacto do agravamento do preço dos combustíveis, da tarifa de água e da electricidade.

Apesar das receitas e despesas do Estado se terem situado na linha do programa estabelecido, os atrasos nos desembolsos de fundos de ajuda externa e a eliminação do período complementar resultaram na concentração de despesas no IV trimestre, acabando por ter um forte impacto no comportamento dos agregados monetários no final do ano.

Assim, a expansão dos meios de pagamento foi de 18.7 por cento, menos 5.3 pp em relação a Dezembro de 2002, mas acima dos 13.5 por cento que o programa monetário revisto em Outubro previa. A base monetária expandiu em 22 por cento, contra 13.4 por cento previstos. A expansão destes dois agregados foi particularmente expressiva no último trimestre do ano.

O crédito à economia registou uma queda de 1.1 por cento, quando o programa previa um crescimento de 9.2 por cento, devido ao impacto do saneamento da carteira de crédito dos bancos comerciais, pois, expurgando este efeito, o crédito a economia regista uma variação positiva de 14 por cento.

No Mercado Monetário Interbancário, assinalou-se a queda das taxas de juro de todos os produtos nele transaccionados, comparativamente a 2002, o que induziu a uma baixa das taxas de juro a retalho.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No mercado cambial, o Metical observou uma relativa estabilidade face ao Dólar americano ao registar uma depreciação anual de 0.01 por cento. No entanto, e como referido anteriormente, a moeda nacional registou perdas assinaláveis contra o Rand sul-africano, ao depreciar 28.7 por cento. O Metical também depreciou face ao Euro em 20.3 por cento, acompanhando deste modo o comportamento destas duas moedas no mercado internacional.

O défice da conta corrente da balança de pagamentos registou uma melhoria em 26.7 por cento, ao passar de USD 711.6 milhões em 2002 para USD 521.5 milhões em 2003. Este resultado deveu-se à redução dos défices das contas de bens e serviços e de rendimentos. Refira-se que as exportações de bens incrementaram em 29.6 por cento, devido, essencialmente, ao crescimento das exportações do alumínio da MOZAL em 49.6 por cento. As importações aumentaram em 1 por cento, sendo de destacar a redução das importações dos grandes projectos em cerca de 17 por cento.

No contexto internacional, destaca-se a melhoria da conta corrente da balança de pagamentos dos EUA em resposta à crescente depreciação do USD face às principais moedas transaccionáveis. Por sua vez, o crescimento do PIB em 2003 indica uma aceleração em 0.9 relativamente ao crescimento de 2.2 por cento observado em 2002.

Em Dezembro de 2003, a taxa anual de desemprego na zona do Euro, fixou-se em 5.7 por cento. O PIB tinha crescido 0.4 por cento após 0.9 por cento em Dezembro de 2002.

Por sua vez, o Japão está a registar um forte crescimento económico (2.7 por cento contra os -0.3 por cento do ano anterior) sustentado, principalmente pelo aumento das exportações, contribuindo para o fortalecimento do Yen.

No geral, regista-se uma recuperação económica nas economias latino-americanas favorecida pelo aumento das exportações, mercê do crescimento económico global e de uma assinalável depreciação da taxa de câmbio efectiva real, resultantes da implementação de políticas económicas mais consistentes.

No que respeita à região austral de África, assinala-se, na África do Sul, uma desaceleração da inflação de 14.3 por cento em 2002 para 4.0 por cento em 2003, decorrente da política monetária restritiva aliada a recuperação da taxa de câmbio do rand relativamente as principais moedas convertíveis. As últimas projecções do PIB apontam para um crescimento de 2 por cento no ano em referência. No Zimbabwe, manteve-se a crise económica que se reflectiu na aceleração do indicador de inflação para 700 por cento em Dezembro de 2003, contra 619 por cento observados no ano anterior.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

II. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

2.1. Síntese da Economia Mundial¹

Indicadores macroeconómicos globais apontam para uma taxa de crescimento económico de 3.9 por cento em 2003, equivalente a uma aceleração de 0.9 pontos percentuais relativamente a 2002, com o mercado accionista a conhecer subidas significativas, acompanhado por alguma subida nos negócios e confiança dos consumidores, particularmente nos Estados Unidos da América. Os factos mais marcantes para 2003 foram:

- Crescimento significativo da produção industrial, acompanhado por um aumento do comércio mundial;
- Aumento do volume de negócios;
- Fortalecimento da confiança dos consumidores; e
- Crescimento do investimento – essencial para uma recuperação sustentável.

Só no II semestre de 2003, o crescimento médio do PIB global foi de cerca de 6 por cento em termos anualizados, constituindo a taxa mais alta observada desde 1999. Para este crescimento, foi determinante o aumento do consumo nos Estados Unidos da América, devido ao impacto de curto prazo do corte nos impostos, e o financiamento às hipotecas.

Com uma pressão inflacionária abaixo da esperada, em termos globais, as taxas de juro foram reduzidas na Europa e nos Estados Unidos da América, bem como em muitos países industrializados e emergentes.

Nos mercados financeiros, a combinação de uma liquidez ampla, embaratecimento do dinheiro e a expectativa de que taxas de juro baixas seriam mantidas levou a que, em Junho, as taxas de juro nos Estados Unidos da América fossem reduzidas para níveis comparáveis com os de há quarenta anos.

O ano 2003 foi ainda caracterizado pela contínua depreciação do dólar norte-americano, reflectindo a combinação duma baixa relativa das taxas de juro e uma conta corrente deficitária na economia norte-americana.

Nas economias emergentes, as condições de financiamento foram facilitadas significativamente desde Junho, devido a taxas de juro baixas das economias industrializadas. Assim, estima-se que o aumento do fluxo de capitais para as economias emergentes foi na ordem dos USD 110 biliões, cifra que não havia sido atingida desde os anos 90.

¹ *World Economic Outlook, SARB Report e IMF Country Report.*



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 1. Produção Global	(taxa de Crescimento em %)		
	2001 Real	2002 Real	2003 Real
Produção Global	2.4	3.0	3.9
Economias Avançadas	1.0	1.7	2.1
Estados Unidos da América	0.3	2.2	3.1
Zona do Euro	1.5	0.9	0.4
Japão	0.4	-0.3	2.7
Reino Unido	2.1	1.7	2.3
Canadá	1.9	3.3	1.7
Países em Desenvolvimento	4.1	4.6	6.1

Fonte: World Economic Outlook

2.2 Estados Unidos da América

A economia norte-americana teve uma forte recuperação, principalmente na segunda metade de 2003 devido ao relaxamento das incertezas, políticas monetária e fiscal estimulantes.

Só no terceiro trimestre de 2003 o PIB cresceu excepcionalmente 8 por cento em termos anuais e 4 por cento no quarto trimestre. Este crescimento foi devido ao aumento do consumo, por sua vez explicado pelo aumento do rendimento disponível, em face do corte dos impostos, associado à melhoria das condições de refinanciamento.

A produtividade do trabalho continua robusta e poderá ser ainda mais forte nos próximos anos.

A inflação caiu consideravelmente, tendo, a *core inflation* se situado abaixo dos 2 por cento. Com efeito, o Índice de Preços no Consumidor dos Estados Unidos da América teve uma variação positiva de 0.1 por cento, enquanto que o Índice de Preços ao Produtor caiu 0.1 por cento em Dezembro de 2003, em termos anuais.

O défice da conta corrente atingiu os 5 por cento do PIB em 2003 e, contra 7 por cento em 2002. Destaca-se que este défice foi financiado, principalmente, pela compra de títulos por bancos centrais e agências oficiais estrangeiras (em particular o Japão e a China) em vez de por acções e fluxo de investimentos.

Entretanto, a conta corrente mantém-se vulnerável apesar da depreciação do USD nos últimos anos, esta moeda encontra-se ainda sobrevalorizada numa perspectiva de médio prazo.

A tendência do índice de confiança do consumidor em Dezembro foi decrescente ao passar de 92.5 pontos em Novembro para 91.3 pontos no mês em consideração.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A política fiscal tornou-se mais estimulante, tendo sido feitos cortes significativos das taxas e um aumento das despesas militares. Com efeito, projecta-se que o défice global seja superior a 6 por cento do PIB em 2003, contra um superávit de 1 por cento em 2000.

A política monetária adoptada no período foi acomodatória e o Federal Reserve indicou a manutenção desta postura. A adopção de uma meta inflacionária de médio prazo pode ajudar a ancorar as expectativas inflacionárias e reduzir o risco de choques adversos e pressões inflacionárias indesejáveis.

2.3. Japão

No Japão, a recuperação da economia em 2003 superou as expectativas ao se alcançar uma taxa de crescimento do PIB da ordem dos 2.7 por cento, 0.7 pontos percentuais acima da projectada. Apesar da apreciação do Yen, a recuperação tem sido conduzida pelas exportações, particularmente para Ásia e pelo aumento do investimento privado, ajudada ainda pelo aumento da rentabilidade das empresas e pela recuperação do mercado accionista.

O consumo privado tem crescido de forma moderada enquanto que as despesas governamentais, particularmente o investimento, têm conhecido retracção.

Enquanto a recuperação da economia mundial pode propiciar ambiente para o crescimento económico, a economia japonesa continua ainda vulnerável a choques tanto internos como externos, sendo de destacar a potencial queda nas cotações das acções ou obrigações e o impacto de uma apreciação substancial do Yen nos lucros das empresas, investimento, deflação e exportações.

A adopção, pelo Banco do Japão, duma política monetária tendente a facilitar a dinâmica macroeconómica, ao fixar uma taxa de juro nula e a ajudar a estabilização do sistema financeiro, não tem sido suficiente para conter as expectativas deflacionárias e promover o crescimento da massa monetária e do crédito bancário.

O sector empresarial melhorou como reflexo do aumento da rentabilidade e diminuição do rácio de endividamento. Porém, este melhoramento ficou concentrado nas grandes empresas que se dedicam a produção de produtos exportáveis, enquanto que as pequenas com um significativo rácio de endividamento, o melhoramento continua frágil. O sistema bancário continua a melhorar, mas as debilidades persistem.

O Fundo Monetário Internacional acredita que a aceleração das reformas estruturais do sistema financeiro e das empresas é a chave para um crescimento sustentável no Japão.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

2.4. União Europeia

Na zona do euro, a recuperação ainda é ténue e inicialmente esteve associada à procura externa. Após estagnação durante o primeiro semestre de 2003, o PIB real cresceu em 1^{1/2} (em termos anuais) no terceiro trimestre e 1^{1/4} no quarto trimestre. O aumento do comércio global tem fortificado as exportações na zona do euro.

O investimento registou uma forte recuperação no quarto trimestre, apesar de ter sido afectado negativamente pelas incertezas relativas à apreciação da taxa de reestruturação financeira em curso.

O crescimento do consumo foi fraco, mesmo com o melhoramento da taxa de emprego em relação aos períodos anteriores, reflectindo a postura de moderação salarial, assumida pelos empregadores.

Ainda na zona do Euro, as discrepâncias no crescimento económico reflectem ainda diferenças na procura interna de cada país – o mais fraco na Alemanha e o mais forte na Grécia, Irlanda e Espanha – em parte reflectindo a persistência nos diferenciais das taxas de juro reais.

Desde a adopção da moeda única em 1999, o diferencial de inflação entre os países da União tem sido persistente. A política de taxa de juro nominal comum na área, provoca diferenças nas taxas de juro reais, originando divergências entre os países no tocante a procura interna real, como ilustram os preços das habitações que está em *boom* na Espanha e estagnação na Alemanha.

Enquanto o diferencial de inflação reflectir a combinação de factores estruturais, temporários e de longo prazo, progressos assinaláveis nos mercados individuais poderão concorrer para a redução da magnitude e da sua persistência.

O défice fiscal médio da zona continuou a alargar-se em 2003. O défice geral na França e na Alemanha excedeu o limite imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento pelo segundo ano consecutivo, apesar da melhoria do saldo global do Governo alemão em cerca de 1,5 por cento do PIB.

Na Itália, o défice orçamental esteve abaixo do limite. Na França, por sua vez, a sustentabilidade de longo prazo do défice melhorou devido às importantes reformas no sistema de pensões.

Outro aspecto a assinalar é a apreciação do Euro, que tem vindo a acontecer desde Fevereiro de 2002, tendo, em Dezembro, atingido 4 por cento face ao Dólar norte-americano, o que concorre para uma apreciação efectiva da taxa de câmbio real. Os países cujo principal destino das suas exportações é a Zona do Euro têm registado significativo crescimento das exportações líquidas.

De acordo com o Banco Central Europeu, a valorização do Euro ainda não constitui motivo de preocupação, não perigando a retoma económica na Europa. O sistema bancário parece mais saudável tendo o crédito privado crescido de forma assinalável.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

2.5. América Latina

O crescimento económico na América Latina vem recuperando após a profunda recessão dos anos 2001-02. Esta recuperação foi inicialmente favorecida pela procura externa, como reacção das exportações à substancial depreciação real da taxa de câmbio na região, mas mais recentemente, a procura interna começou a acelerar aumentando a taxa de juro e reduzindo a confiança. O crescimento das exportações tem também melhorado a posição da conta corrente, a qual se saldou num ligeiro superávit em 2003 – o primeiro em 35 anos – enquanto que a inflação tem sido contida.

Na Argentina houve melhorias significativas no índice de confiança e na produção, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 8.8 por cento em 2003, resultante do fortalecimento do consumo privado e do investimento em construção. Ao mesmo tempo, a inflação reduziu significativamente, o superávit da conta corrente situou-se dentro do sustentável e o crescimento das receitas fiscais contribuiu para que o superávit primário fosse de 3 por cento do PIB.

No Brasil, o bom desempenho macroeconómico fortificou a confiança, a avaliar pela apreciação da moeda local. Porém, o crescimento continua fraco, com o PIB a decair no segundo trimestre e a procura interna a desacelerar.

Na Venezuela, apesar da recuperação da produção de petróleo, devido ao fim das greves iniciadas em Fevereiro, espera-se um decréscimo do PIB na ordem dos 17 por cento, fazendo com que a taxa de decréscimo acumulado nos últimos dois anos seja de 26 por cento.

A restauração da estabilidade macroeconómica dependerá, de acordo com o FMI, da vulnerabilidade dos sectores fiscal e bancário, especialmente das reformas do sector público, no sentido da diminuição do défice fiscal sem a inclusão do petróleo e a implementação de uma estratégia para se lidar com o impacto da recessão dos sectores não petrolíferos na qualidade dos activos do sistema bancário.

Ainda de acordo com o FMI, uma política monetária restritiva será necessária para o controlo da depreciação da taxa de câmbio e da inflação. Um relaxamento no controlo cambial e medidas estruturais para sustentar o sector não petrolífero continuam cruciais para o restabelecimento da confiança dos investidores, recuperação económica, criação de emprego e a redução da pobreza.

2.6. África do Sul

Depois da taxa de crescimento anualizada do Produto Interno Bruto no I semestre de 2002 ter atingido 3 por cento, esta desacelerou para metade, tendo-se fixado em 1.5 por cento. O fraco desempenho é resultado da contracção na Agricultura e da estagnação nos sectores de minas e manufactura. Indicações preliminares apontam para um crescimento de 2 por cento em 2003.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O Rand apreciou 23,4 por cento face ao Dólar norte-americano, em 2003. Embora represente uma desaceleração comparativamente a 2002 (quando a apreciação atingiu os cerca de -27,2 por cento) pode ser considerado um facto marcante, tendo em conta as consequências internas e para a região.

São apontados como principais factores:

- Enfraquecimento do dólar norte-americano no mercado internacional;
- Incremento do preço do ouro no mercado internacional em cerca de 20 por cento no ano;
- Elevado nível da taxa directora do SARB (8 por cento ao ano) comparativamente ao Fed (1 por cento) e ao Banco Central Europeu (2 por cento), o que induziu a um influxo de capitais externos.

Após uma década de queda do emprego há sinais de recuperação, sustentada pela tendência de crescimento económico de médio e longo prazo.

No ano em análise, registou-se uma considerável desaceleração da taxa de inflação na África do Sul ao situar-se em 4.0 por cento depois de ter observado uma variação de 14.3 por cento em 2002. Esta variação coloca a inflação dentro dos limites do *inflation target*, que se situa entre os 3 e 6 por cento e a expectativa é que a mesma se mantenha. O declínio da inflação em 2003 tem sido consequência da política monetária adoptada em 2002, combinada com a recuperação da taxa de câmbio do Rand e um ambiente internacional favorável.

2.7. Zimbabwe

Estatísticas oficiais do Zimbabwe indicam que em Dezembro a inflação atingiu os 700 por cento ao ano, o que representa uma aceleração, tendo em conta que no ano anterior a cifra foi de 619 por cento.

Para conter a tendência negativa do desempenho macroeconómico para 2004, as autoridades daquele país tomaram uma série de medidas, nomeadamente:

- Baixar a oferta monetária em 300 pontos percentuais, para 200 por cento;
- Impor restrições na cedência de liquidez aos bancos comerciais;
- Manutenção da política de taxas de juro diferenciadas;
- Agravamento da taxa de reserva obrigatória em 10 pontos percentuais, passando para 30 por cento.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3. CONJUNTURA INTERNA

3.1. PREÇOS

O IPC da Cidade de Maputo registou uma variação anual de 13.8 por cento, contra uma meta indicativa de 10.8 por cento. Comparativamente a 2002, esta variação representa uma aceleração de 4.7 pontos percentuais.

O comportamento altista do IPC foi particularmente severo no primeiro e último trimestres do ano, a medir pelas variações verificadas nos meses de Fevereiro-Março que resultaram numa variação acumulada de 4.9 por cento. No último trimestre, o crescimento do IPC foi de 5 pontos percentuais, dos quais 3.1 por cento no mês de Dezembro.

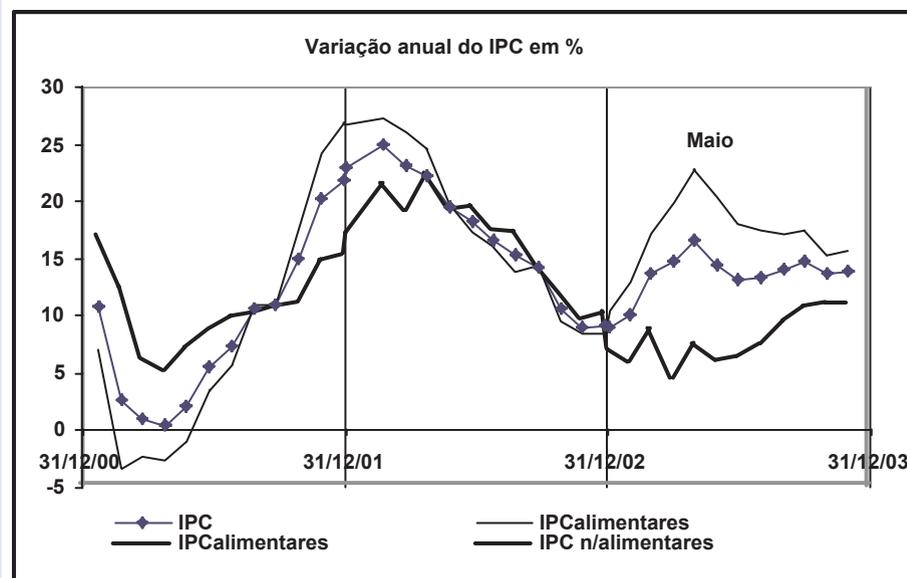


Gráfico 1

Os bens alimentares foram os que tiveram maior contribuição para a inflação ao longo do ano, ao crescerem em termos anuais em 15.6 por cento, contra 11.1 por cento dos bens não alimentares.

O Quadro 2 mostra a variação anual do IPC até Dezembro e a sua decomposição entre Bens Alimentares e Não Alimentares:

Quadro 2: Variação anual do IPC da Cidade de Maputo (em %)

	Dez/02	Mar/03	Jun/03	Set/03	Out/03	Nov/03	Dez/03
IPC Geral	9.1	13.7	14.4	14.0	14.7	13.6	13.8
IPC Bens Alimentares	8.4	17.1	20.4	17.2	17.5	15.3	15.6
IPC Bens Não-Aliment.		8.8	6.0	9.5	10.7	11.1	11.1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Os principais factores associados à subida do IPC da Cidade de Maputo são, entre outros, os seguintes:

- Inflação importada, reflectida na elevada depreciação do Metical contra o Rand (28.7 por cento em termos de variação anual);
- Agravamento das condições de circulação norte-centro-sul, ditado pela deterioração das infra-estruturas (estradas e pontes). A Cidade de Maputo é abastecida de Milho, Amendoim e Feijão, pela produção do centro e norte do País e também pelas importações provenientes da África do Sul e da Swazilândia;

Para além dos factores acima mencionados, referir que a liquidez do sistema acelerou no último trimestre, a medir pelo crescimento anual da Base Monetária em 22 por cento, dos quais, 15 por cento em Dezembro, enquanto o agregado Massa Monetária expandiu 6.1 por cento apenas no mês de Dezembro.

Este comportamento foi ditado, em grande medida, pela excessiva concentração dos desembolsos de ajuda externa para apoio ao OE no final do ano, o que fez com que houvesse concentração de despesa pública (regularização de salários em atraso, liquidação de fornecedores) no último trimestre do ano. Ademais, a eliminação do chamado “período complementar” na execução orçamental, ditada pela entrada em vigor da Conta Única, também contribuiu para que a liquidez do sistema tivesse um comportamento atípico em finais de 2003.²

Na componente dos bens não alimentares, é de salientar o agravamento dos preços dos seguintes bens:

- Petróleo de iluminação: 37.5 por cento;
- Gasolina: 48.1 por cento;
- Tarifa de água: 15 por cento;
- Energia eléctrica: 48.1 por cento.

Apesar destas variações, ponderadas aos respectivos pesos, representarem uma contribuição directa de 1 por cento na inflação total, elas têm um forte impacto na cadeia dos custos de produção de diversos bens e serviços, afectando deste modo os seus preços.

Na Cidade da Beira, a tendência do IPC em 2003 não difere da observada na cidade de Maputo, considerando que em termos acumulados, o IPC incrementou em 10.2 por cento, mais 1.7 pontos percentuais em relação a observada em Dezembro de 2002. Em termos de inflação mensal, o pico foi atingido em Dezembro (1.7 por cento).

² Os novos dispositivos em vigor desde Novembro de 2003, exigem que o Estado liquide as suas despesas referentes ao exercício até Dezembro, à excepção do 13º vencimento.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

De entre as três maiores cidades do país, a de Nampula foi a que no ano apresentou um crescimento menos acentuado de preços, ao registar no final do primeiro semestre uma deflação acumulada de 0.7 por cento e no final do ano, devido ao efeito sazonal típico de Dezembro, a inflação acumulada cifrou-se em 5 por cento, contra 10 por cento registado em igual período de 2002.

Escadaria - pormenor do painel em mosaico tipo bizantino, de Estrela Faria



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 1

Determinantes da inflação

A inflação, medida pela variação do índice de preços no consumidor (IPC) da cidade de Maputo, registou nos primeiros três meses do ano de 2004 uma evolução acumulada de 4.4 por cento, sendo 2.9 por cento só no mês de Janeiro, 0.5 por cento em Fevereiro e 1.0 por cento em Março, fixando-se a variação anual em 13.5 por cento em Março, ou seja, uma desaceleração de 3.9 pontos percentuais (pp) em relação a Janeiro e 0.2 pp em relação a Março de 2003.

Na presente análise, os determinantes da inflação em Moçambique no I trimestre de 2004 são agrupados em três pontos principais, tomando como suporte os resultados de um modelo econométrico:³

(i) Impacto da inércia

A elevada taxa de inflação no mês de Janeiro de 2004 foi resultante do efeito da inércia (rigidez na queda) decorrente das expectativas formadas pelos agentes económicos em relação ao comportamento da taxa de câmbio do metical em relação ao rand que até Dezembro de 2003 acumulava uma depreciação de 28.7 por cento. De facto, o comportamento observado em Janeiro de 2004 contraria a sazonalidade dos últimos quatro anos tanto em termos de magnitude como em termos de tendência, pois, desde o ano de 2000 que o mês de Janeiro é caracterizado por deflação.⁴

A tese da inércia é também fundamentada pelo facto do padrão sazonal da inflação, de acordo com o modelo em alusão, estar associado ao dos agregados monetários (positivamente) e da produção agrícola (negativamente), o que significa que a inversão da sazonalidade em Janeiro, não está associada nem aos agregados monetários, que registaram contracção, e nem à produção agrícola, já que não houve registo de fenómeno anormal com impactos na ruptura da oferta de bens alimentares.

Com efeito, (i) a taxa de câmbio em relação ao rand, que ao longo do ano de 2003 foi o factor chave de explicação da inflação, registou uma apreciação de 2.8 por cento em Dezembro de 2003 e de 1.4 por cento em Janeiro de 2004,⁵ (ii) a inflação sul africana manteve-se estável no quarto trimestre do ano de 2003 em torno de 4 por cento, e (iii) a massa monetária (M2) desacelerou em 0.9 pontos percentuais em Novembro de 2003. Não obstante, os bens alimentares com maior procura durante a quadra festiva são os que mais contribuíram para a aceleração da inflação em Janeiro, nomeadamente o tomate (0.72 por cento) e a cebola (0.54 por cento), reforçando a ideia de que os operadores do lado da oferta acreditavam numa maior depreciação do metical nos meses seguintes.⁶

³ Omar, Jamal (2003). Modelação da Inflação em Moçambique: uma contribuição. *Staff paper* 18, Banco de Moçambique.

⁴ A deflação é explicada pela queda da procura de bens alimentares finda a quadra festiva e pela baixa pressão sobre as notas e moedas em circulação (NMC) após o término da campanha de comercialização da castanha de cajú na zona norte. Vide o impacto das campanhas de comercialização na sazonalidade das NMC em “Determinantes da Procura de Notas e Moedas em Circulação em Moçambique: uma abordagem econométrica”, *Staff paper* 13, Banco de Moçambique, por Jamal Omar.

⁵ O modelo considera que os períodos desfasados são os mais importantes para explicar a inflação corrente, sendo o lag dos agregados monetários de dois meses, o da taxa de câmbio de um mês e o da inflação sul africana de quatro meses.

⁶ O modelo demonstra que os agentes económicos em Moçambique formam expectativas inflacionárias através do comportamento da taxa de câmbio do metical em relação ao rand sul africano.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

(ii) Impacto da política monetária restritiva

As variações mensais de Fevereiro e Março foram, em média, consentâneas com a sazonalidade dos outros anos, o que permitiu uma desaceleração da inflação anual em 3.9 pontos percentuais de Janeiro a Março. Esta desaceleração está associada à política monetária restritiva implementada desde o início do ano,⁷ que resultou na (i) contracção acumulada do M2 em 3.4 por cento e sua desaceleração, em termos anuais, de 18.7 por cento em Dezembro de 2003 para 15.1 por cento em Março de 2004, e (ii) redução acumulada da Base Monetária em 9.4 por cento, levando à desaceleração do agregado, em termos anuais, de 21.7 por cento em Dezembro de 2003 para 19.1 por cento em Março de 2004.

(iii) Impacto de factores aleatórios

O modelo em análise considera como principais determinantes da inflação os agregados macroeconómicos referidos nos parágrafos anteriores, deixando para o termo erro todos os outros factores. Durante os primeiros três meses de 2004, a margem de erro do modelo, resultante da comparação entre a previsão e os dados observados da inflação, é relativamente elevada, mostrando que a inflação observada até Março contém o impacto significativo dos factores temporários,⁸ sabendo que a principal fonte das variações esporádicas é a fixação administrativa de preços de alguns produtos do cabaz do IPC.

Com efeito, a subida dos preços de produtos administrados também concorreu para a aceleração da inflação em Janeiro, com destaque para o ajustamento dos preços de gasóleo (4.4 por cento), petróleo (2.3 por cento), gás (7.1 por cento) e água (27 por cento). Ademais, o preço do petróleo voltou a aumentar em Fevereiro (4.9 por cento) e em Março (3.2 por cento), fazendo com que a contribuição acumulada da componente dos bens não alimentares no IPC crescesse de 2.3 por cento em Janeiro para 4.0 por cento em Março.

(iv) Perspectivas para o resto do ano

As perspectivas para 2004 indicam que apesar da taxa de câmbio ter iniciado o ano com uma apreciação, e os agregados monetários indicarem uma contracção, será necessária a continuidade de uma política monetária restritiva sob pena da inflação atingir níveis acima dos programados, devido, essencialmente, a possíveis ajustamentos dos agentes económicos pelo facto da inflação observada no final de 2003 ter se desviado da meta programada em 3 pontos percentuais.

Neste contexto, com base na inflação observada até Março, recorrendo ao modelo econométrico em referência, a previsão para finais do ano de 2004 aponta para uma inflação de 12.4 por cento, considerando válidos os seguintes pressupostos básicos:

- (i) Estabilidade da taxa de câmbio;⁹
- (ii) Manutenção da estabilidade dos preços sul africanos;¹⁰
- (iii) Maior esterilização, por parte do Banco de Moçambique, da liquidez resultante da entrada de ajuda externa ao governo;¹¹ e
- (iv) Todos factores sazonais irão tomar o seu padrão médio observado em 2003.



⁷ O modelo indica que ajustamento dos desequilíbrios é de 18 por cento por mês, ou seja, assumindo que a inflação de Janeiro é resultado da inércia, a sua correcção automática levaria cerca de 6 meses, mas uma política monetária mais restritiva e taxa de câmbio mais estável podem acelerar o processo de ajustamento.

⁸ Em Março de 2004, a margem de erro é, em módulo, de 0.22 contra os 0.20 em Dezembro de 2003.

⁹ A evolução do rand é muito dependente dos ganhos do Euro em relação ao USD, e há um entendimento geral dos países europeus de que mais apreciação do Euro em relação ao USD não traz vantagens para as suas economias, dando sinais que o metical poderá tirar benefícios nos próximos meses.

¹⁰ Existe um cometimento do Reserve Bank da África do Sul de manter a inflação no target anunciado.

¹¹ No âmbito das eleições gerais deste ano, espera-se a entrada de um volume significativo de ajuda externa.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.2 PRODUTO INTERNO BRUTO

De acordo com dados preliminares do MPF, o PIB em 2003 cresceu 7.1 por cento, contra 7.4 por cento registado no ano anterior. Excluindo os grandes projectos, o crescimento é de 6.2 por cento. O deflactor do PIB incrementou em 12.6 por cento, o que representa 1.1 pontos percentuais acima do valor de 2002 e 1.2 por cento abaixo da taxa de inflação medida pelo IPC da Cidade de Maputo.

Uma análise das componentes da despesa agregada no período em consideração mostra que as exportações é que tiveram um maior contributo para o crescimento do PIB, ao observarem uma variação de 23.2 por cento contra a cifra de 7.4 por cento registada em 2002, num cenário em que as importações aumentaram em 1.0 por cento. O incremento das exportações dos grandes projectos em 38.7 por cento foi determinante para o desempenho do sector exportador.

O consumo total aumentou em 8.9 por cento contra a cifra de 5.4 por cento registada em 2002. O consumo privado e público registaram a mesma taxa de crescimento de 8.9 por cento. No entanto, relativamente a 2002 o consumo público cresceu em 8.6 pontos percentuais enquanto que o consumo privado incrementou em 2.8 pontos percentuais.

Enquanto isto, as despesas em investimento reduziram em 11.2 por cento face a variação de 53.4 por cento observada no ano anterior. As grandes oscilações nas variações do investimento são explicadas pelo impacto dos grandes projectos referidos anteriormente. No caso vertente de 2003, a redução do investimento directo estrangeiro em 3 por cento, reportada na balança de pagamentos, contribuiu para a queda desta componente da despesa interna.

Quadro 3: Despesa interna – taxa de crescimento real em %

Componentes da Despesa	2001	2002	2003
Consumo Total	4.1	5.4	8.9
Consumo Privado	2.3	6.1	8.9
Consumo Público	17.9	0.3	8.9
Formação Bruta de Capital	-10.0	52.4	-11.2
Exportações de Bens e Serviços	50.1	7.4	23.2
Importações de Bens e Serviços	-14.9	43.0	1.0
PIBpm	13.0	7.4	7.1

Fonte: Ministério do Plano e Finanças

3.2.1 Produção Sectorial

Analisando a produção na óptica da produção total em volume, e segundo dados preliminares do balanço do Plano Económico e Social (PES) de 2003, produzido pelo MPF, a produção global cresceu em 4.8 por cento contra os 16.7 por cento observados em 2002. No entanto, se excluirmos a produção de alumínio, o seu incremento situa-se em 2.3 por cento face à de 17.1 por cento registado no ano anterior.

O quadro 4 apresenta as taxas de crescimento dos sectores de produção em volume.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 4: Taxa de Crescimento da Produção Sectorial em Volume

Sectores	2002	2003
Agricultura, Pecuaria e Sivicultura	10.0	8.6
Pesca	-4.6	11.1
Ind. Extracção de Minerais	52.1	31.6
Indústria transformadora	3.9	14.9
Electricidade e Água	10.2	-12.6
Construção	104.6	-7.6
Comércio	1.1	5.3
Serviços de reparação	3.9	1.9
Restaurantes e Hotéis	-1.6	8.6
Transportes e Comunicações	-8.1	8.6
Serviços Financeiros	1.7	0.9
Aluguer de Imóveis	2.5	2.4
Serviços Prestados a Empresas	12.0	2.0
Serviços do Governo	1.5	6.3
Outros Serviços	7.1	9.7
Produção Total	16.7	4.8
Produção s/ Alumínio	17.1	2.3

Fonte: PES – Ministério do Plano e Finanças

3.2.1.1 Agricultura, Pecuaria e Sivicultura

Apesar da estiagem que afectou as zonas sul e centro de Moçambique, a produção agrícola cresceu em 12.7 por cento em 2003, representando um acréscimo de 5.4 pp relativamente a 2002. Este comportamento foi suportado pela produção de produtos básicos alimentares que observaram uma variação de 19.2 por cento.

De referir que o sector empresarial agrícola teve um crescimento significativo de 109 por cento resultante do aumento da produção de hortícolas, tabaco e tomate. No entanto, o sector familiar continua a deter a maior porção na estrutura da produção agrícola, com 90 por cento do produto e 75 por cento da produção comercializada.

3.2.1.2 Indústria Transformadora

A Indústria Transformadora registou um crescimento de 14.9 por cento contra a variação de 3.9 por cento observada em 2002. Se excluirmos a produção do alumínio da MOZAL (aumento da produção em 51.6 por cento com a entrada em funcionamento da II fase), a taxa de crescimento é de 9.3 por cento. Os factores que contribuíram para este desempenho foram:

Indústria de Bebidas e Tabaco: A sua taxa de crescimento situou-se nos 12.7 por cento favorecida por uma forte procura interna. Este sector tem registado nos últimos anos um forte dinamismo, tendo em 2001 e 2002 atingido taxas de crescimento de 8.9 por cento e 10.4 por cento, respectivamente.

Prod. Metálicos, Máquinas e Equipamento: Este sector cresceu em 53.3 por cento, devido, essencialmente, à produção de estruturas metálicas para a MOZALII. É de recordar que em 2001 e 2002 esta indústria observou taxas de crescimento negativas.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Metalúrgica de Base: Incremento da produção em 51.1 por cento, face a entrada em funcionamento, no II semestre, da segunda fase da MOZAL. Contudo, excluindo este efeito, o desempenho deste sector regista um abrandamento de 40.5 por cento, como consequência da crescente sub-utilização da capacidade instalada.

Outras indústrias que tiveram um bom desempenho foram:

- Móveis e Outros da Indústria Transformadora: 161.5 por cento
- Couro e Artigos de Couro: 33.6 por cento
- Minerais Não Metálicos: 21.4 por cento
- Indústria de Madeira: 17.9 por cento
- Produtos Químicos: 14.2 por cento

No entanto, outros sub-sectores da Indústria transformadora registaram taxas negativas de crescimento. Por exemplo, a indústria têxtil voltou a observar uma queda de produção (-7.6 por cento) em face da crescente sub-utilização da capacidade instalada das fábricas que ainda estão em funcionamento. Mais ainda, o sub – sector de papel e artes gráficas decresceu em 9.5 por cento.

3.2.3 Outros Sectores

Pesca – Em 2003, a produção pesqueira cresceu em 11.1 por cento, contra a queda de 4.6 por cento observada em 2002. Refira-se que a procura externa absorveu 35 por cento da produção, o que indica que este sector é muito sensível à variação dos preços no mercado internacional.

Energia Eléctrica e Água – Este sector registou um decréscimo de 12.6 por cento. A produção da energia eléctrica reduziu em 14.2 por cento, devido aos trabalhos de reabilitação e modernização em curso na HCB, diminuindo as exportações da energia para os países vizinhos.

Construção – Redução dos níveis de produção em 7.6 por cento em face do declínio das despesas de construção da II fase da MOZAL e do gasoduto de Temane para a África do Sul.

Comércio – O crescimento em 5.3 por cento deveu-se ao bom desempenho da actividade agrícola, das pescas, das indústrias transformadora e extractiva, originando um maior fluxo de produtos comercializados.

Restaurantes e Hotéis – Este sector registou um incremento de 8.6 por cento. Importa referir que a realização da Cimeira da União Africana, em Junho de 2003, teve um impacto positivo no desempenho deste sector. Mais ainda, existem boas perspectivas no que respeita ao crescimento do turismo com a aprovação, no ano em análise, de projectos orçados em USD 52 milhões.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Transportes e Comunicações – O crescimento em 8.6 por cento dos Transportes e Comunicações deveu-se a:

- Incremento do tráfego ferroviário (68.8 por cento), principalmente de carga, na zona sul;
- Expansão do tráfego rodoviário de passageiros, com destaque para o transporte semi-colectivo;
- Crescimento do transporte aéreo em 15.6 por cento face a abertura de novos pontos de entrada, com a implementação da nova política de aviação civil, e o aumento de tráfego com a realização da cimeira africana.

No geral, os diferentes tipos de transportes observaram um incremento de produção, em termos de volume, com a excepção do *pipeline* que registou uma queda de 13.1 por cento devido à crise económica e política no Zimbabwe.



2º andar- Quadro de Pádua



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.3. FINANÇAS PÚBLICAS

Na sequência das reformas do sector fiscal, o Governo iniciou, em Janeiro de 2003, a implementação do novo código de impostos sobre pessoas singulares (IRPS) e sobre pessoas colectivas (IRPC). Este novo código, prevê o pagamento do IRPS pelos funcionários do sector público.

Em finais de 2003, foi implementado o SISTAFE (Sistema de Administração Financeira do Estado), e como consequência, foi eliminado o “período complementar”, exceptuando-se as despesas salariais e pensões que continuam a transitar para o ano seguinte. Ocorreu também um incremento do imposto específico sobre combustíveis em 62.5 por cento como forma de recuperar a erosão sofrida nos últimos anos.

No que concerne ao desempenho do sector fiscal em 2003, o saldo primário, em percentagem do PIB, cifrou-se em 3.9 por cento, o que representa uma redução em 4.7 pontos percentuais comparativamente a 2002.

No entanto, relativamente às metas de 2003, o défice primário extravasou o valor programado em 3.7 por cento, ao observar a cifra de 3,961.4 mdc. Este resultado é explicado, essencialmente, pelo incremento das despesas de investimento em 2.1 por cento acima do valor previsto.

Quadro 5: Principais Indicadores Orçamentais em percentagem do PIB¹²

Indicadores	Dez 00	Dez 01	Dez 02	Dez 03
Défice Global Antes dos Donativos	16,1	18,2	21,1	15,3
Défice Global Depois dos Donativos	5,2	8,8	9,7	5,0
Défice Corrente	0,7	9,8	2,4	1,6
Défice Primário	7,7	6,8	8,6	3,9

Fonte: Mapa de Execução Orçamental - MPF

3.3.1. Receitas Orçamentais

O total das receitas arrecadadas até Dezembro de 2003 foi de 14,714.2 mdc (14.3 por cento do PIB), 0.2 pp acima do verificado no ano anterior e dentro das previsões orçamentais. No geral, as diversas rúbricas das receitas incrementaram o seu rácio relativamente ao PIB, como se pode observar no Quadro 6.

As receitas tributárias, que representam cerca de 93 por cento do total das receitas, superaram em 0.8 por cento o valor previsto. Este desempenho foi favorecido pelas receitas sobre o comércio externo que ultrapassaram em 7.0 por cento, o valor programado.

¹² Para 2003 usou-se o PIB programado.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O desempenho do imposto sobre bens e serviços, que constitui a maior porção das receitas tributárias, esteve 1.5 por cento acima do valor previsto, tendo sido influenciado pela colecta do imposto sobre combustíveis que se situou em 28 por cento acima da meta programada. No entanto, os impostos sobre consumos específicos (cervejas, refrigerantes e tabaco) contrariaram esta tendência, ao se situarem 14 por cento abaixo do programado.

No que concerne aos impostos sobre o rendimento, o grau de execução situou-se nos níveis programados, em particular devido a arrecadação do IRPC que superou a meta em 24 por cento, já que a colecta do IRPS situou-se aquém do previsto, devido ao início tardio da sua cobrança aos funcionários públicos (apenas em Abril). De referir que continuam a funcionar em paralelo o IRPC e a Contribuição Industrial (antigo imposto sobre os lucros).

Quadro 6: Evolução das Receitas como Percentagem do PIB

	Dez 00	Dez 01	Dez 02	Dez 03
Receitas Totais	13.1	13.4	14.1	14.3
Receitas Tributárias	12.0	12.0	12.5	13.3
Impostos s/Rendimento	1.8	2.1	2.5	3.1
Impostos s/Bens e Serviço	7.6	7.5	7.5	7.6
Impostos s/Com. Internacional	2.3	2.1	2.2	2.2
Outros Impostos e Taxas	0.4	0.3	0.3	1.0
Receitas Não Tributárias	1.1	1.4	1.7	0.4

Fonte: Mapa de Execução Orçamental - MPF

O gráfico 2, mostra que as receitas dos impostos sobre bens e serviços continuam a deter o maior peso no total das receitas (acima de 50 por cento), não tendo observado nenhuma variação relativamente a 2002.

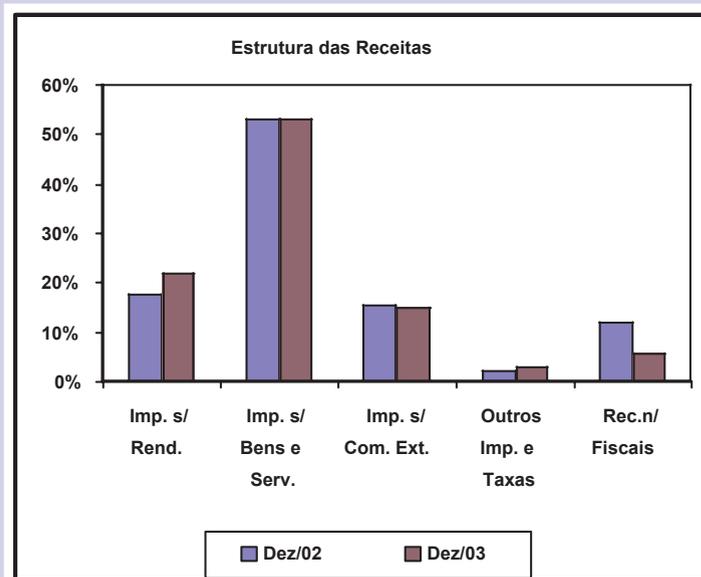


Gráfico 2



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O peso dos impostos sobre o rendimento aumentou significativamente, como consequência da reforma tributária em curso, cujos esforços estão concentrados no aumento da base tributária directa. O peso das receitas não fiscais reduziu relativamente a 2002.

3.3.2. Despesas Orçamentais

As despesas totais do Estado atingiram a cifra de 30,443.1 mdc, ou seja, 3.1 por cento acima do limite programado, situando-se a 29.6 por cento do PIB, o que representa uma desaceleração de 4.1 pontos percentuais relativamente a 2002, como o demonstra o quadro 7.

Quadro 7: Evolução das Despesas em Percentagem do PIB

	Dez 00	Dez 01	Dez 02	Dez 03
Despesas Totais	29.3	31.6	34.7	29.6
Despesas Correntes	13.8	14.4	16.3	15.9
Salário	6.8	6.8	7.5	7.1
Bens e Serviços	3.5	3.3	3.4	2.9
Serviço da Dívida	0.2	0.7	1.5	1.3
Transferências Correntes	2.8	2.8	3.6	3.0
Outras Despesas Correntes	0.8	0.8	0.6	0.8
Despesas de Investimento	12.9	14.5	14.6	13.0
Empréstimos Líquidos	2.5	2.6	4.1	0.5

Fonte: Mapa de Execução Orçamental - MPF

Despesas Correntes

No que tange as despesas correntes, estas atingiram a cifra de 16341.9 mdc, situando-se em 99.7 por cento do limite programado e 15.9 por cento do PIB, contra o valor de 15.8 por cento observado no ano transacto. No comportamento das despesas correntes importa salientar o seguinte:

- **Salários** - Aumento das despesas salariais devido ao incremento em 17 por cento do salário dos funcionários do Estado, com efeitos a partir de Abril de 2003, para além do aumento do número de funcionários nas áreas da saúde, educação e segurança. É de salientar que, as despesas com salários situaram-se dentro das previsões, tendo mesmo baixado 0.4 pp como proporção do PIB.
- **Juros da Dívida:** O pagamento de juros da dívida interna foi 8.4 por cento superior ao programado, devido a entrada irregular da ajuda externa, que se concentrou no IV trimestre, o que obrigou o Governo a financiar o seu défice de tesouraria através de BT's. No entanto, a queda das taxas de juro dos BT's, que se registou no período, amorteceu, em parte, este efeito. Por seu turno, os juros da dívida externa extravasaram o valor programado em 31.2 por cento, pelo facto de as projecções sobre o perdão de dívida, terem sido bastante optimistas. Note-se que o rácio do pagamento de juros da dívida relativamente ao PIB reduziu em 2003.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Despesas de Investimento

Em 2003, o peso das Despesas de Investimento em relação ao PIB, reduziu em 0.6 pp relativamente a 2002, ao se situar em 13.0 por cento, contrariando a tendência de crescimento que se vinha registando nos últimos anos como reporta o Quadro 7.

Apesar deste comportamento, as Despesas de Investimento situaram-se 2.1 por cento acima da cifra programada. Salientar que cerca de 47 por cento das mesmas foram realizadas no último trimestre, reflectindo os atrasos nos desembolsos da ajuda externa.

Empréstimos Líquidos

Os Empréstimos Líquidos foram de 480.7 mdc, contra os 33.0 mdc programados, o que equivale a 0.5 por cento do PIB. Tal significa uma redução de 3.6 pp, comparativamente a 2002.

Salienta-se que o saldo positivo desta rubrica deve-se aos empréstimos concedidos às empresas públicas pelos credores internacionais (empréstimos involuntários) que ascenderam a 644.3 mdc, contra os 238.4 mdc programados.

Estrutura das Despesas

A estrutura das despesas reportada no Gráfico 3, mostra um maior crescimento do peso das despesas correntes relativamente às despesas de investimento e uma queda assinalável dos empréstimos líquidos.

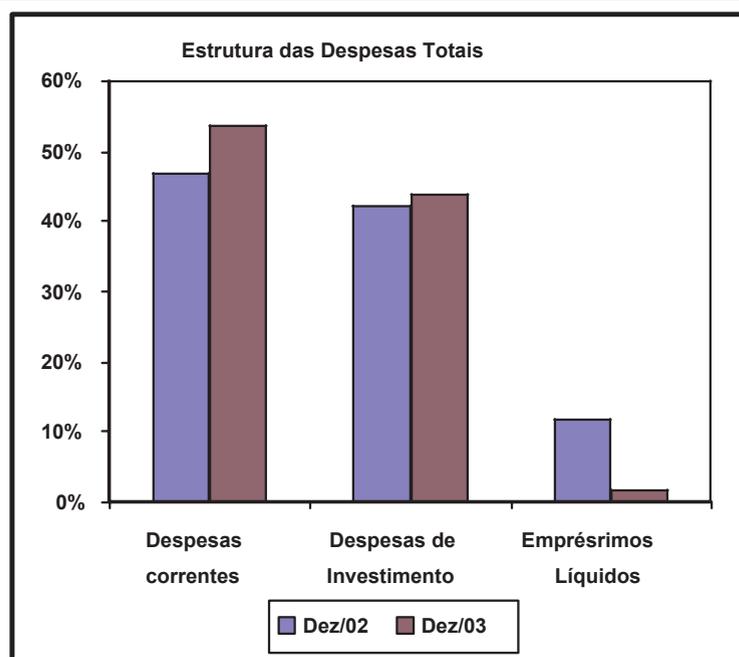


Gráfico 3



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.3.3 Saldo e Financiamento

As receitas totais cobriram em 48.3 por cento as despesas orçamentadas o que se traduz num défice global de 15,728.9 mdc. Para cobrir este défice o Estado recorreu a fontes alternativas de financiamento, destacando-se:

Donativos: Totalizaram 10,590.0 mdc, o que corresponde a 98 por cento do montante programado. O Quadro 8 mostra a irregularidade do influxo de donativos, que se concentrou no último trimestre (cerca de 54 por cento do total), o que forçou o Governo a posticipar os pagamentos aos fornecedores e a recorrer ao financiamento interno para suprir o défice de tesouraria;

Empréstimos externos: Atingiram, em 2003, o valor de 5,582.6 mdc (8.1 por cento acima da previsão orçamental), tendo sido desembolsados cerca de 48 por cento deste valor no último trimestres do ano (ver Quadro 8);

Financiamento Interno: O programa previa uma poupança líquida do Governo de 591.8 mdc, mas a mesma foi de 404.9 mdc. Refira-se que no IV trimestre foram emitidos BT's no valor de 1,936 mdc e o Governo registou perdas de compensação, junto do sistema bancário, na ordem dos 1,113 mdc.

No entanto, estes fluxos de crédito interno ao Governo foram mais do que compensados com a maior entrada de ajuda externa ocorrida no período, tendo o Governo obtido uma poupança líquida de 1,961.3 mdc, contra um desgaste de 1,015.5 mdc observado no III trimestre.

Quadro 8: Fluxos Trimestrais do Financiamento ao Orçamento em 2003 em mdc

Rubricas	I trimestre		II trimestre		III trimestre		IV trimestre	
	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.	Prog.	Real.
Donativos	3,189.7	3,067.3	1,740.2	454.0	3,367.1	1,380.2	2,5114.0	5,688.4
Empréstimos								
Externos	584.2	856.5	676.5	951.2	615.8	1,189.6	3,286.7	2,585.3
Financiamento Interno	537.0	-110.7	884.4	651.6	303.5	1,015.5	-2,316.7	-1,961.3

Fonte: Mapa de Execução Orçamental - MPF



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.4 SECTOR MONETÁRIO

3.4.1 Programa Monetário para Dezembro de 2003

O programa monetário para Dezembro de 2003, revisto em Outubro, previa para os Activos Internos Líquidos do BM – principal variável instrumental - uma expansão não superior a 3,316 mdc, o mesmo que uma variação percentual de 3.7 por cento em relação ao realizado em 2002. A concretização deste objectivo pressupunha:

- Um valor de Activos Externos Líquidos do Banco de Moçambique não inferior a 4,921 mdc; e
- Aumento da Base Monetária até 8,238 mdc, no máximo;
- O crédito líquido ao Governo deveria no máximo situar-se em -4,615 mdc (saldo).

A actuação da Autoridade Monetária ao longo do ano permitiu manter os agregados monetários dentro do patamar previsto até ao III trimestre, facto que levou em Outubro a revisão da meta da Massa Monetária para Dezembro de 18 por cento para 13.5 por cento. No entanto, a entrada de um volume elevado de ajuda externa no último trimestre, pressionou a expansão da BaM e do M2, com reflexos na procura agregada, facto que culminou com a aceleração da inflação acima do previsto, ao se situar em 13.8 por cento contra a meta indicativa de 10.8 por cento.

Os atrasos na entrada de ajuda externa e a eliminação do período complementar do Orçamento do Estado, e pelas despesas relacionadas com as Eleições Autárquicas de Novembro de 2003. Só em Dezembro o M2 aumentou em 6.1 por cento e a BaM em 15 por cento (de Novembro à Dezembro as NMC's aumentaram em 19.1 por cento).

Quadro 9: Metas e Realização do Programa Monetário para Dezembro de 2003

Agregados	Dez/02	Mar	Jun	Set	Dez/03	Meta/Dez
						(MzM)
Activos Internos líquidos	3,198	2,561	3,862	3,326	1,309	3,316
RILs em milhões de USD	625	647	611	623	798	656
Activos Externos Líquidos	3,935	4,647.7	3,108	3,957	6,574.1	4.921
Base Monetária	7,132	6,607.9	6,970	7,282.9	8,682	8,238
						(%)
Massa monetária	23.0	12.7	9.8	7.3	18.7	12.5
Crédito à Economia	4.2	-5.2	-0.5	2.2	-1.1	9.2
Inflação Homóloga	9.1	13.7	14.4	14.0	13.8	10.8
Tx. de Câmbio MZM/USD						
(var. Anual)	2.3	0.97	0.76	-0.55	0.01	0



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 2

Correcções Estatísticas às Contas Monetárias a partir de Dezembro de 2002

Inserido no processo de aprimoramento das estatísticas monetárias, o Banco de Moçambique, em estreita coordenação com os Departamentos de especialidade do FMI, procedeu à correcções da sua série estatística, com efeitos a partir de Dezembro de 2001.

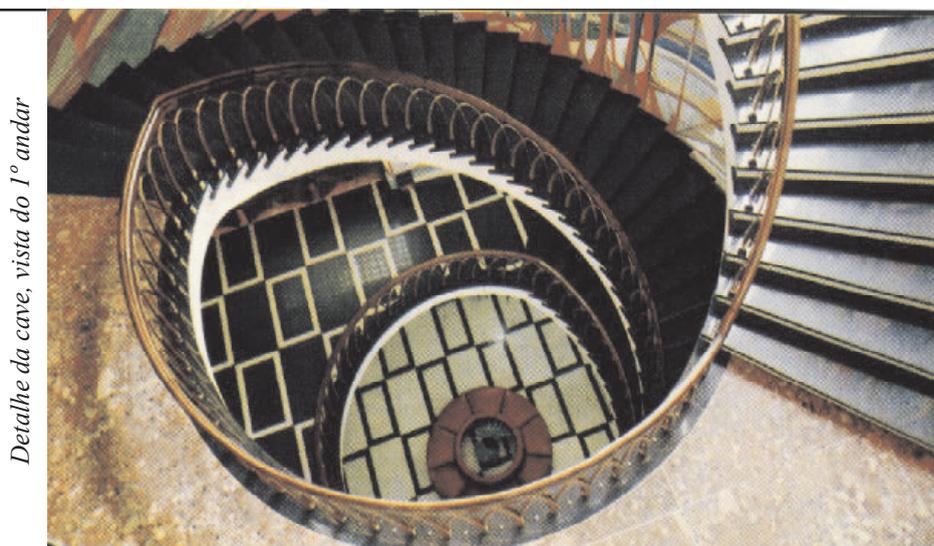
As correcções incidiram sobre as seguintes rubricas:

- *Fundos Consignados*
- *Depósitos da Economia*
- *Depósitos de Caução*

O trabalho de reclassificação dos valores constantes da rubrica Fundos Consignados da síntese dos bancos comerciais, consistiu em manter esta classificação somente para os fundos contraídos pelo Estado, sendo que os fundos dos bancos, à consignação de entidades residentes, passaram a intergrar o conceito de Massa Monetária, enquanto que os de não residentes, passaram a ser registados nas Responsabilidades Externas de Médio e Longo Prazos. Estas correcções produziram impacto nas contas do Crédito Líquido ao Governo, nos Activos Externos Líquidos e nos Depósitos da Economia nos bancos comerciais. Assim, da reclassificação feita aos Fundos Consignados, foram incorporados no agregado Massa Monetária, 75 mdc em Dezembro de 2002 e 422 mdc em Dezembro de 2003.

As correcções abrangeram também a reclassificação dos Depósitos da Economia. Algumas instituições de crédito incluíam, erradamente, depósitos de algumas entidades do Estado como se de empresas públicas se tratasse. Assim, foram retirados dos Depósitos da Economia e incorporados nos Depósitos do Governo. Esta operação afectou a posição líquida do Estado junto do sistema e o saldo dos depósitos da economia. De salientar que em Dezembro de 2002 e Dezembro de 2003, esses depósitos totalizavam 167 mdc e 133.6 mdc respectivamente.

Finalmente, foram reclassificados os Depósitos de Caução que vinham sendo registados na rubrica de Outros Activos e Passivos Líquidos na síntese dos bancos comerciais, incorporando-os nos Depósitos da Economia. Tal afectou, significativamente, a variação do agregado Massa Monetária e dos Outros Activos e Passivos Líquidos. Em Dezembro de 2002 e Dezembro de 2003, o saldo dos Depósitos de Caução era de 741.8 mdc e 927 mdc respectivamente.



Detalhe da cave, vista do 1º andar



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.4.2. Base Monetária

A BaM registou em Dezembro de 2003 um saldo de 8,682.7 mdc, contra o previsto no programa monetário de 8,238 mdc, representando um crescimento anual de 22 por cento, após 17.8 por cento em Dezembro de 2002. Em termos acumulados, até Setembro, a BaM cresceu em 2.1 por cento, tendo o último trimestre, sobretudo, o mês de Dezembro, sido responsável pela expansão observada no ano.

Dos factores de criação da BaM, destaca-se o acréscimo dos AELs em cerca de 2,639 mdc, dos quais 2,617 mdc resultaram dos desembolsos de ajuda externa no último trimestre, o que permitiu amortecer os AILs que se situaram em cerca de metade do valor previsto no programa monetário e melhorar a posição do Estado junto do Banco de Moçambique (o CLG reduziu no ano em 1,444.5 mdc).

De acordo com o Quadro 9, o saldo dos AILs em Dezembro esteve muito abaixo do previsto no programa monetário, e situou-se aquém do realizado em 2002.

Os Empréstimos e Adiantamentos praticamente não variaram no trimestre, mas em termos anuais reduziram em cerca de 200 mdc.

A análise das componentes da BaM mostra que as NMCs registaram um fluxo anual de 912.21 mdc (22.3 por cento) e as RBs 638.2 mdc.

Notas e Moedas em Circulação

Da variação anual das NMCs em 22.2 por cento, cerca de 19.4 por cento foi realizada no último trimestre. Este acréscimo é fundamentalmente justificado pelo atraso nos desembolsos de ajuda externa, que fez com que os pagamentos do Estado aos seus fornecedores se concentrassem no IV trimestre, assim como, a eliminação do período complementar do OE, no âmbito das reformas em curso que obrigou o MPF a efectuar o pagamento de todas despesas (excluindo o décimo terceiro vencimento e as pensões) até ao dia 31 de Dezembro.

Outro factor determinante foi a pressão do público sobre o numerário para fazer face as despesas inerentes as campanhas de comercialização agrícola.

Reservas Bancárias

As Reservas Bancárias registaram em 2003 um incremento de 21 por cento, como resultado dos seguintes factores:

- Ganhos dos bancos comerciais nas sessões de compensação, reflectindo pagamento de despesas do Estado em cerca de 3816 mdc; e
- Depósitos líquidos de numerário junto do BM em 2471.2 mdc.

O impacto destes factores na variação das RBs foi atenuado pela emissão líquida de TAMs na ordem de 491.2 mdc, pelas vendas líquidas de divisas no



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

MCI no valor aproximado a 3470 mdc e emissão líquida de BT's no valor de 1226 mdc, entre outros factores

3.4.3 Mercado Monetário Interbancário

O Quadro 10 mostra os montantes transaccionados nos vários segmentos do MMI e as respectivas taxas de juro no final do ano.

Quadro 10: Operações do Mercado Monetário Interbancário

	Montante (mdc) Dez02	Taxa de Juro em 31/12 (%)	Montante(mdc) Dez03	Taxa de Juro em 31/12(%)
TAMs	4,285.0	22.09	9,256.0	13.53
BTs	10,434.5	29.37	5,931.5	12.93
Permutas	13994.5	15.23	19,894.5	11.53
FPA	3,059.0	12.00	19,141.0	8.25
FPC	11.023.0	26.5	16,789.5	18.50

No MMI, o Banco de Moçambique manteve a postura de intervenção tendo em vista a contenção da expansão dos agregados monetários. Assim, no ano, o BM emitiu TAMs no valor de 9,256 mdc contra 4,285 mdc em 2002. Por outro lado, o recurso as emissões de BTs para financiamento dos défices temporários do Estado reduziu, ao se registar uma emissão acumulada de 5,931 mdc, após 10,4345 mdc em 2002.

As intervenções no MMI, por iniciativa dos Bcoms confirmam a posição longa em liquidez que o sistema financeiro apresentou em 2003. Assim, no âmbito da facilidade permanente de absorção (FPA), as instituições de crédito colocaram 19,141 mdc face a 3,059 mdc em 2002. Relativamente a FPC, houve um incremento passando de 11,023 mdc em 2002 para 16,789.5 mdc no ano em análise.

As permutas de liquidez entre as instituições de crédito registaram até o final de 2003 um valor de 19,894.5 mdc, representando uma queda de 5,900 mdc em relação aos valores permutados em 2002.

Relativamente as taxas de intervenção do BM, estas mantiveram a tendência de redução iniciada em Agosto de 2002, tendo com efeito sido alteradas três vezes, sendo a primeira em Janeiro, a segunda em Fevereiro e a terceira em Outubro, quando a FPC passou de 21.75 por cento para 18.5 por cento e a FPA de 9.25 por cento para 8.25 por cento.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O Gráfico 4 mostra a tendência de queda das taxas de juro no MMI, ao longo de 2003.

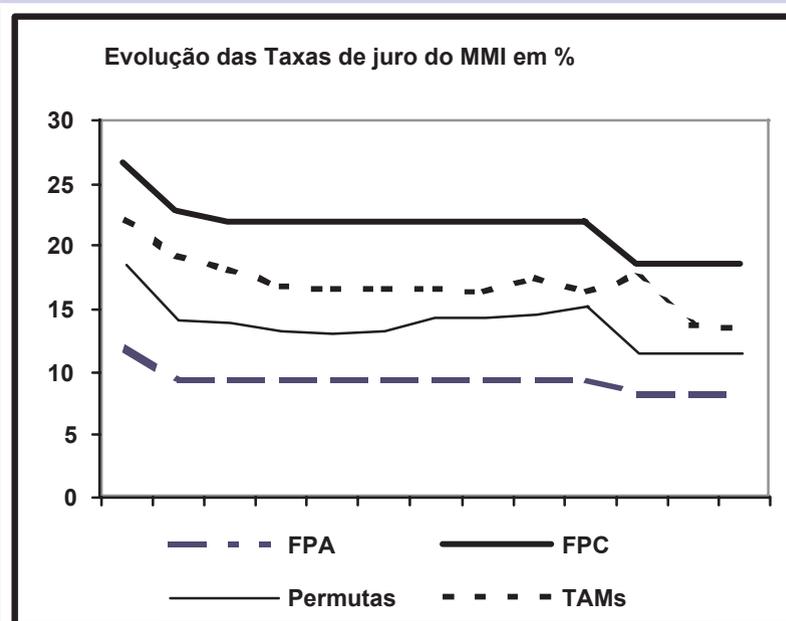


Gráfico 4

3.4.4 Taxas de Juro de Empréstimos e Depósitos

As taxas de juro médias, em moeda nacional, praticadas pelas instituições de crédito nas suas operações com o público reduziram significativamente no ano, como se pode observar no Gráfico 5. A média das operações activas em Dezembro situou-se em 28.1 por cento, contra 37.1 por cento em igual período de 2002, enquanto a das operações passivas desaceleraram para 11.6 por cento após 17.3 por cento em Dezembro de 2002.

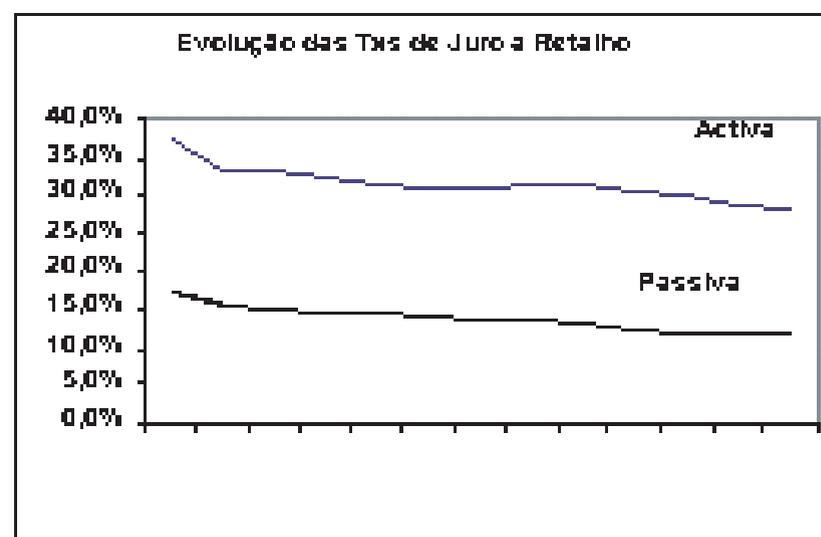


Gráfico 5



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A contínua queda das taxas de juro começou a observar-se em Janeiro de 2003 quando, comparativamente a Dezembro de 2002, as taxas activas caíram em 350 pontos base e as passivas em 161 pontos base, ao registarem médias de 33.59 por cento e 19.19 por cento, respectivamente.

A mesma tendência de redução observou-se nas taxas de juro médias em moeda estrangeira. Assim, a média das operações activas registou o valor de 6.7 por cento em Dezembro de 2003 face a taxa média de 7.9 por cento praticada em igual período de 2002. Nas operações passivas a taxa de juro média, em Dezembro de 2003, caiu em 12 pontos base comparativamente ao ano anterior, ao situar-se em 1.4 por cento. Como reflexo desta desaceleração, o diferencial entre as taxas de juro das operações activas e das passivas, em moeda nacional, reduziu ao passar de 19.8 pontos percentuais em Dezembro de 2002 para 16.5 pontos percentuais em Dezembro de 2003. Em termos de moeda externa, o diferencial das taxas de juro foi de 5.3 pontos percentuais em Dezembro de 2003, face a cifra de 6.4 pontos percentuais registada em igual período do ano anterior.

3.4.5 Massa Monetária

A massa Monetária – M2 – expandiu, até Dezembro, em 18.7 por cento, menos 4.0 p.p. do que em igual período 2002. Tal como aconteceu com BaM, o IV trimestre foi responsável por 52 por cento da expansão deste agregado. Até Setembro a variação acumulada situava-se em 8.5 por cento e só em Dezembro, o M2 cresceu em cerca de 6.1 por cento.

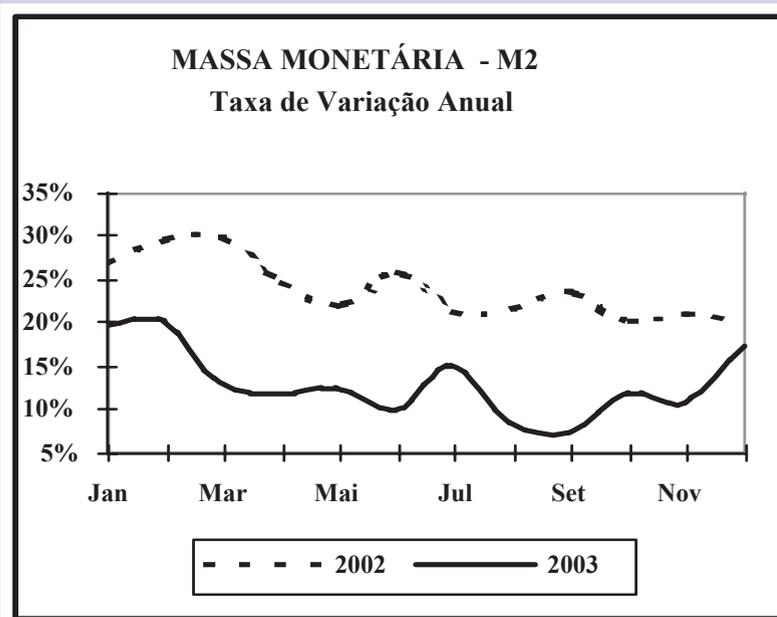


Gráfico 6



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em termos de estrutura do M2 verificou-se uma relativa estabilidade no peso das suas componentes ao situar-se em torno dos 13 por cento para NMC/M2 e 87 por cento para os DTs /M2. Desagregando os DTs por moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional foram os mais dominantes ao deterem em média cerca de 51 por cento dos DTs.

A desagregação dos Depósitos por maturidade sugere maior volatilidade dos depósitos à ordem e com tendência crescente, contrariamente aos Depósitos à Prazo que se mostram mais estáveis no tempo.

Massa Monetária na óptica do Multiplicador Monetário

O multiplicador monetário apresentou-se estável ao longo de 2003. Em Dezembro de 2002 este rácio foi de 3.81, tendo atingido o seu pico em Março (4.1) e em Dezembro de 2003 desacelerou para 3.7. Esta evolução sugere que o crescimento da BaM foi o factor determinante na evolução do M2.

O quadro 12 mostra, em termos anuais, a decomposição do fluxo do M2 em termos de efeito do crescimento do multiplicador e da expansão da BaM em mdc.

Quadro 12: Variações do M2 decorrentes do efeito multiplicador e BaM

	Dez/02	Mar/03	Jun/03	Set/03	Dez/03
Varição anual do M2	5,301.789	4,202,44	3,892.99	1,925.123	5,089.48
1. Devida ao multiplic.	1203.431	878.999	1428.254	962.964	-666.38
2. Devida ao BaM	3,884.562	3200,42	2,329.356	2,341.099	5,900.598
Combinação de 1 e 2	213.7960	-29,564	6.086	-34.267	-144.734

3.4.6 Crédito à Economia

O programa monetário para 2003 previa um crescimento do crédito à economia em 9.2 por cento. Entretanto, o valor de crédito realizado representa um decréscimo em termos acumulados de 1.1 por cento, equivalente a um fluxo de -1,584.2 mdc.

A redução do Crédito em 2003 é basicamente explicada pelo saneamento da carteira do crédito dos bancos comerciais, assim como pela recuperação de créditos vencidos que, em termos acumulados, atingiu o valor de 2,260 mdc contra 939 mdc em 2002. Assim, retirando estes efeitos, o CE passa de 14,367.3 mdc para 16.627 mdc, o que representa uma variação anual de 14.5 por cento.

A estrutura do crédito por moedas mostra um maior predomínio para componente em moeda estrangeira com um peso de 55.7 por cento contra 44.4 por cento em moeda nacional, posição que contraria a observada em Dezembro de 2002, onde o CE em MN deteve 54 por cento perante 46 por cento para componente em ME.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

O stock de crédito à economia por sectores em Dezembro de 2003 indica que 19 por cento do crédito estava na posse do sector industrial, 16 por cento no comércio, 12 por cento na Agricultura e 38 por cento em Outros Sectores. O remanescente coube aos sectores da Construção e Habitação, Transportes e Comunicações. Desagregando os sectores por ramos de actividade pode-se aferir que os mais beneficiados são: Algodão, Açúcar e Indústria Alimentar.

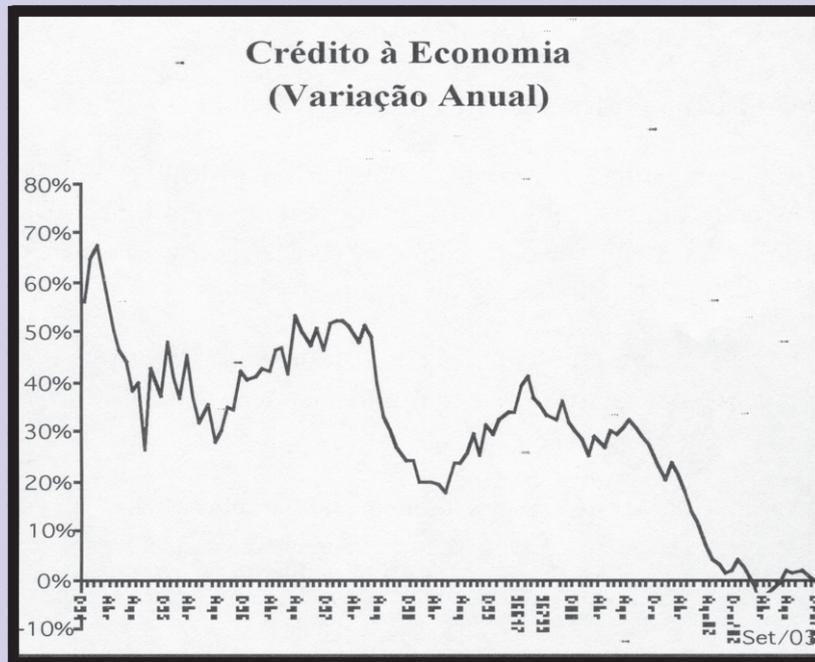


Gráfico 8

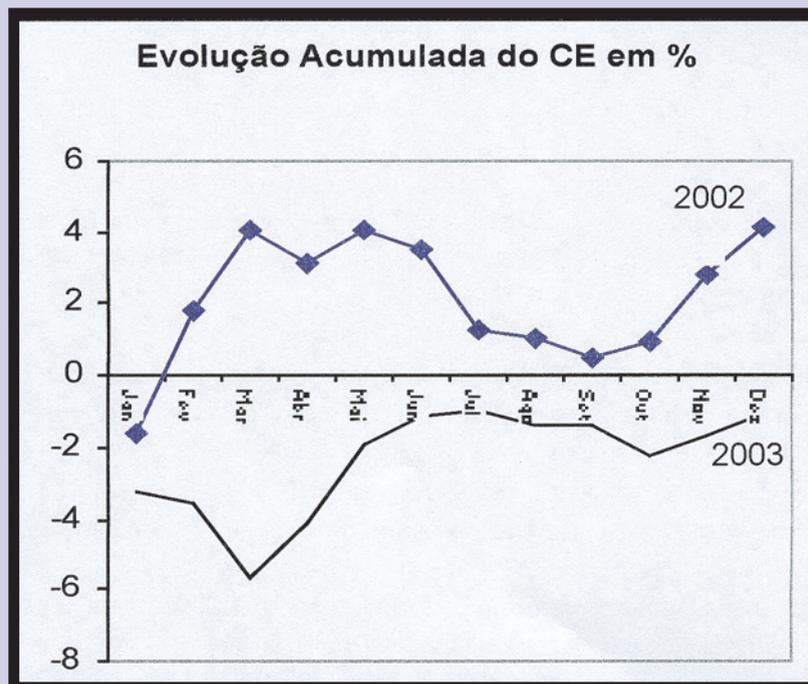


Gráfico 9



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em termos anuais, em 2003 a Indústria, a Agricultura e o Comércio foram os sectores que beneficiaram de mais crédito com 36 por cento, 29 por cento e 15 por cento do total, respectivamente.

Os gráficos 10 e 11 mostram a distribuição do crédito por sectores de actividade em termos de fluxos e stock, respectivamente.

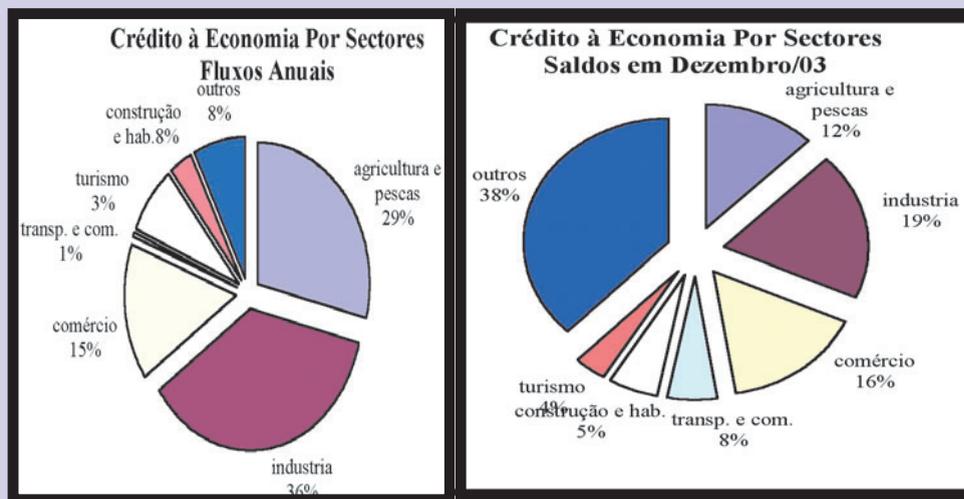


Gráfico 10

Gráfico 11

3.4.7 Mercado de Capitais

Mercado Obrigacionista

Os principais eventos que caracterizaram o mercado obrigacionista em 2003 foram:

- Pagamento no 1º trimestre do primeiro cupão das OT's 2002, 2ª série fixado em 28.3 mdc;
- Liquidação dos juros referentes ao cupão das OT's 2001, à taxa de juros de 27.68 por cento;
- Pagamento do 5º e 6º cupão das obrigações do BIM a uma taxa de juro bruta de 29.43 por cento;
- Reembolso das Obrigações TDM/2001 à taxa de juro de 30.5 por cento;
- Reembolso antecipado das Obrigações BIM/2000 em Setembro ao valor unitário de 100,000.00 MT;
- Reembolso total de capital no montante de 100 mdc (USD 4.2 milhões) e pagamento de juros referentes ao sexto e último cupão das obrigações BSTM-2000.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Admissão a cotação da Bolsa de Valores de Moçambique em Dezembro de dois novos empréstimos do BIM, com maturidade máxima de 10 anos. O primeiro refere-se a obrigações clássicas - BIM/2003 no valor de 65 mdc e no segundo, trata-se de obrigações subordinadas - BIM/2003 no montante de 85 mdc.

Em termos de capitalização, o mercado obrigacionista registou no ano uma redução de 1.8 por cento, no entanto, relativamente ao trimestre anterior houve um acréscimo ao passar de 1,460.8 mdc em Setembro para 1,553 mdc em Dezembro.

Por seu turno as taxas de juro de todos os títulos obrigacionistas cotados na BVM evoluíram no sentido de baixa, reflectindo a queda das taxas de juro dos BTs (indexante) no MMI.

Quadro 13: Evolução das taxas de juro dos valores cotados na BVM em %

Títulos	Dez 02	Março 03	Juho 03	Set 03	Dez 03
OTs 00	33.48	33.48	30.96	30.96	28.94
OTs 01	27.68	27.69	27.68	16.06	16.06
OTs 02	28.31	28.00	28.00	16.25	16.25
BIM 00	29.44	29.44	29.43	-	-
BIM 03	-	-	-	-	14.00
BSTM 00	28.94	28.93	28.93	28.93	-
TDM 01	30.50	30.50	30.50	18.75	18.75
CM 02	34.50	32.00	32.25	32.31	28.06

Fonte: Bolsa de Valores de Moçambique

Mercado Accionista

No Mercado accionista assinala-se a admissão à cotação da BVM de 12.089.014 acções da CDM, as únicas cotadas na BVM, como resultado do aumento do capital social desta empresa. Este facto veio atenuar a queda da capitalização bolsista das acções, decorrente da queda do preço da acção que passou de 14.000 MT em Dezembro de 2002 para 9.500 no período em Análise. O decréscimo do preço das acções é explicado pela fraca liquidez deste mercado.

Saliente-se que em Dezembro/03 foi realizada uma sessão especial para transacção de acções da CDM, onde o accionista BIH cedeu a sua posição no capital social daquela empresa ao grupo sul Africano SAB-Miller aumentando, assim, a sua participação no capital da CDM para 79.5 por cento contra a anterior de 70 por cento.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.5. SECTOR EXTERNO

3.5.1. Reservas Internacionais Líquidas

O programa cambial revisto para o ano de 2003 estabelecia, entre outros objectivos, um saldo de Reservas Internacionais Líquidas (RIL's) de USD 656 milhões. Dados disponíveis indicam que o saldo deste agregado no final do mês de Dezembro foi de USD 798 milhões, o que equivale a uma constituição líquida de USD 173 milhões e um sobre-cumprimento do programa na ordem dos USD 142 milhões.

Os principais factores que determinaram a constituição de Reservas Internacionais Líquidas em 2003 foram:

- Entrada de ajuda externa no valor de USD 241.3 milhões, dos quais USD 170.6 milhões na forma de donativos e USD 70.7 em empréstimos;
- Receita de mineiros em USD 38.4 milhões;
- *Asset Management* no valor de USD 12.7 milhões;
- Entradas líquidas para o Estado no valor de USD 27.9 milhões;

Entretanto, houve factores que determinaram a redução do fluxo de RIL's no ano em consideração, nomeadamente:

- Vendas no Mercado Cambial Interbancário, na ordem dos USD 102.8 milhões;
- Pagamento do serviço de dívida externa, em USD 49.5 milhões;
- Outras saídas no valor de USD 52.5 milhões; e
- Transferências líquidas no valor de USD 0.3 milhões.

3.5.2. Taxas de Câmbio

As duas principais moedas transacionadas no mercado câmbial - o Dólar Americano e o Rand - apresentaram durante o ano de 2003, comportamentos predominantemente opostos

Com efeito, em relação ao USD a taxa de câmbio do último dia de Dezembro de 2003 foi de MZM 23,856.69 situando-se quase ao mesmo nível da do último dia de Dezembro do ano anterior.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em termos médios mensais, no mês de Dezembro de 2003, a taxa de câmbio do MZM face ao USD foi de MZM 23,834.69, representando uma depreciação anual de 0.01 por cento.

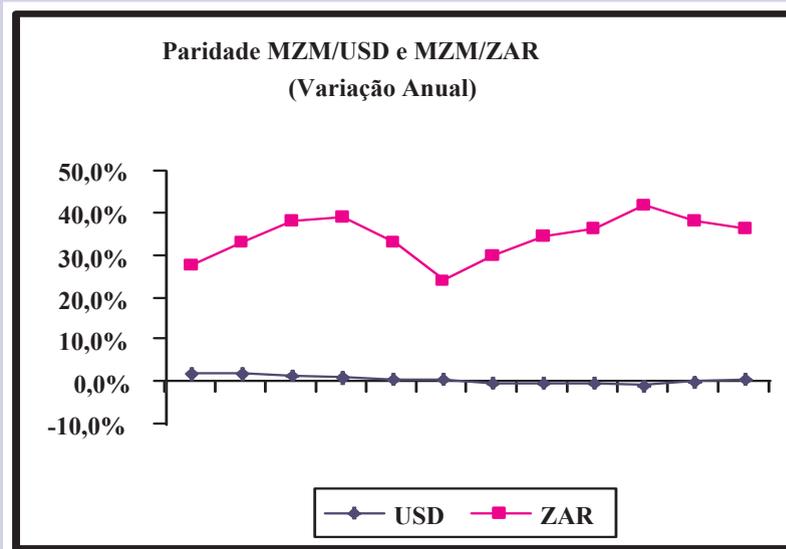


Gráfico 12

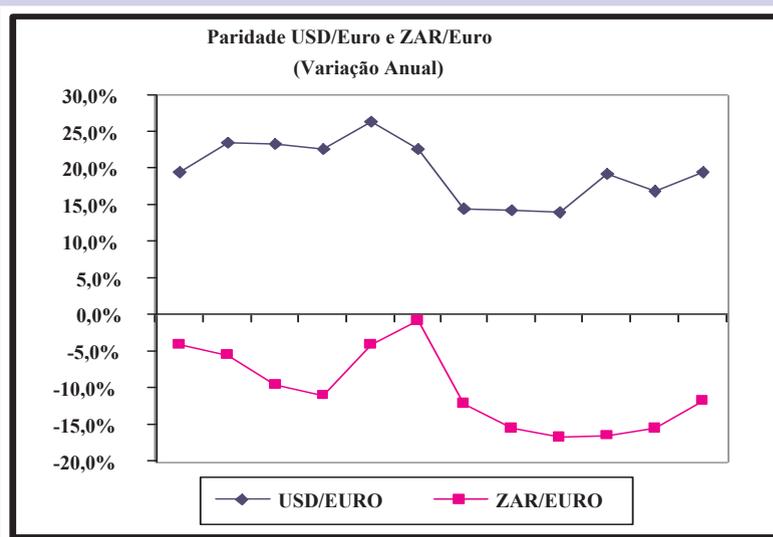


Gráfico 13

A cotação do Rand no último dia do mês de Dezembro de 2003 foi de MZM 3,518.05, representando uma depreciação de 28.7 por cento. Em termos médios mensais, a cotação em Dezembro foi de MZM 3,661.9, o que equivale a uma depreciação anual da ordem dos 36.3 por cento.

Por outro lado, a cotação média do Euro no mercado cambial em Dezembro de 2003 foi de MZM 29,218.33, o que representa uma depreciação anual de 20.3 por cento.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 3

Razões do Fortalecimento do Rand Sul Africano em 2003

Em 2003 o rand sul-africano manteve-se forte comparativamente as principais moedas internacionais e, sobretudo, em relação ao USD, tendo registado uma apreciação nominal anual de 28 por cento após 40 por cento em 2002. De um modo global, o fortalecimento do ZAR, é reflexo do bom desempenho da economia sul-africana no seu todo. Porém, analistas na Africa do Sul apontam entre outras as seguintes razões principais para o comportamento do ZAR em 2003:

- (i) *Enfraquecimento do dólar americano no mercado internacional, levando a que a moeda americana fixasse em 2003 um novo mínimo histórico relativamente ao Euro. A queda do dólar é justificada pela deterioração da conta corrente, agravamento do défice das contas públicas e pela queda das taxas de juro, tendo a do FED alcançado o nível mais baixo dos últimos 46 anos.*

A justificação de que a forte apreciação do ZAR face ao USD decorreu basicamente da queda do próprio USD, é ainda reforçada pelo facto da moeda sul-africana ter acumulado no mesmo período um ganho de apenas 6.7 por cento relativamente ao Euro, contra os 28 por cento face ao USD.
- (ii) *Rápido aumento dos preços dos principais metais de exportação, nomeadamente, a prata cuja valorização atingiu 36 por cento e, sobretudo, do principal produto de exportação sul-africana, o ouro, cujo preço registou um aumento anual de 20 por cento. Com efeito, o Ouro em Nova York cotou-se no último dia de 2003 ao preço de 416 USD/por onça, mais alto dos últimos 13 anos.*
- (iii) *Diferencial de taxas de juro favorável ao ZAR. Mesmo após o South African Reserve Bank (SARB) ter revisto em baixa a sua taxa de juro por 4 vezes, as taxas de juros naquele país, conjugadas com a queda também registada na inflação doméstica, tornaram-se mais atractivas comparativamente às de outras economias e moedas de destaque no mercado internacional. Registe-se que no final de 2003, a principal taxa de intervenção do SARB esteve fixada em 8 por cento contra o 1 por cento do FED e 2 por cento do BCE.*
- (iv) *Aumento das NOFR (Net open Foreign Currency Position) do SARB para cerca de USD 3.800 biliões, mesmo após forte presença das autoridades no Mercado Cambial para evitar um fortalecimento ainda maior da moeda sul-africana. Analistas referem que se o SARB não tivesse intervindo no mercado comprando USD o ZAR terminaria o ano abaixo de 6 ZAR/USD, contra os 6.69 com que efectivamente terminou.*
- (v) *A política de amnistia do repatriamento de ME introduzida pelo Governo em Fevereiro de 2003, permitiu que todos os cidadãos que tinham transferido, ilegalmente dinheiro para fora do país, originando a crise do ZAR em 2001 (depreciação anual superior a 50 por cento), repatriassem os valores para a Africa do Sul até Fevereiro de 2004 sem sofrer qualquer sanção legal.*



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.5.3 Balança de Pagamentos¹³

Em 2003 a posição externa do país relativamente ao resto do mundo melhorou substancialmente, ao passar de um saldo global deficitário de USD 1,454.7 milhões para um superávit de USD 17.1 milhões.

Para esta melhoria foram determinantes as seguintes sub contas da Balança de Pagamentos: (i) melhoria da Conta Corrente em 26.7 por cento relativamente ao ano anterior, ao passar dum défice de USD 711.6 milhões em 2002 para USD 521.5 milhões em 2003, (ii) o aumento do superávit da Conta de Capitais, com um saldo de USD 270.7 milhões contra USD 222 milhões em 2002, e (iii) melhoria da Conta de Operações financeiras, com um superávit de USD 339.3 milhões contra um défice de USD 731.7 milhões em 2002.

O défice da Conta Corrente (que inclui Bens, Serviços, Rendimento e Transferências) reduziu 26.7 por cento em relação ao ano anterior, devido, às reduções dos défices da conta de bens (35.1 por cento) e da conta de rendimento (72.6 por cento). Entretanto, nota-se uma deterioração da conta de serviços em 16.2 por cento e a redução do superávit da conta de transferências em 61.3 por cento.

Quadro 14. Evolução da Conta Corrente (milhões de USD)

Conta Corrente	2002	2003	Variação %
A. Bens e Serviços	-711,40	-521,50	-26,7
Bens	-536,40	-348,00	-35,1
Serviços	-223,80	-260,00	16,2
B. Rendimentos	-603,20	-165,50	-72,6
C. Transferências	652,00	252,00	-61,3

3.5.3.1 Bens

Em 2003, o volume de comércio externo situou-se em USD 2,108.4 milhões, equivalente a exportações de USD 880.2 milhões (crescimento de 29.6 por cento em relação a 2002) e importações de USD 1,228.2 milhões (que relativamente ao ano anterior representa um crescimento de apenas 1 por cento). Assim, o saldo da balança de bens reflectiu um défice de USD 348 milhões, contra os USD 536.4 milhões do ano anterior, o que representa uma melhoria no período de 35.1 por cento.

Para o crescimento das exportações em 29.6 por cento foi determinante a contribuição dos grandes projectos, em cerca de 38.7 pontos percentuais. Está por detrás deste aumento das exportações, o incremento da capacidade produtiva da MOZAL e a recuperação do preço do alumínio no mercado internacional. Expurgando esta rubrica as exportações em valor crescem apenas 9.3 por cento.

¹³Dados provisórios



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro15. Evolução da Conta de Bens

	2002	2003	Varição(%)
Exportações de Bens	679,3	880,2	29,6
<i>Dos quais grandes projectos</i>	<i>468,0</i>	<i>649,3</i>	<i>38,7</i>
Importações de Bens	1.215,7	1.228,2	1,0
<i>Dos quais grandes projectos</i>	<i>362,0</i>	<i>301,0</i>	<i>-16,9</i>

As exportações dos produtos estratégicos decresceram em 4.5 por cento, conforme ilustra o Quadro 16:

Quadro 16. Evolução das Exportações de Produtos Tradicionais (milhões de USD)

	2002	2003	Varição(%)
Produtos Tradicionais	264,7	252,75	-4,5
Camarão	63,9	53,8	-15,8
Amêndoa de Caju	1,1	1,1	0,0
Algodão	20,7	32,4	56,5
Copra	1	0,01	...
Açúcar	18	18,8	4,4
Pneus e Câmaras-de-ar	0,8	2,04	155,0
Madeira	17,4	20,4	17,2
Castanha de Caju	16,2	3	-81,5
Energia Eléctrica	107,4	113,2	5,4
Bunkers	18,2	8	-56,0

As razões por detrás desta evolução são as seguintes:

- Camarão – destruição dos mangais nos principais bancos de captura deste crustáceo;
- Algodão – oscilação positiva do preço no mercado internacional;
- Açúcar – aumento da produção em face da reabilitação das fábricas, aliada a exploração de quotas atribuídas ao país para os mercados internacionais;
- Pneus e Câmara-de-ar – retoma da produção da MABOR;
- Madeira – aumento do corte;
- Castanha de Caju – deterioração da indústria de processamento do produto;
- Energia eléctrica – o fornecimento à Zâmbia.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A evolução das exportações de produtos não estratégicos resulta do aproveitamento dos acordos comerciais da SACU, bem como o incremento da exportação de produtos agrícolas, como o tabaco.

Do lado das importações o crescimento global em apenas 1 por cento foi determinado pela redução das importações dos grandes projectos em cerca de 17 por cento, o que se justifica pela conclusão da MOZAL II. A evolução de outras importações é sustentada pelas seguintes rubricas:

- Bens de consumo – incremento do volume de importação de bens de consumo não alimentares;
- Matérias-primas – aumento do volume de importação de combustíveis observado no I trimestre de 2003 bem como de matérias-primas para a indústria alimentar nacional;
- Peças sobressalentes – para a reparação de viaturas.

3.5.3.2 Serviços

Ao observar receitas de USD 311.6 milhões e despesas de USD 571.4 milhões, a conta parcial de serviços teve, em 2003, um défice de USD 260 milhões, o que corresponde a uma deterioração da ordem dos 16 por cento, quando comparado com o período anterior.

Com excepção dos serviços financeiros e *royalties* e licenças, todas as outras rubricas de serviços observaram défices. Com efeito:

- O défice dos serviços de transporte situou-se em USD 57.3 o que equivale a um agravamento de 7.7 por cento em relação ao ano anterior. Tal défice equivale a receitas de USD 97.9 milhões e despesas de USD 155.2 milhões.
- O défice da Conta de Viagens fixou-se em USD 42.2 milhões, o que reflecte uma redução de 15.8 por cento em relação ao ano anterior. Esta redução é sustentada pela realização da Cimeira da União Africana, no segundo semestre do ano anterior;
- Os serviços de comunicações, ao observar um défice de USD 11.4 milhões, tiveram uma melhoria de 20 por cento em relação ao ano anterior, reflectindo uma redução das receitas e despesas em 30 por cento e 24.5 por cento, respectivamente;
- Os serviços de construções tiveram uma redução do défice de 19 por cento, sustentado pela redução das receitas em cerca de 61 por cento e despesas na ordem dos 33 por cento.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 17 Conta Parcial de Serviços (milhões de USD)

	2002	2003	Variação (%)
Saldo da Conta Parcial de Serviços	-223,8	-259,8	16,1
Receita	339,4	311,6	-8,2
Despesa	563,2	571,4	1,5
Transportes	-53,2	-57,3	7,7
Receita	101,7	97,9	-3,7
Despesa	154,9	155,2	0,2
Viagens	-50,1	-42,2	-15,8
Receita	62,9	97,6	55,2
Despesa	113,0	139,8	23,7
Comunicações	-14,3	-11,4	-20,3
Receita	11,0	7,7	-30,0
Despesa	25,3	19,1	-24,5
Construções	-60,6	-49,1	-19,0
Receita	30,6	11,8	-61,4
Despesa	91,2	60,9	-33,2
Seguros	-12,2	-28,1	130,3
Receita	1,3	0,7	-46,2
Despesa	13,5	28,8	113,3
Serviços Financeiros	5,1	0,8	-84,3
Receita	8,4	4,0	-52,4
Despesa	3,3	3,2	-3,0
Serviços de Informática	-0,1	-0,1	0,0
Receita	0,0	0,0	0,0
Despesa	0,1	0,1	0,0
Royalties e Licenças	-0,3	13,6	-4633,3
Receita	0,0	15,0	0,0
Despesa	0,3	1,4	366,7
Serviços Governamentais	-15,0	-16,7	11,3
Receita	3,3	3,7	12,1
Despesa	18,3	20,4	11,5
Outros	-23,1	-69,3	200,0
Receita	120,2	73,2	-39,1
Despesa	143,3	142,5	-0,6



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.5.3.3 Conta de Rendimento

Com um saldo deficitário de USD 165.5 milhões, a conta de rendimentos observou no ano de 2003 uma melhoria de cerca de 73 por cento, quando comparada com o ano transacto, determinado, basicamente por:

- Rendimento de empregados – esta conta observou um saldo superavitário de USD 30.5 milhões (melhoria em 405 por cento em relação ao ano anterior). Para este comportamento foi determinante o comportamento do Rand sul-africano no mercado internacional, favorecendo os mineiros moçambicanos, bem como a conclusão das obras de montagem da MOZAL II, traduzindo-se na redução de remuneração de empregados estrangeiros;
- Outro Investimento – que em termos globais observou uma melhoria de 71.9 por cento, devido a diminuição da dívida governamental (90.6 por cento) e juros de depósitos no exterior (56.6 por cento);
- Aumento do superávit do rendimento do investimento em carteira em 4.6 por cento, devido a ganhos obtidos da gestão de reservas externas por parte da autoridade monetária nas aplicações das reservas externas no mercado internacional.

Entretanto, a melhoria desta conta teria sido ainda mais expressiva se o défice de rendimentos do investimento directo estrangeiro, não tivesse agravado na ordem dos 52 por cento, ao se fixar em USD 42.1 milhões.

Quadro18 Conta Parcial de Rendimentos (milhões de USD)

	2002	2003	Varição (%)
Saldo da Conta de Rendimento	-603,2	-165,5	-72,6
Rendimento de Empregados	-10,0	30,5	-405,0
Receita	23,6	39,5	67,4
Despesa	-33,6	-9,0	-73,2
Rendimento do Invest. Directo Estrang.	-27,7	-42,1	52,0
Receita	0,0	0,0	
Despesa	-27,7	-42,1	52,0
Rendimento de Investimento em Carteira	6,5	6,8	4,6
Receita	6,5	6,8	4,6
Despesa	0,0	0,0	0,0
Outro Investimento	-572,0	-160,7	-71,9
Juros da Dívida Governamental	-490,2	-46,3	-90,6
Juros da Dívida Privada	-99,3	-119,8	20,6
Juros de Depósitos no Exterior	22,1	9,6	-56,6
Outros Juros	-4,6	-4,2	-8,7



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.5.3.4 Transferências Correntes

Ao observar um saldo de USD 282 milhões, as transferências correntes reduziram em 61.3 por cento relativamente ao ano anterior. Realce-se que cerca de 92 por cento das transferências no ano de 2003 se destinaram à Administração Central e Outras Transferências. As transferências à Administração Central tiveram a seguinte alocação:

- Donativos para programas, para *import support*, e financiadas pela União Europeia (USD 81.3 milhões), Holanda (USD 17.8 milhões), Reino Unido (USD 15.7 milhões), Suécia (USD 13.6 milhões), Dinamarca (USD 13.3 milhões) e Noruega (USD 10.5 milhões);
- Donativos em espécie, principalmente em alimentos, no valor de USD 40.9 milhões para emergência em algumas regiões do país;
- Outros donativos para medicamentos e outros programas especiais.

3.5.3.5 Conta de Capitais e Financeira

Conta de Capitais

A conta de capitais melhorou em cerca de 22 por cento relativamente ao ano anterior, tendo-se fixado em USD 270.7 milhões. Este resultado é justificado pela entrada de donativos para investimento nos sectores produtivos, bem como desembolsos de capitais para o sector privado.

Conta Financeira

O superávit de USD 393.3 milhões, corresponde a uma melhoria de 146.4 por cento em relação ao ano anterior. O comportamento das rubricas que compõem esta conta foi o seguinte:

- Investimento Directo em Moçambique – com um fluxo anual de USD 336.7 milhões, o que equivale a uma redução de 3 por cento em relação ao ano anterior. Este fluxo foi influenciado pela entrada de capital estrangeiro dos accionistas dos mega projectos, bem assim de empresas que, operando em Moçambique, aumentaram a sua solidez financeira.
- Investimento em carteira (activos) – Esta rubrica sofreu uma redução de 84.5 por cento, devido, essencialmente à redução dos títulos de participação de USD 32.2 no ano anterior, para USD 5 milhões no período em consideração.

Outro Investimento (activos)

O seu défice melhorou 46.8 por cento ao se fixar em USD 110.6 milhões. Para esta melhoria foi determinante a rubrica de moeda e depósitos.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.5.3.6 Financiamento da Balança de Pagamentos

O saldo global da Balança de Pagamentos foi um superávit de USD 17.5 milhões, o que representa uma melhoria de 101.2 por cento relativamente ao ano anterior. Disso resultaram poupanças de recursos externos para a economia, assim aplicadas:

- Constituição de activos de reserva na ordem dos USD 181.4 milhões (crescimento de 85.8 por cento em relação ao ano anterior);
- Desembolso de financiamentos excepcionais na ordem dos USD 155.3 milhões.

3.5.4. Dívida Externa

A concretização da iniciativa HIPC tornou a dívida externa moçambicana mais sustentável. É nesta sequência que as autoridades têm adoptado uma postura de endividamento prudente, através da certificação da possibilidade e capacidade de fazer face às obrigações para com os credores e contraem novos endividamentos consistentes com a capacidade de pagamento do país.

O total de dívida paga em 2003 foi de USD 48 milhões, cifra que representa um crescimento de 16.2 por cento, relativamente ao ano de 2002. Deste montante, USD 37.8 milhões correspondem a dívida governamental – crescimento de 11.1 por cento em relação a 2002, enquanto que o remanescente (USD 10.2 milhões) é relativo a dívida bancária, equivalente a um crescimento de 40.4 por cento.

Os maiores pagamentos foram efectuados aos organismos multilaterais, em cerca de USD 32.7 milhões. A outros grupos de credores, nomeadamente a OCDE e outros Países, os pagamentos cifraram-se em USD 9.5 milhões aumentando de 18,3 por cento e USD 5.9 milhões diminuindo de 45,8 por cento

Por outro lado, em 2003 o reescalonamento da dívida externa fixou-se em montante igual ao do ano anterior, na ordem dos USD 1.6 milhões.



III - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 19. Serviço de Dívida Externa em 2003

	Governmental	Bancária	Total
Original	37.795	10.212	48.007
Multilateral	22.551	10.139	32.690
OCDE	9.382	73	9.455
Outros Países	5.862	-	5.862
Reescalonamento	1.447	109	1.556
OCDE	1.337	-	1.337
Outros Países	110	109	219
TOTAL	39.242	10.321	49.563

Do montante de serviço de dívida pago, maior fatia correspondeu a amortização do capital (USD 33.5milhões), enquanto que os juros pagos totalizaram USD 14.5 milhões. Do total de dívida reescalorada, USD 1.4 milhões corresponde a capital, enquanto que 0.2 são juros.

Quadro 20. Serviço de Dívida Externa em 2003

	Governmental	Bancária	Total
Original	37.795	10.212	48.007
Capital	24.456	9.056	33.512
Juros	13.339	1.156	14.495
Reescalorada	1.447	109	1.556
Capital	1.291	97	1.388
Juros	156	12	168
GLOBAL	39.242	10.321	49.563
Capital	25.747	9.153	34.900
Juros	13.495	1.168	14.663



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 20 - 63 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

1. REGULAMENTAÇÃO

Durante o ano de 2003, o Banco de Moçambique continuou a desenvolver os seus esforços de regulamentação, de forma a garantir que o sistema bancário nacional seja sólido, confiável e estável e que a sua supervisão seja feita de forma efectiva.

No âmbito da regulamentação são de destacar as seguintes acções do Banco de Moçambique em 2003:

- Submissão do Ante-projecto de Revisão da Lei nº 15/99 – Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à aprovação do Governo para posterior avaliação pela Assembleia da República;
- Transferência de certas competências de autorização da Ministra do Plano e Finanças para o Governador do Banco de Moçambique; à criação de novas espécies de instituições de crédito e sociedades financeiras a incorporação das recomendações sobre as melhores práticas de supervisão bancária e à simplificação dos procedimentos relativos à instrução de processos de contravenção contra as instituições de crédito e sociedades financeiras;
- Emissão do Comunicado nº 01/GGBM/2003, que é um aditamento ao Comunicado nº 01/DSB/2003, levantando a suspensão da recepção de pedidos de abertura de casas de câmbio ou suas agências na cidade de Maputo;
- Publicação do Aviso nº 06/GGBM/2003, sobre Investimento na Bolsa de Valores por entidades não residentes, com vista a dotar aquele mercado de maior dinamismo, operacionalidade e transparência
- Publicação do Aviso nº 04/2003, o qual estabelece que os Centros de Processamento de Dados das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras devem estar localizados no território nacional;
- Emissão da Circular nº 01/DSB/2003, sobre Branqueamento de Capitais, no contexto da prevenção do uso do sistema bancário para fins criminosos.

2. LICENCIAMENTO E CONTENCIOSO

Durante o ano de 2003, o Banco de Moçambique licenciou dez (10) entidades habilitadas ao exercício de funções de crédito, no âmbito do Decreto nº 47/98, de 22 de Setembro, nomeadamente a Adriano Weng Créditos e as Associações de Xinonanquila, Machava Industrial, Acordos de Lusaka, Lhuvuku de Albasini e Malengane Santos.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

No mesmo período, foram instaurados vinte e sete (27) processos de contravenções contra vinte e três (23)¹⁴ Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, por violações à lei que regula o seu funcionamento, os quais culminaram com as revogações de licenças de sete (7) casas de câmbio.

3. MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco de Moçambique, na qualidade de entidade supervisora do mercado de valores mobiliários, em 2003 continuou a desenvolver uma supervisão prudencial e comportamental da entidade gestora do mercado (Bolsa de Valores de Moçambique), dos intermediários financeiros e dos emitentes de valores mobiliários, fazendo um acompanhamento permanente da actividade do mercado.

Com vista a dotar o mercado de maior dinamismo, operacionalidade e transparência, o Banco de Moçambique adoptou através do Aviso nº 06/GGBM/2003, de 30 de Setembro, procedimentos para investimentos, transferências de capitais, juros, dividendos e outros rendimentos relacionados com transacções de valores mobiliários, por entidades não residentes.

Ciente de que existe a necessidade de estabelecer mecanismos tendentes ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários, está em curso a elaboração de procedimentos que vão permitir o funcionamento de Fundos de Investimentos mobiliários e imobiliários no país.

Durante o ano de 2003, no mercado primário ocorreram somente duas emissões de obrigações, nomeadamente BIM 2003 e BIM 2003 Subordinadas, correspondendo a uma capitalização bolsista no valor de 150.000 milhões de meticais. A subscrição destas obrigações foi realizada por subscrição particular, portanto não carecendo de registo no Banco de Moçambique.

Porém, em termos acumulados no período em análise, o mercado apresentou onze emissões de valores mobiliários, sendo nove de obrigações e duas de acções. Destas , três foram emitidas pelo Estado Moçambicano e as restantes oito emissões por empresas privadas, das quais duas foram excluídas da cotação nos meses de Setembro e Outubro, por extinção do empréstimo.

O Quadro abaixo mostra as transacções ocorridas no mercado secundário, onde se pode observar que o segmento da dívida pública atingiu, em termos de peso relativo na capitalização bolsista global, cerca de 87 por cento do valor total transaccionado no período. Contudo, apesar da uma ligeira diminuição (cerca de 4 pontos percentuais.) comparativamente ao ano anterior, este segmentou continuou a destacar-se significativamente em relação à dívida privada.

¹⁴ 4 bancos, 18 casas de câmbio e 1 sociedade de investimento.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Quadro 21. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais

Mercado	Quantidade Transaccionada	Valor Transaccionado (em milhões de MT)
Dívida Pública	100.462.405	10.221.130.4
Dívida Privada	13.822.089	1.384.716.3
Acionista	10.777.644	173.494.7
Total	125.062.138	11.779.341.4

Fonte: Boletim de Cotações nº 486 da BVM

No final de 2003, os valores mobiliários admitidos à negociação na BVM alcançaram uma capitalização bolsista global no valor de 2.532.500 milhões de meticais, representando uma redução relativamente ao final do ano anterior, onde esta atingiu 2.814.154 milhões de meticais.

Com vista ao desenvolvimento da actividade do mercado, a Bolsa de Valores de Moçambique realizou várias acções, destacando-se as seguintes:

- Assinatura de um Protocolo de Cooperação com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de Portugal, com o objectivo de se aprofundar a cooperação entre as duas instituições nos domínios da assistência técnica; troca regular de informações sobre a regulamentação e funcionamento do mercado de valores mobiliários.
- Assinatura do Memorando Multilateral de Entendimento, à nível do CISNA (Comité das Autoridades de Supervisão de Mercado de Valores Mobiliários, Seguros e Pensões de Reforma da SADC).

O Banco de Moçambique como membro do CISNA continuou a participar nas actividades desenvolvidas ao nível deste Comité, tendo em vista a promoção da harmonização dos mercados de capitais na região.

No âmbito do desenvolvimento do mercado constituem perspectivas a prosseguir as seguintes:

- Incremento da cooperação com as instituições congéneres, para melhorar as técnicas de inspecção e supervisão do mercado;
- Regulamentação de procedimentos para funcionamento dos Fundos de Investimento Mobiliário; e,
- Capacitação dos técnicos afectos na supervisão do mercado de valores mobiliários em matéria de supervisão do mercado.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Operadores do Mercado Financeiro Nacional

Bancos

Nome	Endereço
1. BIM-Banco Internacional de Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, nº 1800
2. Banco Austral, SARL	Av. 25 de Setembro, nº 1184
3. SB-Standard Bank, SARL	Praça 25 de Junho, nº 1
4. BF Banco de Fomento, SARL	Rua da Imprensa, nº 624 R/C
5. BCI-Banco Comercial e de Investimentos, SARL	Prédio John Orr's, Av. 25 de Setembro, nº 1465
6. ICB-Banco Internacional de Comércio, SARL	Av. 24 de Julho, nº 3549
7. UCB União Comercial de Bancos (Moçambique), SARL	Av. Friedrich Engels, nº 400
8. ABC African Banking Corporation (Moçambique), SARL	Av. Julius Nyerere, nº 999
9. BDC Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL	Av. 25 de Setembro nº 420
10. BMI Banco Mercantil e de Investimentos, SARL	Av. 24 de Julho nº 3549
11. NB Novo Banco, SARL	Av. do Trabalho, nº 750
12. BIM Investimentos, SARL	Av. Kim Il Sung, nº 961, R/C
13. SOCREMO-Banco de Microfinanças	

Cooperativas de Crédito

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1. CPC-Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL	Av. 25 de setembro, nº 1695
2. TCHUMA - Cooperativa de Crédito e Poupança, SCRL	Av. 24 de Julho, nº 1913/1917, R/C
3. CCDR CCDR - Cooperativa de Crédito para o Desenvolvimento Rural, SCRL	Av. Karl Marx, nº 617
4. UGC-CPC - Cooperativa de Poupança e Crédito, SCRL	Rua 5296, n/2 203 - Bairro "25 de Junho"



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Nome	Endereço
5. CREDICOOP Cooperativa de Crédito e Investimentos	Rua Joaquim Lapa, n/2 37
6. CCC-Caixa Cooperativa de Crédito	Rua do Bagamoio n° 32
Província de Tete	
1. CCMA-Cooperativa de Crédito dos Micro-empresários de Angónia, SCRL	Angónia

Sociedades de Locação Financeira

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1. ABC Leasing (Moçambique), SARL	Edifício 33 Andares, Rua da Imprensa, n° 256, 7° Andar
2. BIM Leasing, SARL	Av. 24 de Julho, n° 2096, 1° Andar
3. BCI Leasing, SARL	Edifício John Orr's, Av. 25 de Setembro, n° 1465

Sociedades de Capital de Risco

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1. GCI - Sociedade de Capital de Risco, SARL	Edifício 33 Andares, Rua de Imprensa, n° 256, 7° Andar

Sociedades Administradoras de Compras em Grupo

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1. CGM-Compras em Grupo de Moçambique	Rua da Imprensa, n° 256, Loja 7

Outras Intituições de Crédito

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1. GAPI-Sociedade de Gestão e Financiamento para a Promoção de Pequenos Projectos de Investimentos, SARL	Rua da Imprensa, n° 256, Loja 7



I V- SISTEMA FINANCEIRO

Casas de Câmbio

Nome	Endereço
Cidade de Maputo	
1.Afzal Câmbios, Lda.	Av. Ho-Chi-Min, nº 773, R/C
2.Polana Câmbios, Lda.	Av. Julius Nyerere, nº 1380
3.Expresso Câmbios, Lda.	Av. Olof Palme, 175
4.Manusso Câmbio, Lda.	Rua Consiglier Pedroso, nº 79
5.Africâmbio, Lda.	Av. 25 de Setembro, nº 1339, R/C
6.Cota Câmbios	Rua Francisco Barreto, nº 119
7.Real Câmbios, Lda.	Av. Vladimir Lênine, nº 1160
8.Mundo de Câmbios, Lda.	Av. Mao-Tsé-Tung, nº 278
9.Mundial Câmbios, Lda.	Av. 24 de julho, nº 1830
10.Sarbaz Câmbios, Lda.	Av. Zedequias Manganhela, nº 896
11.Soraix Moçambique Câmbios, Lda.	Av. Karl Marx, nº 1392, R/C
12.SA Câmbios, Lda.	Av. Mao-Tsé-Tung, nº 586
13.Executivo Câmbios, Lda.	Av. Samora Machel, nº 26
14.Acácio Câmbios, Lda.	Av. Patrice Lumumba, nº 658, R/C
15.Al Meca Câmbios, Lda.	Av. Mao-Tsé-Tung, nº 541
16. Nós Câmbios, Lda.	Av. 24 de julho, nº 1389
17.Coop Câmbios, Lda.	Av. Joaquim Chissano, nº 70, R/C
Província de Manica	
1.Rechi Câmbios, Lda.	Av. 25 de Setembro, nº 195, R/C - Chimoio



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

IV- SISTEMA FINANCEIRO

Província de Sofala

- | | |
|-----------------------|---|
| 1. Multicâmbios, Lda. | Rua dos Açores, nº 6,
Bº Maquinino - Beira |
| 2. 786 Câmbios, Lda. | Rua Machado dos Santos,
nº 3137 - Beira |

Província da Zambézia

- | | |
|-------------------------|-----------|
| 1. Méizel Câmbios, Lda. | Quelimane |
|-------------------------|-----------|

Entidades habilitadas ao exercício de Funções de Crédito

Nome	Endereço
-------------	-----------------

Cidade e Província de Maputo

- | | |
|--|---|
| 1. Crédito Popular | Rua da Tchamba, nº 91, 1º E |
| 2. Policrédito | Rua da Tchamba, nº 91, 1º E |
| 3. AMODER-Associação Moçambicana
para o Desenvolvimento Rural | Av. Salvador Allende, nº 1164 |
| 4. Cedi-Crédito | Av. Zedequias Manganhela,
nº 1508 |
| 5. CBA-Crédito | Av. Do Trabalho, nº 1378 |
| 6. CARE Internacional em Moçambique | Av. Mártires de Mueda,
nº 596 |
| 7. World Relief International | Rua José Mateus, nº 274, R/C |
| 8. World Vision International | Av. Paulo S. Kankhomba,
nº 1170 |
| 9. MEDA-Mennonite Economic
Development Associates | Av. Paulo S. Kankhomba,
nº 729 |
| 10.KULIMA | Av. Karl Marx, nº 1452 |
| 11.Federação Save the Children | AV. Tomás Nduda, nº 1489 |
| 12.AMODESE-Ação Moçambicana
para o Desenvolvimento | Cidade de Maputo |
| 13.Lhuvuku- Associação de Desenv. Sócio-
económico de Matutuíne Belavista | |
| 14. Associação de Romão | Bairro das Mahotas,
D.U. 4, Mercado de Romão |



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

15. Associação para o Desenvolvimento de Malhazine.	Bairro de Malhazine, DU 5, Mercado Graça Machel
16. Associação de Josina Machel	Bairro T3, DU 6, Mercado do Bairro T3
17. Associação Xiluva de Hulene	Bairro de Hulene, DU 4
18. Associação para o Desenvolvimento das Zonas Verdes	Tribunal Comunitário do Bairro Zona Verde, DU 6
19. Associação Kanimambo Patrice Lumumba	Mercado Patrice Lumumba, DU 6 Matola
20. Associação Twanano de Zimpeto	DU 5 Bairro Zimpeto
21. Associação de Luis Cabral	DU 5 Mercado Luis Cabral - Bairro Luis Cabral
22. Associação de Chamanculo "D"	Bairro de Chamanculo "D"; DU 2
23. Associação da Machava Sede	Mercado Machava Sede
24. Associação de Malengane Santos	Mercado Santos - Matola
25. Associação de Xinonanquila	Mercado Xinonanquila - Boane
26. Adriano Weng Créditos	Av. Vladimir Lénine, nº 2815, R/C
27. Associação de Machava Industrial	DU 7, Bairro da Machava Industrial
28. Associação do Bairro Acordos de Lusaka	DU 6, Bairro Acordos de Lusaka
29. Associação Lhuvuku de Albasini	DU 4, Bairro de Albasini

Cabo Delgado

1. Osman Yacob de Mahomedzicar Osman	Pemba
--------------------------------------	-------

Escritórios de Representação de Instituições de Crédito com Sede no Estrangeiro

Nome Endereço

Cidade de Maputo

1. Banco Efisa	Rua da Imprensa, nº 264, 30º Andar, Esquerdo
----------------	--



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

4. INDICADORES FINANCEIROS DO SISTEMA BANCÁRIO E SUA PERFORMANCE

A estabilidade financeira e a boa *performance* do sector bancário são algumas das condições importantes para a estabilização e crescimento económico em qualquer economia.

Durante o ano de 2003, o sistema bancário¹⁵, apresentou, em termos médios, indicadores financeiros satisfatórios. O sistema bancário, de uma forma geral continuou a ser “saudável” e a observar as normas e limites prudenciais estabelecidos pela autoridade supervisora, proporcionando um bom ambiente para uma efectiva implementação de política monetária, mobilização de um número depositantes cada vez maior e que resultou num processo eficiente de intermediação financeira por parte das instituições.

4.1 Estrutura do Balanço Agregado

O activo do sistema bancário em 2003 teve um crescimento de cerca de 13,9 por cento, ou seja passou de 36 408 mdc em 2002 para 41 476 mdc em 2003. A banca comercial, teve um contributo para a obtenção daquele valor global com cerca de 4 138 mdc que representa cerca de 9,9 por cento do crescimento do agregado do sistema.

O maior activo do sistema bancário continua a ser as aplicações em instituições de crédito que cresceram em cerca de 20,9 por cento, de 9 632 mdc em 2002 para 11 654 mdc em 2003, em valores absolutos este crescimento foi na ordem dos 2 022 mdc. Os Títulos constituem a segunda rubrica de activos que, no ano de 2003 concorreram para o maior contributo na estrutura do balanço do sistema com uma variação em cerca de 1 795 mdc, de 3 362 mdc em 2002 para 5 157 mdc em 2003. Contudo, importa notar que verificaram-se tendências de redução em algumas rubricas do activo, com destaque para crédito a não residentes, imobilização não financeira e contas diversas.

O gráfico 14 mostra o balanço agregado do sistema bancário de 2002 a 2003.

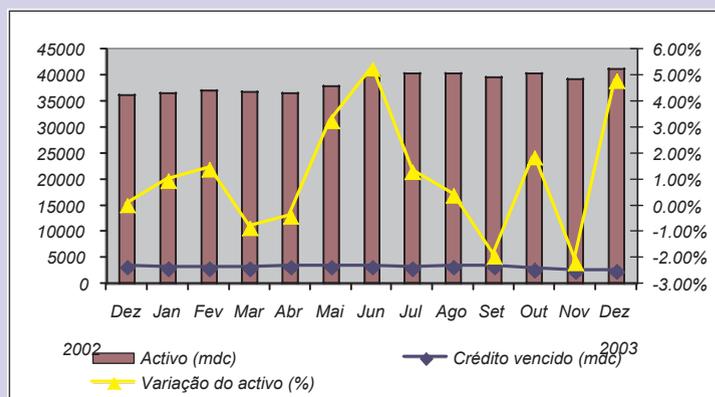


Gráfico 14

Balanço agregado do sistema bancário



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

¹⁵ Bancos comerciais, bancos de investimentos, companhias de leasing e cooperativas de crédito licenciadas e supervisionadas pelo Banco de Moçambique.

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Os gráficos 15 e 16 mostram, respectivamente a estrutura do passivo agregado e a composição dos depósitos por maturidade. No segundo caso, registou-se, em 2003, um crescimento dos depósitos à ordem (21 529 mdc) em relação a 2002 (18 494 mdc). Destaca-se também, o crescimento dos depósitos a prazo no mesmo período que representam cerca de 24 por cento dos depósitos totais.

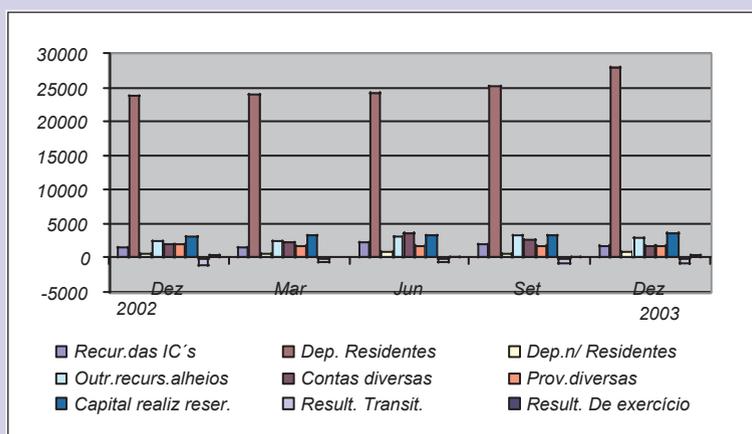


Gráfico 15
Estrutura do Passivo agregado do sistema

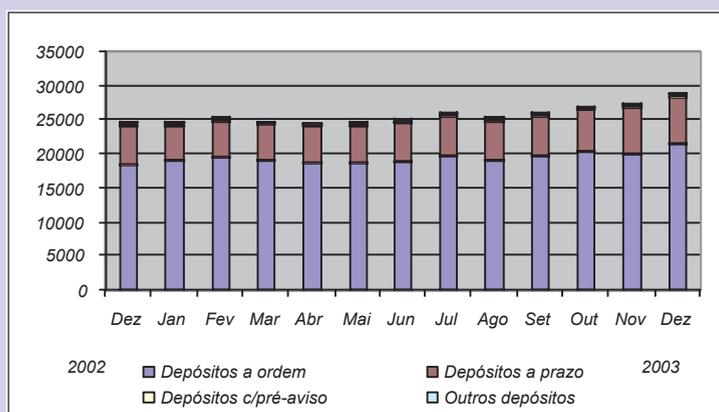
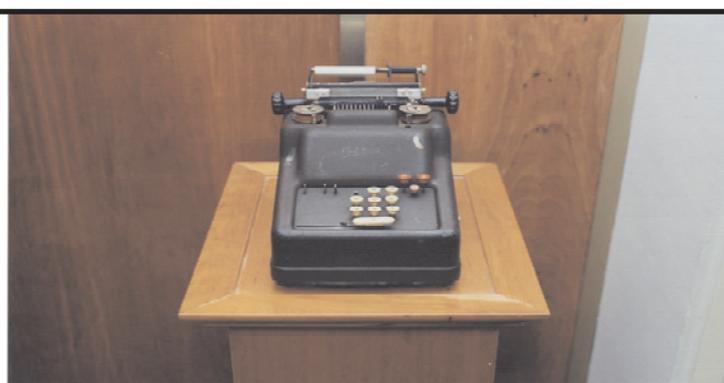


Gráfico 16
Composição dos depósitos por maturidade

Máquina certificadora manual
Addo - X - Ano 1968/1969



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Os gráficos 17, 18 e 19 ilustram as taxas de transformação dos recursos alheios em crédito. Destaca-se a redução, até Dezembro de 2003 da taxa de transformação dos recursos em moeda nacional. Esta taxa reduziu chegando a atingir, no final de 2002 cerca de 25 por cento.

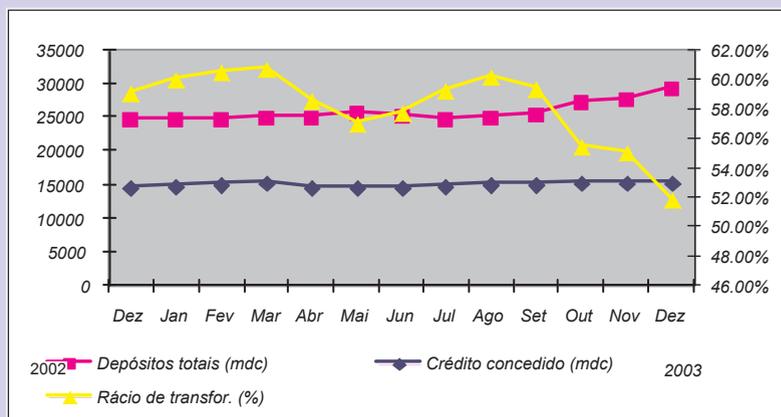


Gráfico 17

Rácio de transformação dos depósitos em crédito

Após uma estabilidade da taxa de transformação dos recursos em moeda estrangeira, nos meses de Agosto a Novembro de 2003, assistiu-se, em Dezembro do mesmo ano, a uma queda acentuada daquele rácio, situação que terá a ver com a conversão dos activos em moeda estrangeira, devido a uma maior procura de moeda nacional naquele período do ano.

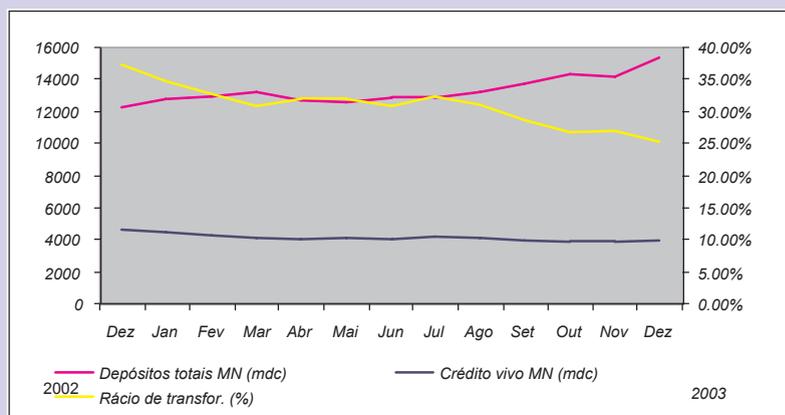


Gráfico 18

Rácio de transformação - depósitos MN/crédito MN



I V- SISTEMA FINANCEIRO

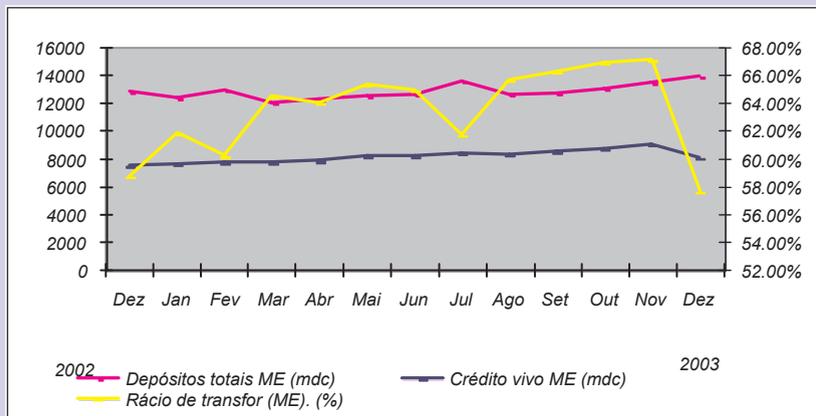


Gráfico 19

4.2: Rácio de transformação - depósitos ME/crédito/ME

O gráfico 20 apresenta o crédito agregado do sistema bancário, onde, em termos anuais, não se registaram alterações significativas.

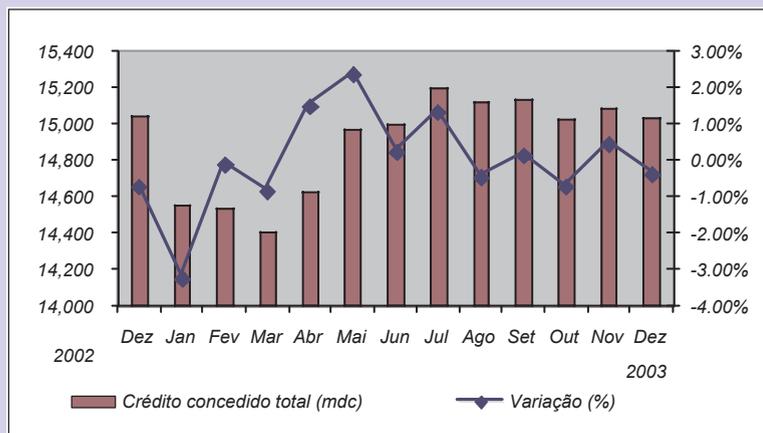


Gráfico 20
Crédito concedido total



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

O gráfico 21, apresenta uma redução do crédito vencido de 2002 a 2003, de 3 152 para 2 099 mdc, respectivamente. No que diz respeito ao nível de cobertura do crédito vencido pelas provisões (gráfico 22), o sistema bancário apresenta, em 2003, um nível de cobertura acima dos 85 por cento, enquanto que em 2002 aquele nível atingiu os 90 por cento.

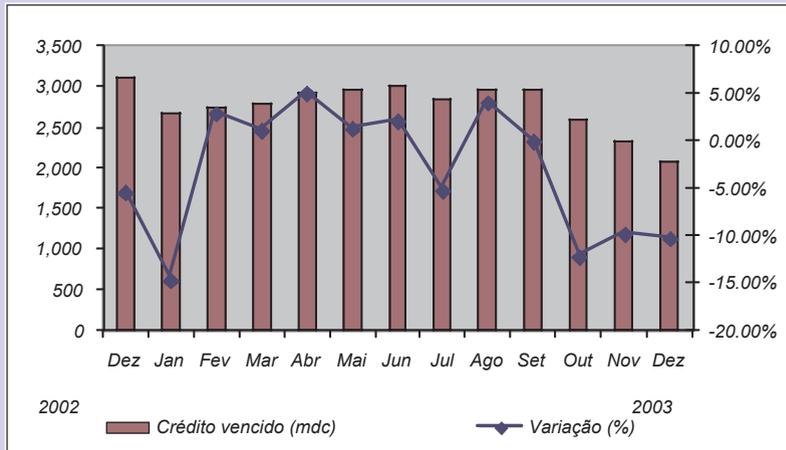


Gráfico 21
Crédito vencido

Em termos absolutos, as provisões específicas situaram-se, em 2002 em 2 830 mdc para em 2003 fixarem-se em 1 804 mdc, situação consentânea com o comportamento registado pelo crédito vencido nos mesmos períodos.

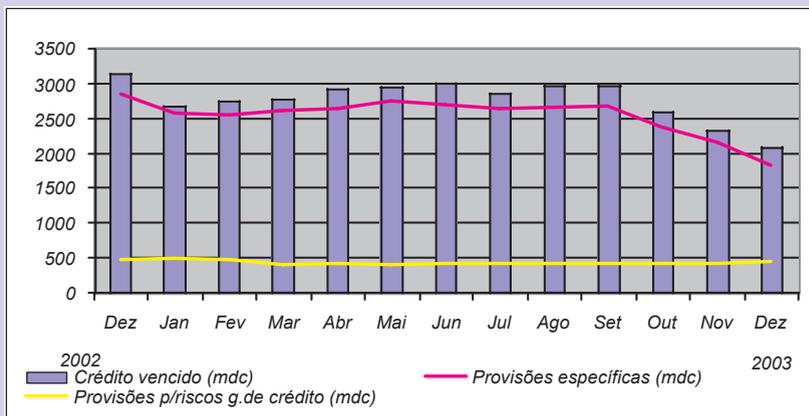


Gráfico 22
Nível de cobertura das provisões



I V- SISTEMA FINANCEIRO

Os gráficos 23 a 24 descrevem o comportamento, em termos agregados, do sistema bancário nacional. Importa destacar os custos de estrutura do sistema, que ainda continuam a corroer, por exemplo o produto bancário, rácio que se fixou, em 2003 em cerca de 75 por cento. Na estrutura de custos destacam-se os custos com o pessoal

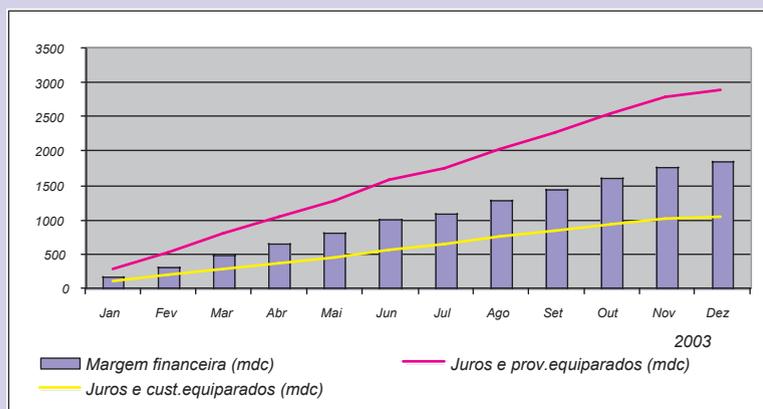


Gráfico 23
Margem de intermediação financeira

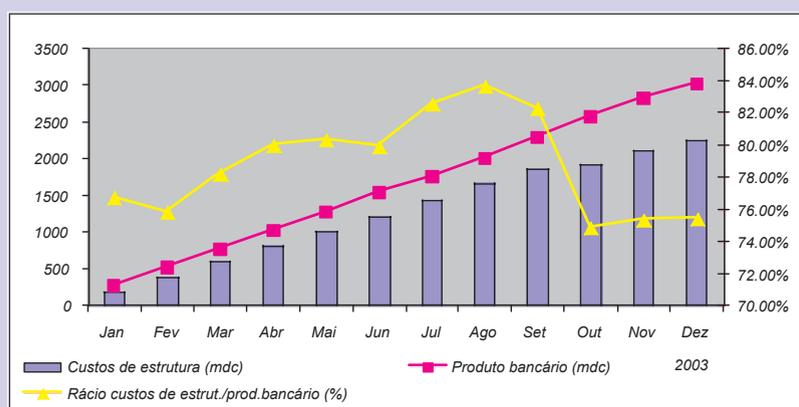


Gráfico 24
Determinantes de eficiência



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Os níveis de rentabilidade, ROE e ROA, situaram-se em 17,7 e 1,2 por cento, respectivamente.

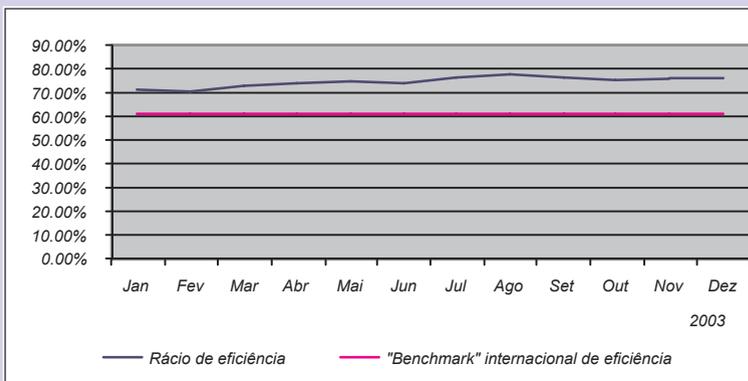


Gráfico 25
Rácio de eficiência

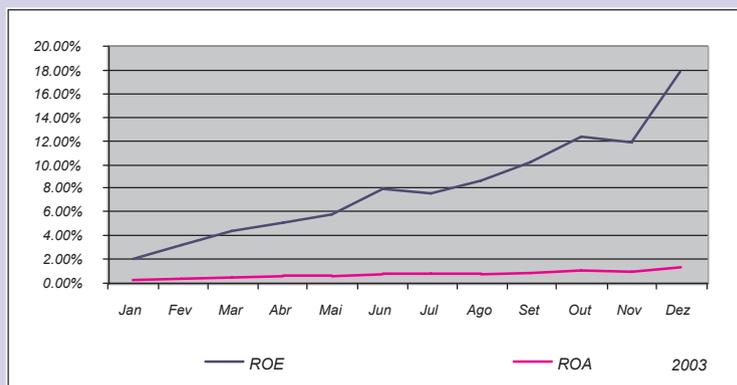


Gráfico 26
Rentabilidade



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

78



Máquina de escrever manual
Ano 1959/1960

I V- SISTEMA FINANCEIRO

5. INDICADORES DE SOLIDEZ FINANCEIRA

Ainda no que concerne a avaliação do sector financeiro nacional, é importante saber como é que as diferentes instituições financeiras têm feito o acompanhamento do risco de um modo geral. Diferentes instituições incorrem em diferentes tipos de riscos nas suas actividades.

Os diferentes riscos a que as instituições estão expostos justificam o acompanhamento com base no modelo da estrutura do *CAMELS*. Este modelo, requer análise dos seis (6) grupos de indicadores de solidez financeira: (i) Adequação de capital, (ii) Qualidade dos activos, (iii) Gestão, (iv) Ganhos e rendimentos, (v) Liquidez¹⁶ e (vi) Sensibilidade (risco de mercado).

Esta parte do relatório faz uma análise em termos agregado e consolidado, isto é, partindo de grupos de instituições.

5.1 Adequação de capital/rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade é um dos indicadores mais importantes a ser considerado quando se faz uma avaliação da solidez das instituições financeiras. Este indicador confere recursos estáveis para as instituições com o propósito de, em caso de “desequilíbrios” financeiros, possa absorver as perdas inerentes às suas actividades.

As instituições financeiras são obrigadas, por força do **Aviso nº 05/GGBM/99** a manter como rácio de solvabilidade mínimo de 8 por cento.

Até final do ano de 2003, todos os grupos das instituições financeiras observaram o rácio de solvabilidade mínimo. Em termos médios, os bancos comerciais registaram cerca de 16,9, de investimentos 137,2, leasings 12,8 e cooperativas de crédito 35,3 por cento. O rácio de solvabilidade agregado do sistema, no mesmo período foi de cerca de 17,0 por cento.

Importa referir que algumas das instituições não observaram o rácio mínimo. Nestes casos, o Departamento de Supervisão Bancária notificou-as no sentido de apresentarem o plano de saneamento.

Ao longo do ano de 2003 o sector bancário manteve-se adequadamente capitalizado, cumprindo largamente com o rácio de solvabilidade mínimo requerido pelo Banco de Moçambique.

Os gráficos 27 a 30 mostram o comportamento daquele indicador nos vários grupos de instituições.

¹⁶ A forma de cálculo de liquidez neste caso, foi considerado nos termos de cobertura das responsabilidades, Aviso nº 05/GGBM/99.



I V- SISTEMA FINANCEIRO

5.2 Qualidade dos activos

A qualidade dos activos é o factor determinante para a *performance* das instituições financeiras. A deterioração da qualidade como também dos activos não apenas requer provisões significativas para cobrir o risco de crédito, reduz, a capacidade de geração de rendimentos das instituições. Nesta ordem de ideias, as instituições devem manter uma avaliação sistemática das suas carteiras de crédito, com vista a identificar os problemas, em tempo útil e tomarem medidas correctivas para evitarem deterioração da qualidade de crédito.

O **Aviso nº 05/GGBM/99**, no seu artigo nº 14, alínea c) fixa em 2 por cento o nível mínimo de provisões para riscos gerais de crédito.

Os gráficos 27 a 30 representam o comportamento e nível de deterioração do crédito em relação ao activo total

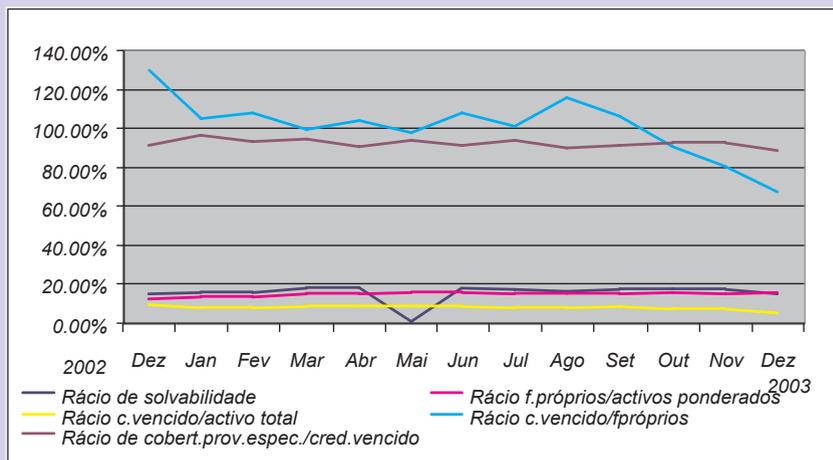


Gráfico 27
Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos dos bancos comerciais



Máquina de calcular Facit
Ano 1968/1969



I V- SISTEMA FINANCEIRO

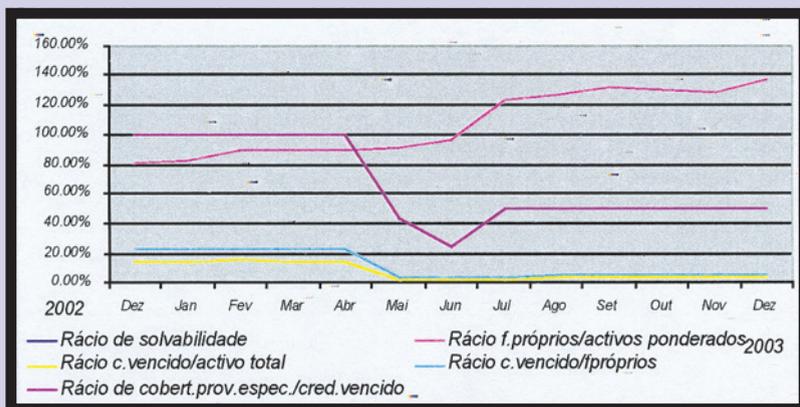


Gráfico 28

Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos dos bancos de investimento

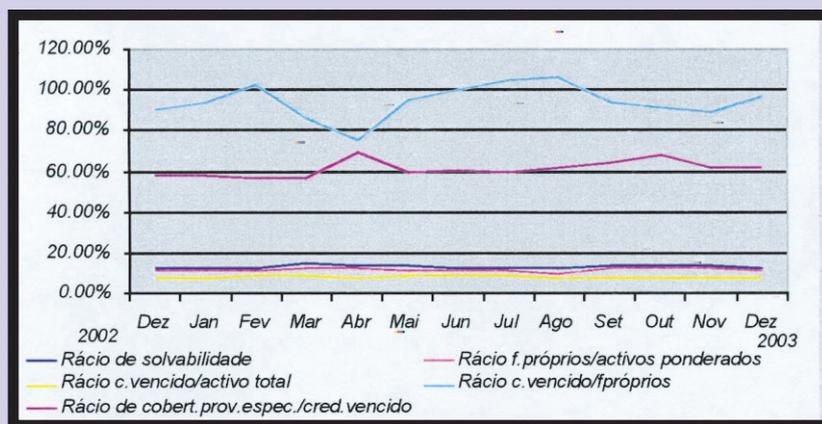
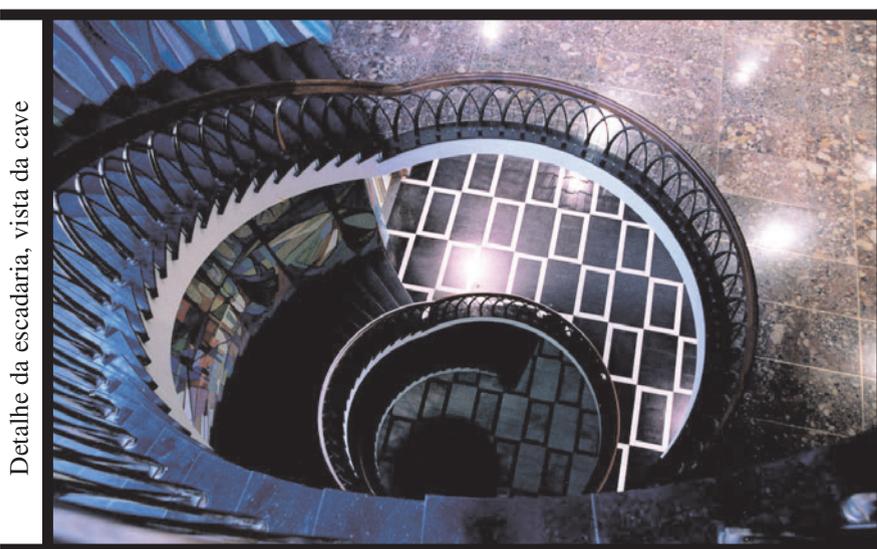


Gráfico 29

Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos das instituições de leasing



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

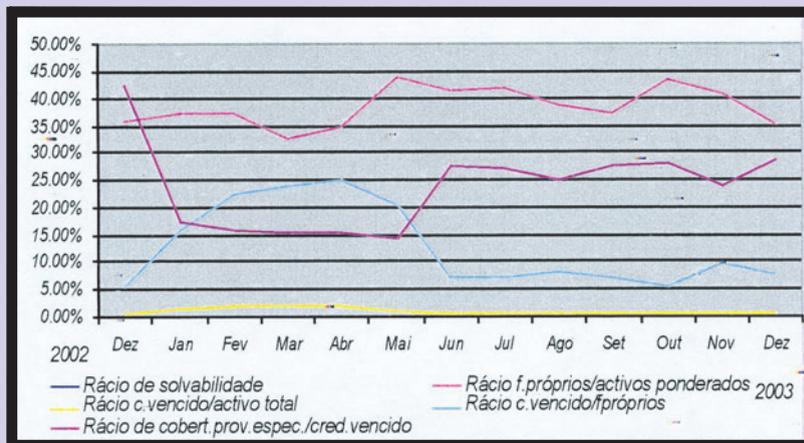


Gráfico 30

Rácio de solvabilidade e qualidade dos activos das cooperativas de crédito

3.3 Ganhos e rendibilidade

A actividade principal das instituições é, em geral, a intermediação financeira. A margem de intermediação financeira, observou, um crescimento ao longo do ano de 2003 e fixou-se em 1 851 mdc até final daquele ano.

As tabelas 1.0 a 1.9 em anexo, mostram a *performance* dos vários grupos de instituições e o agregado em termos de valores absolutos e percentuais. Os indicadores arrolados nas mesmas, resultaram de uma combinação entre os mesmos e deveriam ser interpretados, em princípio, a partir de Janeiro de 2003.

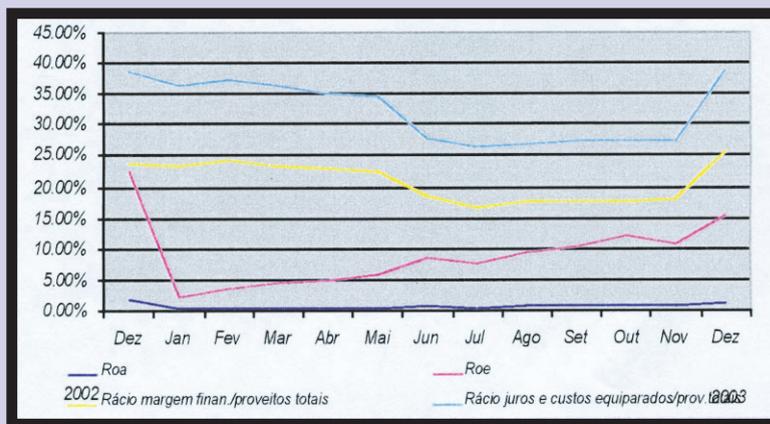


Gráfico 31

Ganhos e rendibilidade dos bancos comerciais



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Os gráficos 32 a 34 também mostram o nível de rentabilidade de forma consolidada, ou seja nos vários grupos de instituições em termos de ROE e ROA.

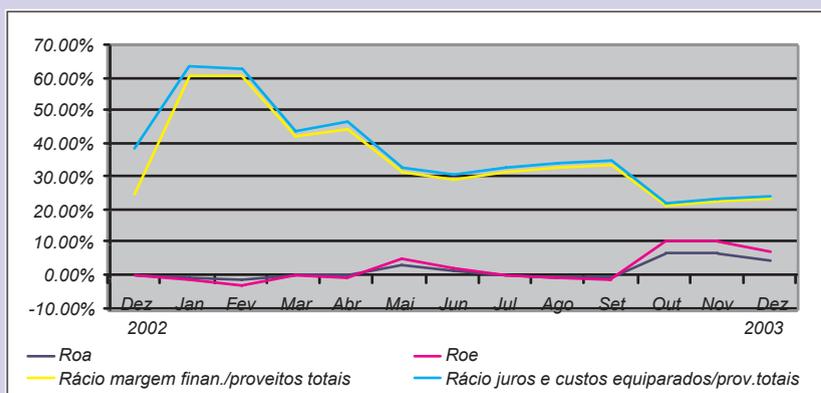


Gráfico 32
Ganhos e rentabilidade dos bancos de investimento

ROE e ROA são indicadores importantes de rentabilidade dos bancos e dão indicações sobre como o banco faz a otimização dos recursos disponíveis.

A prática internacional, esses indicadores variam, para o ROA entre 0,5 e 2,95 por cento e para o ROE entre 10 e 20 por cento.

É evidente que existam instituições que obtêm, nesses indicadores um pouco menos e/ou pouco mais.

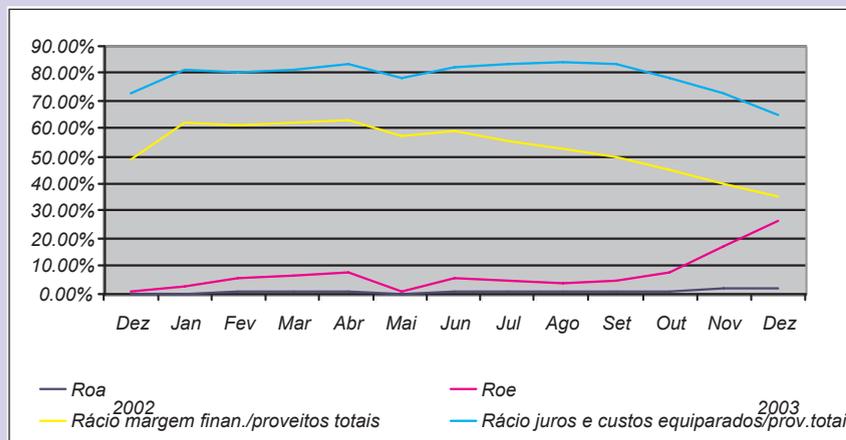


Gráfico 33
Ganhos e rentabilidade das instituições de leasing



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

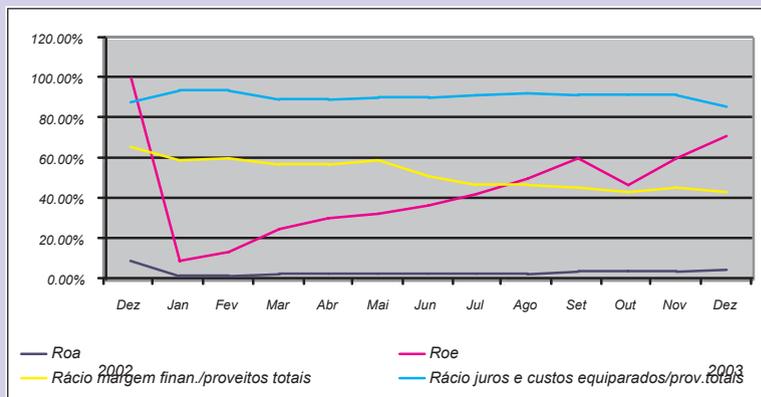


Gráfico 34
Ganhos e rentabilidade das cooperativas de crédito

5.4 Liquidez do sistema bancário

O risco de liquidez tem a ver com a incapacidade das instituições de honrarem os seus compromissos e obrigações perante os seus clientes.

Para efeitos deste relatório, o risco de liquidez foi analisado no âmbito do **Aviso nº05/GGBM/99**, ou seja com recurso ao mapa de cobertura de responsabilidades.

Para fazer face a eventuais levantamentos de valores relativamente altos, as instituições devem manter permanentemente activos líquidos suficientes.

As tabelas 6.0 a 6.9 referem-se também e em quase todos os casos, a um rácio de cobertura de responsabilidades superior a 100 por cento. Isto significa que, de um modo geral, as disponibilidades das instituições cobrem as suas responsabilidades.

Em alguns Países da região têm já regulamentada esta matéria, por exemplo, nas Maurícias a reserva de Caixa¹⁷ mínima semanal deve ser equivalente a 5,5 por cento do total dos depósitos da instituição incluindo os depósitos em moeda estrangeira.

Paralelamente, as instituições são obrigadas a reportar ao Banco Central, com periodicidade semestral, os procedimentos e políticas sobre liquidez.

¹⁷ Reserva de Caixa é constituída por “dinheiro vivo” mais valores em poder do Banco Central em forma de reservas obrigatórias.



I V- SISTEMA FINANCEIRO

5.5 Risco de mercado/sensibilidade

A estabilidade das taxas de juros das operações activas e passivas é determinante para a minimização do risco e outros efeitos externos nas condições financeiras das instituições. O ponto importante do risco da taxa de juro é o *spread* entre as operações activas e passivas.

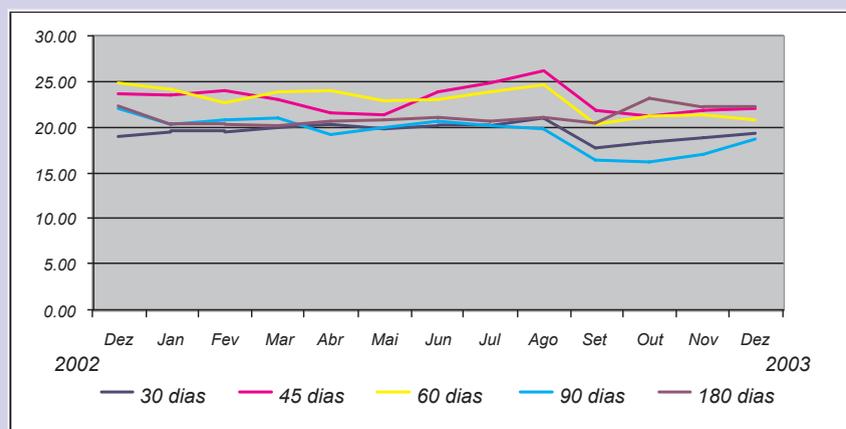


Gráfico 35
Nível do *spread* entre as taxas das operações activas e passivas do sistema bancário – moeda nacional

As taxas de juros representam o preço do dinheiro. São influenciadas pela própria dinâmica da economia, em termos da mobilização e aplicação dos recursos. Os gráficos 35 e 36, representam o comportamento da diferença entre taxas de crédito e depósitos praticadas no sistema bancário. De uma forma geral, ao longo do ano de 2003, a tendência manteve-se entre 20 e 25 por cento. Referir que, no quarto trimestre registou-se uma relativa baixa para níveis entre os 15 e 20 por cento.

Comportamento idêntico verificou-se em relação a moeda estrangeira. Uma manutenção quase que estável de Dezembro de 2002 a Julho de 2003 e uma relativa baixa ao longo do quarto trimestre de 2003.

O nível de deterioração da carteira de crédito relativamente alto (nível de reembolso do crédito baixo) que está associado à descapitalização das empresas e conseqüentemente precária sustentabilidade das mesmas, obrigando as instituições a manter um nível de provisões também alto, está entre os factores que estão na origem do alto nível de *spread* entre as taxas de juros das operações activas e passivas do sistema bancário.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

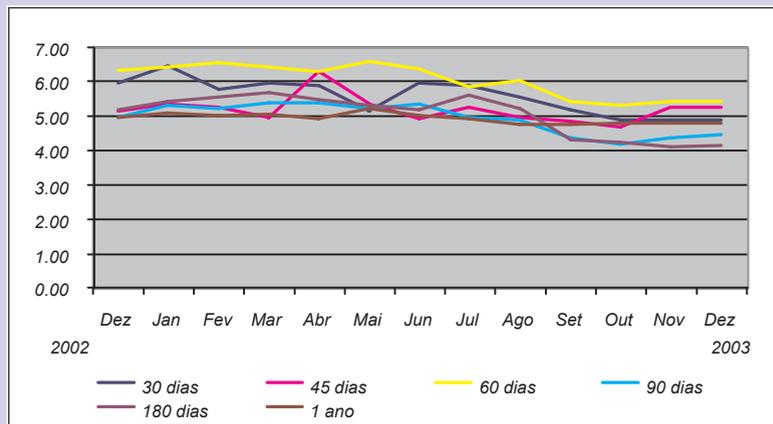


Gráfico 36
Nível do *spread* entre as taxas das operações activas e passivas do sistema bancário – moeda estrangeira

5.6 Gestão

As políticas, estratégias e procedimentos seguidos pelas instituições reflectem-se sobremaneira, nos resultados da performance ao longo das suas actividades, principalmente as de intermediação financeira. Há uma necessidade primária de combinar, conjugar e pôr em prática as políticas que resultarão no elevado nível de “saúde” financeira das instituições e do mercado financeiro em geral.

Os indicadores alcançados pelo sistema bancário e arrolados ao longo deste relatório, reflectem o nível de solidez do mesmo.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

86



Vista frontal do edifício do Centro de Documentação e Informação - Ano 1932
Travessa Tenente Valadim

I V- SISTEMA FINANCEIRO

6. ESTRUTURA DOS CUSTOS DO SISTEMA BANCÁRIO

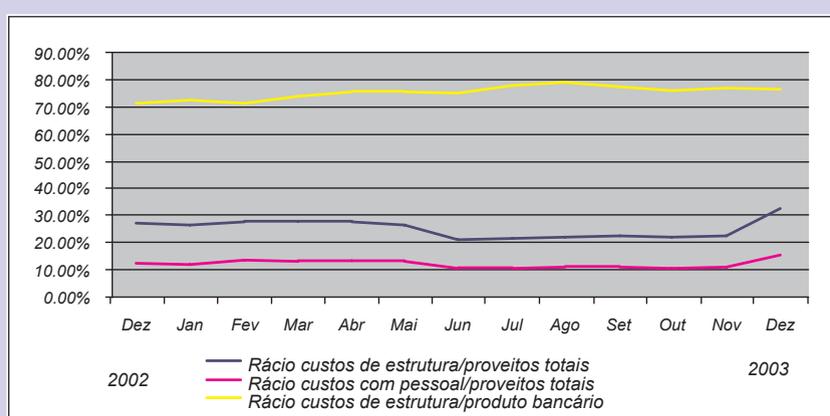


Gráfico 37
Rácio custos de estrutura/proveitos dos bancos comerciais

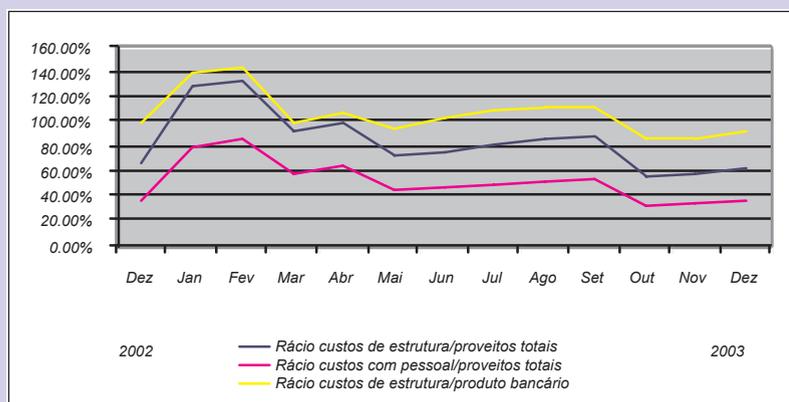


Gráfico 38
Rácio custos de estrutura/proveitos dos bancos de investimentos



2º Andar - Quadro de Malangatana



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

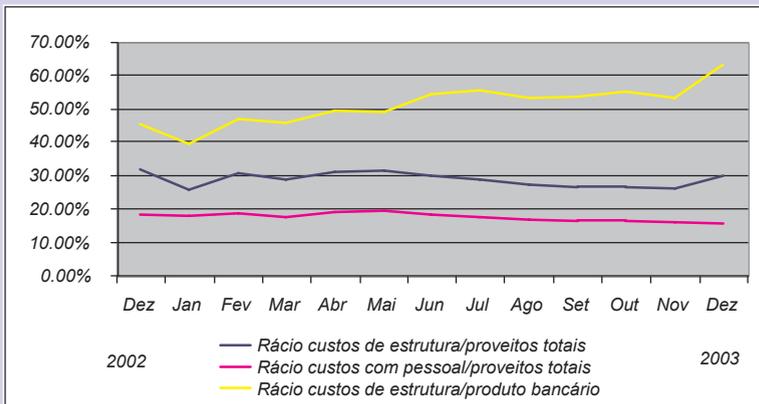


Gráfico 39
Rácio custos de estrutura/proveitos das instituições de leasing

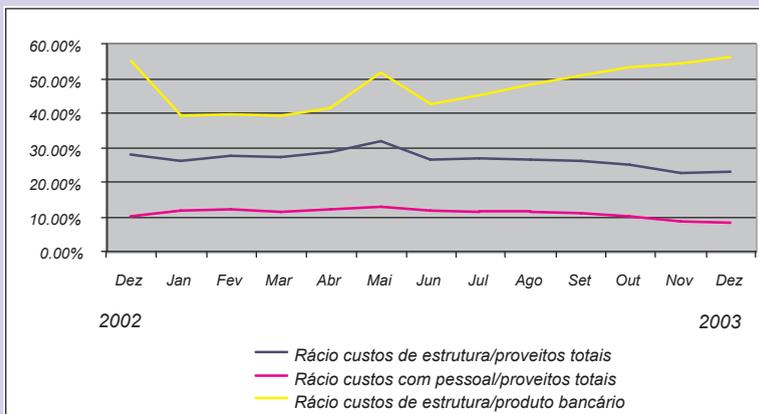


Gráfico 40
Rácio custos de estrutura/proveitos das cooperativas de crédito



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

A taxa de transformação dos depósitos em crédito descreve sobre o nível de concessão do crédito através dos recursos/fundos alheios. Esta taxa serve também como indicador da gestão e da liquidez das instituições.

I V- SISTEMA FINANCEIRO

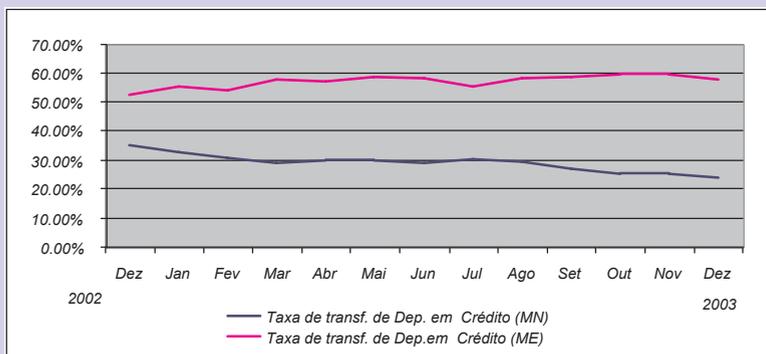


Gráfico 41
Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - bancos comerciais

Pode-se ler no gráfico 41 a maior apetência dos agentes económicos e das instituições financeiras, em última instância, de manter as suas poupanças em moeda estrangeira. A queda do poder de compra da moeda nacional fortalecendo, desta forma, a moeda estrangeira, está em parte, na origem e manutenção da tendência altista da taxa de transformação dos fundos em moeda estrangeira em aplicações na mesma moeda.

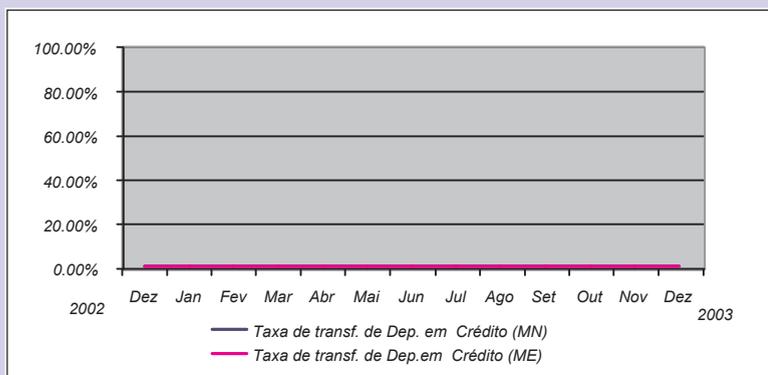


Gráfico 42
Taxas de transformação dos depósitos em crédito MN e ME - bancos de investimento



RELATÓRIO ANUAL BM
 12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

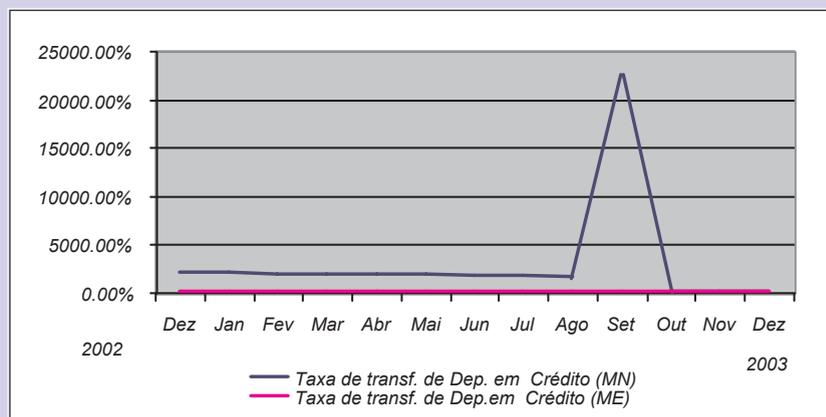


Gráfico 43
**Taxas de transformação dos depósitos em crédito
MN e ME – instituições de leasing**

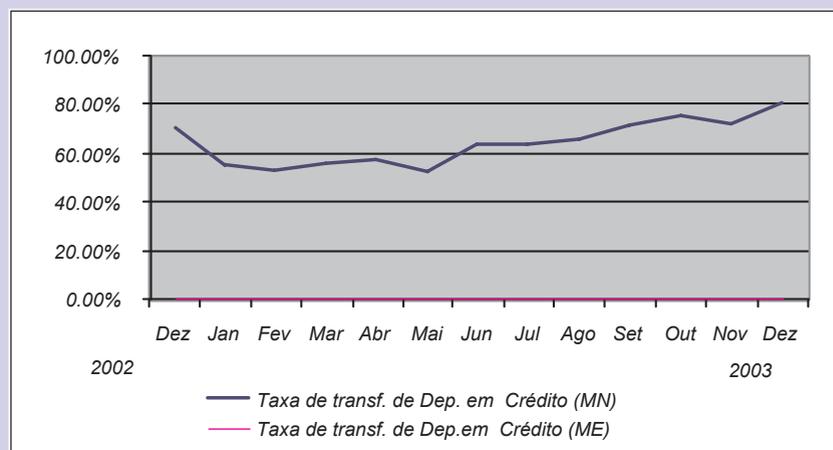


Gráfico 44
**Taxas de transformação dos depósitos em crédito
MN e ME – cooperativas de crédito**

7. QUOTAS DE MERCADO DO SISTEMA BANCÁRIO

A distribuição das quotas de activos, crédito e depósitos, entre as instituições, no mercado financeiro é desequilibrada justificando-se, em parte, pelo domínio de situações de oligopólios.

As tabelas 2.0, 2.1 e 2.2 em anexo, mostram a distribuição irregular das quotas, acima referida, destacando-se o BIM com uma quota de activos em cerca de 42 por cento, depósitos com 45 por cento e crédito com 42 por cento em relação ao grupo dos bancos comerciais.



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

Tabela n° 1.0
Bancos Comerciais*
Indicadores de solidez financeira consolidado (valores absolutos)

Anexo n° 1

	Dez-02	Jan-03	Feb-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Sep-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Fundos próprios de base	1.969.670,00	2.004.753,00	1.985.343,00	2.245.059,00	2.256.193,00	2.467.559,00	2.965.328,00	2.385.788,00	2.360.121,00	2.358.793,00	2.417.947,00	2.362.554,00	2.531.582,00
Fundos próprios complet.	387.739,00	472.884,00	469.157,00	449.089,00	479.957,00	446.817,00	329.443,00	329.559,00	327.648,00	326.543,00	325.752,00	408.500,00	422.468,00
Fundos próprios totais	2.357.409,00	2.477.637,00	2.454.500,00	2.694.148,00	2.736.150,00	2.914.376,00	2.694.771,00	2.715.347,00	2.687.769,00	2.685.336,00	2.743.699,00	2.771.054,00	2.954.044,00
Activos ponderados totais	16.906.461,00	16.444.745,00	16.150.004,00	15.978.826,00	15.911.933,00	16.249.225,00	16.141.704,00	16.493.558,00	16.424.156,00	16.484.478,00	16.651.760,00	16.886.612,00	17.436.842,00
Imobilizado líquido	2.109.962,15	2.091.321,26	2.066.493,33	2.064.132,30	2.067.914,57	2.075.820,38	2.076.368,15	2.073.287,27	2.074.997,03	2.085.239,30	2.082.566,55	2.065.178,72	2.075.936,39
Qualidade dos activos													
Activo total	34.860.542,41	35.169.918,19	35.678.846,07	35.334.340,09	35.143.044,07	35.996.085,88	37.773.184,23	38.230.151,81	38.264.762,56	37.443.519,49	38.162.775,74	37.186.034,12	38.998.153,45
Crédito vencido	3.044.585,23	2.574.029,97	2.639.647,06	2.663.003,24	2.815.272,44	2.835.621,14	2.893.633,56	2.725.578,32	2.841.779,13	2.839.445,29	2.471.036,98	2.217.104,78	1.966.604,72
Crédito total	10.322.961,61	10.250.103,78	10.247.293,26	10.067.432,47	10.301.095,17	10.558.721,22	10.576.057,71	10.853.779,93	10.816.465,28	10.790.410,42	10.846.995,95	11.116.751,68	11.259.424,93
Provisões específicas	2.764.123,31	2.465.637,55	2.437.071,97	2.508.172,13	2.524.344,74	2.634.963,89	2.625.536,49	2.534.036,78	2.539.556,70	2.569.625,01	2.263.245,09	2.004.770,99	1.722.787,37
Provisões gerais	435.062,94	439.724,37	426.064,63	356.135,31	362.257,20	359.752,63	363.471,09	371.932,76	370.092,18	368.322,13	379.417,85	376.252,11	382.441,81
Credito por sectores de actividades													
1.1 Agricultura		2.005.706	1.877.453	1.876.498	1.780.699	1.898.798	1.907.802	1.894.020	2.100.550	2.056.162	1.789.546	1.630.065	1.598.549
1.2 Indústria transformadora		2.431.458	2.191.451	2.044.166	1.969.361	2.087.113	1.991.206	1.919.068	1.905.951	1.816.350	1.928.346	1.984.089	2.064.850
1.3 Comércio		1.869.285	1.878.618	2.075.607	1.990.603	2.020.029	2.178.461	2.009.448	2.216.244	2.180.916	2.002.264	2.082.297	2.090.693
1.4 Transportes e comunicações		789.145	847.811	650.453	639.961	707.296	700.230	768.241	717.312	666.940	775.178	674.464	690.944
1.5 Outros sectores (habit viatur diversos)		4.578.321	4.857.214	4.986.431	5.249.654	4.808.692	4.763.709	5.145.499	4.505.820	4.985.843	5.190.631	5.153.550	5.102.827
1.6 Total		11.673.914,86	11.652.548,11	11.633.156,18	11.630.277,37	11.521.927,56	11.541.407,74	11.736.276,56	11.445.876,13	11.706.210,77	11.685.964,80	11.524.464,69	11.547.861,90
Ganhos e rendimentos													
Produto bancário	3.104.674,58	248.305,41	481.572,35	731.230,70	965.935,20	1.199.536,52	1.449.380,72	1.666.883,86	1.899.900,19	2.170.207,81	2.448.368,78	2.670.493,35	2.858.414,68
Resultado do exercício	525.927,04	52.648,68	86.389,91	117.505,27	135.821,08	164.126,64	229.875,70	200.065,52	233.015,65	281.373,21	327.238,85	297.638,23	448.532,97
Margem financeira	2.002.235,62	158.689,35	305.019,91	465.347,33	613.756,40	771.295,06	947.266,94	1.017.657,58	1.195.367,50	1.338.178,38	1.520.198,49	1.649.486,89	1.715.341,37
Proveitos totais	8.330.324,03	681.104,18	1.258.715,24	1.978.860,61	2.670.390,32	3.431.306,28	5.189.526,95	6.054.842,02	6.831.689,25	7.589.220,70	8.569.043,16	9.276.691,60	6.743.879,87
Juros e proveitos equiparados	3.233.221,81	249.914,37	472.651,89	720.881,95	942.920,34	1.183.863,69	1.444.636,68	1.602.495,27	1.859.444,36	2.077.012,23	2.337.805,30	2.548.693,13	2.627.529,78
Juros e custos equiparados	1.230.986,19	91.225,03	167.631,98	255.534,62	329.163,94	412.568,63	497.369,74	584.837,68	664.076,86	738.833,85	817.606,81	894.206,24	912.188,40
Custos de estrutura	2.199.777,93	178.939,04	342.087,69	538.491,86	725.182,84	898.728,27	1.080.658,77	1.287.093,87	1.486.438,13	1.664.695,96	1.852.756,00	2.036.111,61	2.173.238,79
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	28.319.070,00	28.163.242,00	28.835.288,00	28.328.414,00	28.093.903,00	28.791.672,00	26.996.383,00	30.178.793,00	29.345.047,00	30.573.429,00	31.644.542,00	31.073.985,00	32.503.099,00
Disponibilidades à vista	29.369.950,00	30.385.473,00	31.149.091,00	31.133.190,00	31.131.913,00	33.104.242,00	31.029.467,00	32.694.212,00	32.936.250,00	31.922.368,00	34.039.289,00	33.733.711,00	34.866.699,00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Custos c/peçoal	1.999.103,10	79.252,62	162.960,80	249.526,61	336.492,77	424.958,85	514.500,74	610.929,27	716.900,62	799.532,17	880.976,12	967.989,82	1.025.928,95

* BIM, BCI, UCB, B.AÚSTRAL, BF, ICB, BSTM, BMI, ACB e NOVO BANCO



RELATÓRIO ANUAL BM
 12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003



I V- SISTEMA FINANCEIRO

Tabela nº 1.1

Bancos de Investimentos**:

Indicadores de solidez financeira consolidado (valores absolutos)

Anexo nº 2

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mai-03	Abri-03	Mar-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Ser-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Fundos próprios de base	41.566,00	41.566,00	41.566,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00
Fundos próprios complem.†	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos próprios totais	41.566,00	41.566,00	41.566,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00	41.662,00
Activos ponderados totais	50.963,00	50.082,00	46.620,00	46.197,00	46.737,00	46.009,00	43.387,00	33.770,00	32.854,00	31.574,00	31.992,00	32.175,00	30.352,00
Imobilizado líquido	13.488,00	14.278,00	14.196,00	14.061,00	13.868,00	13.587,00	5.099,00	5.028,00	4.916,00	4.796,00	4.676,00	4.560,00	4.443,00
Qualidade dos activos													
Activo total	67.983,00	68.070,00	64.318,00	65.513,00	66.314,00	68.072,00	59.487,00	58.404,00	57.173,00	57.307,00	66.204,00	66.368,00	63.985,00
Credito vencido	9.754,00	9.739,00	9.770,00	9.753,00	9.656,00	1.283,00	1.509,00	1.749,00	1.972,00	2.057,00	2.288,00	2.444,00	2.584,00
Credito total	37.742,00	36.568,00	34.689,00	34.432,00	34.333,00	31.995,00	23.031,00	22.081,00	20.830,00	20.833,00	17.438,00	17.313,00	9.877,00
Provisões específicas	9.754,00	9.739,00	9.770,00	9.753,00	9.656,00	556,00	377,00	874,00	986,00	1.028,00	1.144,00	1.222,00	1.292,00
Provisões gerais	458,00	434,00	397,00	392,00	390,00	328,00	321,00	298,00	288,00	267,00	242,00	235,00	233,00
Credito por sectores de actividades													
1.1 Agricultura		0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 Industria transformadora		9.923,33	9.918,60	9.864,00	9.729,69	5.858,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 Comercio		7.175,72	7.214,33	7.193,00	7.170,19	6.153,68	6.128,47	5.136,01	5.113,47	5.114,53	4.082,64	4.065,43	4.111,00
1.4 Transportes e comunicações		7.138,62	5.980,86	5.963,00	5.944,26	5.951,81	5.927,43	5.961,03	4.747,89	4.748,88	4.790,06	4.718,47	4.771,00
1.5 Outros sectores (habilit. variat. diversos)		20.582,32	20.598,20	20.419,00	20.401,66	20.408,71	12.950,54	12.970,98	12.946,65	12.947,80	12.949,18	12.853,47	5.368,00
1.6 Total		44.819,99	43.711,98	43.439,00	43.245,81	38.373,08	25.006,45	24.068,01	22.808,01	22.811,20	21.791,88	21.637,37	14.250,00
Ganhos e rendimentos													
Produto bancario	24.335,00	1.315,00	2.497,00	5.505,00	6.658,00	9.972,00	10.936,00	12.091,00	13.614,00	15.144,00	22.134,00	23.960,00	25.064,00
Resultado do exercicio	97,00	-556,00	-1.087,00	133,00	-202,00	2.199,00	961,00	104,00	-212,00	-557,00	4.173,83	4.249,00	2.929,00
Margem financeira	9.158,00	861,00	1.616,00	2.452,00	3.225,00	4.036,00	4.352,00	5.111,00	5.877,00	6.569,00	7.338,00	8.163,00	8.749,00
Proveitos totais	36.694,00	1.423,00	2.691,00	5.826,00	7.232,00	12.784,00	14.958,00	16.159,00	17.777,00	19.472,00	34.611,00	36.470,00	37.603,00
Juros e proveitos equiparados	14.264,00	899,00	1.690,00	2.558,00	3.357,00	4.197,00	4.538,00	5.313,00	6.093,00	6.800,00	7.584,00	8.420,00	9.018,00
Juros e custos equiparados	5.106,00	38,00	74,00	106,00	132,00	161,00	186,00	202,00	216,00	231,00	246,00	257,00	269,00
Custos de estrutura†	24.100,00	1.831,00	3.562,00	5.363,00	7.076,00	9.307,00	11.159,00	13.158,00	15.010,00	16.870,00	18.891,00	20.663,00	22.881,00
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	24.828,00	25.497,00	22.308,00	22.251,00	23.432,00	22.790,00	15.505,00	15.184,00	14.408,00	14.829,00	13.786,00	13.990,00	13.537,00
Disponibilidades à vista	61.986,00	59.368,00	52.983,00	55.505,00	56.982,00	60.477,00	64.703,00	64.213,00	70.739,00	71.633,00	102.663,00	91.477,00	91.291,00
Sensibilidade (risco de mercado													
Custos e proveitos													
Custos c/peçoal	13.085,00	1.126,00	2.276,00	3.386,00	4.554,00	5.731,00	6.909,00	8.029,00	9.137,00	10.208,00	11.295,00	12.574,00	13.725,00

** BIM Investimento



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

Tabela n° 1.2
Leasings***
Indicadores de solidez financeira consolidado (valores absolutos)

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Sep-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Fundos próprios de base	97.519,00	95.370,00	93.048,00	109.158,00	107.143,00	104.770,00	103.683,00	104.254,00	101.351,00	116.842,00	121.224,00	119.081,00	116.381,00
Fundos próprios complem.	9.382,00	9.382,00	9.382,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00	16.676,00
Fundos próprios totais	106.901,00	104.752,00	102.430,00	125.834,00	123.819,00	121.446,00	120.359,00	120.930,00	118.027,00	133.518,00	137.900,00	135.757,00	133.057,00
Activos ponderados totais	85.115,00	85.129,00	849.028,00	855.402,00	886.696,00	892.716,00	921.960,00	963.215,00	956.435,00	933.345,00	988.122,00	981.200,00	1.033.362,00
Imobilizado líquido	6.276,19	6.048,45	5.835,71	5.608,73	5.072,01	5.332,48	4.664,04	4.623,02	4.427,28	4.252,55	4.060,79	4.265,16	5.693,17
Qualidade dos activos													
Activo total	1.190.332,21	1.224.918,89	1.236.128,83	1.237.150,83	1.247.261,86	1.232.597,87	1.448.261,67	1.478.946,06	1.525.651,83	1.565.966,68	1.586.398,31	1.618.990,58	1.704.336,63
Crédito vencido	96.670,36	98.650,91	104.978,83	109.480,82	93.456,00	116.067,72	121.048,65	127.053,22	124.745,61	125.852,17	125.739,81	120.398,69	127.500,71
Crédito total	1.100.860,95	1.093.910,62	1.103.845,59	1.116.245,25	1.096.845,43	1.120.915,48	1.157.698,67	1.192.259,97	1.196.676,94	1.218.186,38	1.222.498,18	1.258.517,33	1.392.207,38
Provisões específicas	56.085,68	57.943,40	59.821,69	61.982,16	64.145,00	69.327,14	73.208,77	76.045,23	77.356,90	80.490,23	86.185,27	74.611,34	79.317,78
Provisões gerais	20.564,21	20.471,15	20.438,76	20.633,28	20.649,00	20.720,42	21.475,09	22.124,33	22.275,92	22.605,11	22.835,45	23.392,80	26.070,58
Crédito por sectores de actividades													
1.1 Agricultura		28.378	27.701	20.358	19.776	24.437	23.828	23.134	22.458	17.898	26.086	27.181	24.644
1.2 Indústria transformadora		105.647	105.691	65.471	105.101	67.589	68.820	69.129	107.505	107.303	109.429	72.552	94.671
1.3 Comércio		138.963	147.762	150.250	150.895	156.327	159.748	189.718	179.660	196.652	192.852	191.189	216.831
1.4 Transportes e comunicações		205.110	193.852	195.678	192.670	194.887	204.427	203.351	200.709	194.231	205.331	202.085	206.890
1.5 Outros sectores (habit.viatur.diversos)		303.401	308.549	360.255	366.473	369.448	401.836	422.969	438.372	454.607	452.807	480.726	537.922
1.6 Total		781.499	783.554	792.011	834.915	812.689	858.659	908.301	948.703	970.691	986.505	973.733	1.080.958
Ganhos e rendimentos													
Produto bancário	85.803,63	8.570,32	17.634,68	26.275,31	34.037,50	29.803,65	47.458,80	54.157,87	58.898,82	64.543,71	70.405,97	75.497,95	83.934,32
Resultado do exercício	669,45	2.855,68	5.668,94	8.389,81	9.735,77	1.140,44	6.916,50	6.035,24	4.586,95	5.520,52	10.172,85	23.560,66	35.630,95
Margem financeira	82.882,76	8.010,39	15.518,16	23.835,36	31.279,53	28.082,68	45.464,49	51.236,67	56.769,38	62.051,81	67.731,18	74.003,60	79.360,38
Proveitos totais	171.340,82	12.966,90	25.467,33	38.534,59	49.379,68	48.813,25	76.590,98	92.690,37	108.672,67	126.081,26	150.801,27	182.991,72	227.113,12
Juros e proveitos equiparados	123.884,24	10.581,11	20.475,91	31.331,64	41.243,89	38.018,84	62.948,54	76.682,63	90.971,58	104.268,89	118.515,42	132.789,89	147.013,43
Juros e custos equiparados	41.001,48	2.570,72	4.957,75	7.496,28	9.964,36	9.936,16	17.484,05	25.445,96	34.202,20	42.217,09	50.784,24	58.786,29	67.653,05
Custos de estrutura	46.922,17	3.314,83	6.927,37	10.261,70	14.022,24	15.349,83	20.010,31	24.353,31	28.255,99	32.559,49	37.202,74	40.733,36	46.850,17
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	1.002.729,00	1.051.813,00	1.029.973,00	1.022.392,00	1.020.469,00	1.032.185,00	1.111.060,00	1.263.021,00	1.309.466,00	1.331.036,00	1.336.529,00	1.365.784,00	1.397.430,00
Disponibilidades à vista	1.191.782,00	1.333.214,00	1.125.710,00	1.216.124,00	1.211.246,00	1.189.968,00	1.394.919,00	1.429.387,00	1.458.585,00	1.689.397,00	1.534.714,00	1.751.864,00	1.611.448,00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Custos c/peçoal	17.130,26	1.463,00	2.950,00	4.244,20	5.783,00	6.114,00	8.547,00	10.082,00	11.714,00	13.246,00	14.891,00	15.019,00	17.578,00

*** BIM LEASING, BCILEASING e ABCLEASING



RELATÓRIO ANUAL BM
 12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003



I V- SISTEMA FINANCEIRO

Tabela nº 1.3
Cooperativas***

Indicadores de solidez financeira consolidado (valores absolutos)

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mai-03	Abr-03	Mar-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Ser-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Fundos próprios de base	23.780,00	23.699,00	23.700,00	23.700,00	24.567,00	31.109,00	31.129,00	31.131,00	31.186,00	31.207,00	42.808,00	39.266,00	41.011,00
Fundos próprios complet.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos próprios totais ¹	23.780,00	23.699,00	23.700,00	23.700,00	24.567,00	31.109,00	31.129,00	31.131,00	31.186,00	31.207,00	42.808,00	39.266,00	41.011,00
Ativos ponderados totais	66.124,00	63.177,00	63.823,00	71.955,00	71.145,00	71.073,00	75.301,00	74.445,00	80.638,00	83.919,00	98.690,00	95.701,00	115.987,00
Imobilizado líquido	13.278,12	11.688,84	11.697,92	11.731,40	21.765,90	22.103,85	25.496,08	27.479,84	27.563,98	29.905,16	30.119,29	31.824,81	27.997,95
Qualidade dos ativos													
Activo total	277.268,33	286.097,49	288.764,78	294.447,58	315.609,42	651.609,90	645.547,44	667.297,24	740.569,20	711.244,22	689.653,93	709.289,80	709.264,88
Crédito vencido	1.281,66	3.713,54	5.329,25	5.650,39	6.154,63	6.384,69	2.226,15	2.230,95	2.448,08	2.218,46	2.309,13	3.675,26	3.159,49
Crédito total	49.185,82	47.341,40	45.827,04	50.541,22	52.686,32	55.884,52	58.735,63	63.029,04	68.270,79	71.650,99	75.985,11	79.239,43	85.771,26
Provisões específicas	544,00	646,00	835,00	857,00	960,00	920,00	608,00	609,00	609,00	609,00	645,00	875,00	909,00
Provisões gerais	597,35	582,09	555,53	642,72	667,91	693,03	733,08	808,50	886,33	938,76	989,34	996,74	1.107,88
Crédito por sectores de actividades													
1.1 Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 Indústria transformadora		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 Comércio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 Transportes e comunicações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5 Outros sectores (habit. valor diversos)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6 Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ganhos e rendimentos													
Produto bancário	38.035,19	3.632,09	6.973,20	10.602,58	14.388,67	19.377,27	21.911,42	25.424,94	30.739,45	34.609,75	38.399,58	44.903,39	51.336,94
Resultado do exercício	23.842,04	2.129,46	3.172,13	5.695,70	7.211,21	9.850,35	11.261,47	13.056,20	15.633,40	18.610,48	19.903,44	23.663,74	29.126,17
Margem financeira	36.152,91	3.325,61	6.432,35	9.741,21	13.197,51	17.915,58	20.214,61	23.391,75	28.346,62	31.845,54	35.265,34	41.311,41	47.398,07
Projetos totais	54.751,99	5.619,81	10.734,15	17.083,43	23.118,99	30.437,15	39.841,79	49.640,02	60.346,14	70.687,54	80.730,70	91.837,44	109.232,19
Juros e proveitos equiparados	47.931,23	5.252,24	10.039,57	15.187,87	20.562,60	27.298,14	36.041,64	45.201,72	55.482,09	64.540,80	73.960,52	84.308,77	93.924,43
Juros e custos equiparados	11.778,32	1.926,64	3.607,22	5.446,66	7.365,09	9.382,57	15.627,03	21.809,97	27.135,47	32.695,26	38.695,18	42.997,35	46.526,36
Custos de estrutura	17.185,49	1.420,53	3.239,23	4.823,70	7.066,13	9.464,69	11.828,98	14.050,97	16.303,39	18.454,25	21.056,55	23.745,70	32.303,07
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	188.774,00	206.685,00	211.712,00	216.924,00	215.675,00	537.009,00	536.272,00	557.180,00	622.608,00	594.395,00	589.087,00	582.564,00	601.100,00
Disponibilidades à vista	279.788,00	293.717,00	322.985,00	300.460,00	353.063,00	976.483,00	1.028.565,00	1.071.032,00	1.196.581,00	1.165.678,00	1.127.112,00	1.205.837,00	1.161.965,00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Custos e pessoal	9.740,28	974,95	1.965,75	2.901,10	4.317,55	5.741,13	7.108,73	8.510,35	9.926,73	11.368,95	12.770,89	14.373,69	16.726,00

*** CPC, TCHUMA e CCC

Anexo nº 4



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

Tabela n° 1.4
Agregado do Sistema
Indicadores de solidez financeira consolidado (valores absolutos)

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Fundos próprios de base	2.132.535,00	2.165.388,00	2.143.657,00	2.419.579,00	2.429.565,00	2.645.100,00	2.541.802,00	2.562.835,00	2.534.320,00	2.548.504,00	2.623.641,00	2.562.563,00	2.730.636,00
Fundos próprios complem.	397.121,00	482.266,00	478.539,00	485.765,00	496.633,00	463.493,00	346.119,00	346.235,00	344.324,00	343.219,00	342.428,00	425.176,00	439.138,00
Fundos próprios totais	2.529.656,00	2.647.654,00	2.622.196,00	2.885.344,00	2.926.198,00	3.108.593,00	2.887.921,00	2.909.070,00	2.878.644,00	2.891.723,00	2.966.069,00	2.987.739,00	3.169.774,00
Activos ponderados totais	17.874.700,00	17.409.294,00	17.109.475,00	16.952.380,00	16.916.511,00	17.259.023,00	17.182.352,00	17.564.988,00	17.494.083,00	17.533.316,00	17.770.504,00	17.995.688,00	18.616.543,00
Imobilizado líquido	2.143.004,47	2.123.336,54	2.098.222,92	2.095.533,43	2.108.620,48	2.116.643,71	2.111.627,27	2.110.418,14	2.111.904,29	2.124.193,01	2.121.422,64	2.105.828,68	2.114.070,51
Qualidade dos activos													
Activo total	36.396.125,95	36.749.004,57	37.268.057,68	36.931.451,60	36.772.229,36	37.948.305,55	39.926.480,34	40.434.799,11	40.588.156,59	39.778.031,39	40.505.031,97	39.580.682,50	41.475.739,96
Crédito vencido	3.152.291,25	2.686.133,42	2.759.725,14	2.787.887,45	2.924.539,07	2.959.356,56	3.018.417,35	2.856.611,50	2.970.944,82	2.969.572,93	2.601.373,92	2.343.622,73	2.098.848,93
Crédito total	11.510.750,39	11.427.923,80	11.431.654,89	11.288.650,94	11.484.959,92	11.767.496,22	11.815.523,01	12.131.149,94	12.102.243,01	12.101.080,79	12.162.917,23	12.471.821,44	12.747.280,56
Provisões específicas	2.830.506,99	2.533.965,95	2.507.498,66	2.580.764,29	2.599.095,74	2.705.767,03	2.699.730,26	2.611.565,01	2.618.508,59	2.651.752,23	2.351.219,36	2.111.479,33	1.804.306,15
Provisões gerais	456.682,50	461.211,61	447.455,92	377.803,31	383.964,11	381.494,07	386.000,26	395.163,59	393.502,44	392.133,00	403.484,64	400.876,65	409.853,27
Crédito por sectores de actividades													
1.1 Agricultura		2.034.083,90	1.905.154,06	1.896.855,85	1.800.474,03	1.923.235,34	1.931.629,81	1.917.154,29	2.123.007,70	2.074.060,19	1.815.631,90	1.657.246,72	1.623.192,50
1.2 Indústria transformadora			2.547.027,83	2.307.061,41	2.119.501,39	2.160.560,91	2.060.026,19	1.988.197,22	2.013.455,64	1.923.653,18	2.037.775,46	2.056.641,09	2.159.520,80
1.3 Comércio		2.015.424,44	2.033.594,14	2.233.049,90	2.148.668,69	2.182.509,66	2.344.337,32	2.204.301,88	2.401.016,92	2.382.682,52	2.199.208,62	2.277.550,56	2.311.635,30
1.4 Transportes e comunicações		1.001.393,00	1.047.643,52	852.094,01	838.575,49	908.134,94	910.584,83	977.552,58	922.768,15	865.919,57	985.258,92	881.266,71	902.604,80
1.5 Outros sectores (habit. viatur. diversos)		4.902.305,02	5.166.361,04	5.367.105,37	5.636.528,61	5.198.546,50	5.178.495,05	5.581.439,37	4.957.138,54	5.458.397,86	5.656.386,69	5.647.130,27	5.646.116,50
1.6 Total	12.500.234,19	12.479.814,18	12.468.606,53	12.508.438,05	12.508.438,05	12.372.989,35	12.425.073,19	12.668.645,34	12.417.386,95	12.699.713,32	12.694.261,59	12.519.835,36	12.643.069,90
Ganhos e rendimentos													
Produto bancário	3.252.848,40	2.618.222,82	508.677,22	773.613,59	1.021.029,36	1.258.689,44	1.529.686,94	1.758.557,67	2.003.152,46	2.284.505,27	2.579.308,33	2.814.854,69	3.018.749,95
Resultado do exercicio	550.535,53	57.077,81	94.143,99	131.723,78	152.566,06	177.316,42	249.014,67	219.260,96	253.024,00	304.947,21	361.488,96	349.111,64	516.219,09
Margem financeira	2.130.429,29	170.886,35	328.586,42	501.375,90	661.458,44	821.329,32	1.017.298,04	1.097.397,01	1.286.360,49	1.438.644,72	1.630.533,01	1.772.964,91	1.850.848,83
Proveitos totais	8.593.110,64	701.113,89	1.287.607,72	2.040.304,62	2.750.120,99	3.523.340,68	5.320.917,72	6.213.331,41	7.018.485,07	7.805.461,50	8.835.186,13	9.587.990,75	7.117.828,18
Juros e proveitos equiparados	3.419.301,28	266.646,73	504.857,38	789.959,46	1.008.083,83	1.253.377,68	1.548.164,86	1.729.682,63	2.011.991,02	2.252.621,92	2.537.865,23	2.769.211,79	2.877.485,64
Juros e custos equiparados	1.288.871,99	95.760,38	176.270,96	268.583,56	346.625,39	432.048,36	530.866,82	632.295,62	725.630,53	813.977,20	907.332,23	996.246,88	1.026.636,81
Custos de estrutura	2.287.965,59	185.505,41	355.816,30	558.940,26	753.347,21	932.849,79	1.123.657,07	1.338.656,14	1.546.007,51	1.732.579,70	1.929.906,29	2.121.253,67	2.275.273,02
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	29.535.401,00	29.447.237,00	30.099.281,00	29.589.981,00	29.353.479,00	30.383.656,00	28.659.220,00	32.014.178,00	31.291.529,00	32.513.689,00	33.583.944,00	33.036.283,00	34.515.166,00
Disponibilidades à vista	30.903.506,00	32.071.772,00	32.650.769,00	32.705.279,00	32.753.204,00	35.331.170,00	33.517.654,00	35.258.844,00	35.662.155,00	34.849.076,00	36.803.778,00	36.782.889,00	37.731.563,00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Custos c/ pessoal	1.039.058,65	82.816,57	170.152,55	260.057,91	351.147,32	442.544,99	537.065,48	637.550,62	747.678,35	834.355,13	919.933,01	1.009.956,51	1.073.957,95





I V- SISTEMA FINANCEIRO

Tabela n.º 1.5
Banco Comerciais*
Indicadores de solidez financeira consolidado

Anexo n.º 6

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mai-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Ser-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Rácio de solvabilidade	13 944%	15 066%	15 196%	16 861%	17 196%	17 939%	16 694%	16 463%	16 665%	16 290%	16 477%	16 410%	16 941%
Rácio f. próprios de base/ativos ponder	11 630%	12 191%	12 293%	14 030%	14 179%	15 186%	14 654%	14 465%	14 370%	14 309%	14 521%	13 911%	14 519%
Qualidade dos activos													
Rácio c. vencido/activo total	8 73%	7 32%	7 40%	7 54%	8 01%	7 88%	7 66%	7 13%	7 43%	7 58%	6 47%	5 96%	5 04%
Rácio c. vencido/ f. próprios	129 150%	103 891%	107 543%	98 844%	102 892%	97 298%	107 380%	100 377%	105 730%	105 739%	90 062%	80 009%	66 573%
Rácio de cobert. Provisões espec./créd. vencido	90 788%	95 789%	92 326%	94 186%	89 666%	92 924%	90 735%	92 972%	89 365%	90 497%	91 591%	91 776%	87 602%
Rácio crédito/sectores de actividades													
1.1 Rácio crédito a agrícola/total	19 568%	18 321%	18 321%	18 639%	17 286%	17 983%	18 039%	17 450%	19 420%	19 055%	16 498%	14 663%	14 197%
1.2 Rácio Ind transf./c. total	23 721%	21 386%	21 386%	20 305%	19 118%	19 767%	18 827%	17 681%	17 621%	16 833%	17 778%	17 848%	18 339%
1.3 Rácio crédito ad comércio/total	18 237%	18 333%	18 333%	20 617%	19 324%	19 131%	20 598%	18 514%	20 490%	20 212%	18 459%	18 731%	18 569%
1.4 Rácio crédito transp. Comunic./c. total	7 699%	8 274%	8 274%	6 461%	6 213%	6 999%	6 621%	7 078%	6 632%	6 181%	7 146%	6 067%	6 137%
1.5 Rácio crédito/sectores c. total	44 666%	47 400%	47 400%	49 530%	50 962%	45 542%	45 042%	47 407%	41 657%	46 206%	47 853%	46 358%	45 320%
1.6 Rácio c. total aos sectores/c. total	113 891%	113 713%	113 713%	115 552%	112 903%	109 122%	109 128%	108 131%	105 819%	108 487%	107 735%	103 668%	102 562%
Ganhos e rendimentos													
Roa	1 509%	0 150%	0 242%	0 333%	0 386%	0 456%	0 609%	0 523%	0 609%	0 751%	0 857%	0 800%	1 150%
Roe	22 310%	2 125%	3 520%	4 362%	4 964%	5 632%	8 530%	7 368%	8 669%	10 478%	11 927%	10 741%	15 184%
Rácio margem fin./Proveitos totais	24 036%	23 299%	24 233%	23 516%	22 984%	22 478%	18 253%	16 807%	17 497%	17 633%	17 741%	17 781%	25 436%
Rácio juros e custos equiparados/prov. totais	38 813%	36 693%	37 550%	36 429%	35 310%	34 502%	27 838%	26 466%	27 216%	27 369%	27 282%	27 420%	38 962%
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	28 319 070 00	28 163 242 00	28 835 288 00	28 328 414 00	28 093 903 00	28 791 672 00	26 996 383 00	30 178 793 00	29 345 047 00	30 573 429 00	31 644 542 00	31 073 965 00	32 503 099 00
Disponibilidades a vista	29 369 950 00	30 385 473 00	31 149 091 00	31 133 190 00	31 131 913 00	33 104 242 00	31 029 467 00	32 694 712 00	32 936 250 00	31 922 368 00	34 039 289 00	33 733 711 00	34 666 899 00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Rácio custos de estrutura/proveitos totais	26 407%	26 272%	27 176%	27 212%	27 156%	26 192%	20 824%	21 257%	21 756%	21 935%	21 622%	21 949%	32 225%
Rácio Custos com pessoal/proveitos totais	11 994%	11 636%	12 947%	12 610%	12 601%	12 385%	9 914%	10 090%	10 494%	10 535%	10 281%	10 435%	15 213%
Rácio custos de estrutura/produto bancário	70 854%	72 064%	71 036%	73 642%	75 076%	74 923%	74 560%	77 216%	78 236%	76 707%	75 673%	76 245%	76 030%

* BIM, BCI, UCB, BAUSTRAL, BF, ICB, BSTM, BMI, ABC E NOVOBANCO



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

Anexo n° 7

Tabela n° 1.6
Bancos de Investimentos ***

Indicadores de solidez financeira consolidado

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Rácio de solvabilidade	81.561%	82.986%	89.158%	90.183%	89.141%	90.552%	96.024%	123.370%	126.610%	131.950%	130.471%	129.466%	137.263%
Rácio f. próprios de base/ativos ponder.	81.561%	82.986%	89.158%	90.183%	89.141%	90.552%	96.024%	123.370%	126.610%	131.950%	130.471%	129.466%	137.263%
Qualidade dos ativos													
Rácio c. vencido/ativo total	14.35%	14.31%	15.19%	14.89%	14.56%	1.89%	2.54%	2.99%	3.45%	3.59%	3.46%	3.68%	4.04%
Rácio c. vencido/ f. próprios	23.47%	23.43%	23.50%	23.41%	23.18%	3.08%	3.62%	4.20%	4.73%	4.94%	5.49%	5.87%	6.20%
Rácio de cobert. Provisões espec./créd.vencido	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%	43.34%	24.98%	49.97%	50.00%	49.98%	50.00%	50.00%	50.00%
Rácio crédito/sectores de actividades													
1.1 Rácio crédito a agrícola/c. total		0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%
1.2 Rácio Ind.transf./c. total		27.137%	28.593%	28.648%	28.339%	18.312%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%
1.3 Rácio crédito ao comércio/crédito total		19.623%	20.797%	20.890%	20.864%	19.233%	26.610%	23.260%	24.549%	24.530%	23.470%	23.462%	41.622%
1.4 Rácio crédito transp. Comunic./c. total		19.521%	17.241%	17.318%	17.314%	18.602%	25.737%	26.986%	22.794%	22.795%	27.240%	27.254%	48.304%
1.5 Rácio crédito/outros sectores/c. total		56.285%	59.380%	59.302%	59.423%	63.787%	56.231%	56.743%	62.154%	62.150%	74.259%	74.242%	54.348%
1.6 Rácio c. total aos sectores/c. total		122.566%	126.011%	126.159%	125.960%	119.935%	106.577%	108.999%	109.496%	109.496%	124.966%	124.978%	144.275%
Ganhos e rendimentos													
Roa	0.14%	-0.82%	-1.69%	0.20%	-0.30%	3.23%	1.62%	0.18%	-0.37%	-0.97%	6.30%	6.40%	4.58%
Roe	0.23%	-1.34%	-2.62%	0.32%	-0.48%	5.28%	2.31%	0.25%	-0.51%	-1.94%	10.02%	10.20%	7.03%
Rácio margem fin./Proveitos totais	24.96%	60.51%	60.05%	42.09%	44.59%	31.57%	29.09%	31.63%	33.06%	33.74%	21.20%	22.38%	23.27%
Rácio juros e custos equiparados/prov. totais	38.87%	63.18%	62.80%	43.91%	46.42%	32.83%	30.34%	32.88%	34.27%	34.92%	21.91%	23.09%	23.98%
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	24.828.00	25.497.00	22.308.00	22.251.00	23.432.00	22.790.00	15.505.00	15.184.00	14.408.00	14.829.00	13.786.00	13.950.00	13.537.00
Disponibilidades à vista	61.986.00	59.368.00	52.983.00	55.505.00	56.982.00	60.477.00	64.703.00	64.213.00	70.739.00	71.633.00	102.663.00	91.477.00	91.251.00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Rácio custos de estrutura/proveitos totais	65.678%	128.672%	132.367%	92.053%	97.843%	72.802%	74.602%	81.428%	84.435%	86.637%	54.581%	56.658%	60.849%
Rácio Custos com pessoal/proveitos totais	35.660%	79.129%	84.578%	58.119%	62.970%	44.829%	46.189%	49.687%	51.398%	52.424%	32.634%	34.478%	36.500%
Rácio custos de estrutura/produto bancário	99.03%	139.24%	142.65%	97.42%	106.28%	93.33%	102.04%	108.82%	110.25%	111.40%	85.35%	86.24%	91.29%

*** BIM Investimento



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Tabela nº 1.7

Leasing ***

Indicadores de solidez financeira consolidado

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Sep-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Rácio de solvabilidade	12,560%	12,305%	12,064%	14,711%	13,964%	13,604%	13,055%	12,555%	12,340%	14,305%	13,956%	13,836%	12,876%
Rácio f. próprios de base/ativos ponder.	11,457%	11,203%	10,959%	12,761%	12,083%	11,738%	11,246%	10,824%	10,597%	12,519%	12,269%	12,136%	11,282%
Qualidade dos activos													
Rácio c. vencido/activo total	8,12%	8,05%	8,49%	8,85%	7,49%	9,42%	8,36%	8,59%	8,18%	8,04%	7,93%	7,44%	7,48%
Rácio c. vencido/f. próprios	90,430%	94,176%	102,489%	87,004%	75,478%	95,571%	100,573%	105,063%	105,692%	94,259%	91,182%	88,687%	95,824%
Rácio de cobert. Provisões espec./créd. vencido	58,017%	58,736%	56,985%	56,615%	68,637%	59,730%	60,479%	59,853%	62,012%	63,956%	68,543%	61,970%	62,210%
Rácio crédito/sectores de actividades													
1.1 Rácio crédito a agrícola/c:total	2,59%	2,59%	2,51%	1,82%	1,80%	2,18%	2,06%	1,94%	1,86%	1,47%	2,13%	2,16%	1,77%
1.2 Rácio Ind transf./c:total	9,66%	9,66%	9,57%	5,87%	9,58%	6,03%	5,94%	5,80%	8,96%	8,81%	8,95%	5,76%	6,80%
1.3 Rácio crédito ao comércio/crédito total	12,70%	12,70%	13,39%	13,46%	13,16%	13,95%	13,80%	15,91%	15,01%	16,14%	15,78%	15,19%	15,57%
1.4 Rácio crédito transp. Comunic./c:total	18,75%	18,75%	17,56%	17,53%	17,37%	17,39%	17,66%	17,06%	16,77%	15,94%	16,80%	16,06%	14,86%
1.5 Rácio crédito/courros sectores/c:total	27,74%	27,74%	27,95%	32,27%	33,41%	32,96%	34,71%	35,48%	36,63%	37,32%	37,04%	38,20%	38,64%
1.6 Rácio c:total aos sectores/c:total	71,44%	71,44%	70,96%	70,95%	76,12%	72,50%	74,17%	76,18%	79,26%	79,66%	80,70%	77,37%	77,64%
Ganhos e rendimentos													
Roa	0,08%	0,23%	0,46%	0,68%	0,78%	0,09%	0,48%	0,41%	0,30%	0,35%	0,64%	1,46%	2,09%
Roe	0,63%	2,73%	5,53%	6,67%	7,86%	0,94%	5,75%	4,99%	3,89%	4,13%	7,38%	17,36%	26,78%
Rácio margem fin./Proveitos totais	48,37%	61,78%	60,93%	61,85%	63,34%	57,53%	59,36%	55,28%	52,24%	49,22%	44,91%	40,44%	34,94%
Rácio juros e custos equitizados/prov:totais	72,30%	81,60%	80,40%	81,31%	83,52%	77,89%	82,19%	82,73%	83,71%	82,70%	78,59%	72,57%	64,73%
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	1,002,729.00	1,051,813.00	1,029,973.00	1,022,392.00	1,020,469.00	1,032,185.00	1,111,060.00	1,263,021.00	1,309,466.00	1,331,036.00	1,336,529.00	1,365,784.00	1,397,430.00
Disponibilidades à vista	1,191,782.00	1,333,214.00	1,125,710.00	1,216,124.00	1,211,246.00	1,189,968.00	1,394,919.00	1,429,387.00	1,458,585.00	1,669,397.00	1,534,714.00	1,751,864.00	1,611,448.00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Rácio custos de estrutural/proveitos totais	27,39%	25,56%	27,20%	26,63%	28,40%	31,45%	26,13%	26,27%	26,00%	25,82%	24,67%	22,28%	20,63%
Rácio Custos com pessoal/proveitos totais	10,00%	11,28%	11,56%	11,01%	11,71%	12,53%	11,16%	10,88%	10,78%	10,51%	9,87%	8,21%	7,74%
Rácio custos de estrutural/produto bancário	54,69%	38,68%	39,28%	39,05%	41,20%	51,50%	42,16%	44,97%	47,97%	50,45%	52,84%	53,95%	55,82%

*** BIMLEASING, BCLLEASING E ABCLLEASING

I V- SISTEMA FINANCEIRO

RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

Tabela n.º 1.8
Cooperativas
Indicadores de solidez financeira consolidado

Anexo n.º 9

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Rácio c. solvabilidade	35.96%	37.51%	37.13%	32.94%	34.53%	43.77%	41.34%	41.82%	38.67%	37.19%	43.38%	41.03%	35.36%
Rácio f. próprios de base/ativos ponder.	35.96%	37.51%	37.13%	32.94%	34.53%	43.77%	41.34%	41.82%	38.67%	37.19%	43.38%	41.03%	35.36%
Qualidade dos activos													
Rácio c. vencido/activo total	0.46%	1.30%	1.85%	1.92%	1.95%	0.98%	0.34%	0.33%	0.33%	0.31%	0.33%	0.52%	0.45%
Rácio c. vencido/f. próprios	5.39%	15.67%	22.49%	23.84%	25.05%	20.52%	7.15%	7.17%	7.85%	7.11%	5.39%	9.36%	7.70%
Rácio de cobert. Provisões espec./créd. vencido	42.45%	17.40%	15.67%	15.17%	15.44%	14.41%	27.31%	27.30%	24.88%	27.45%	27.93%	23.81%	28.77%
Rácio crédito/sectores de actividades													
1.1 Rácio crédito a agricultura/c. total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
1.2 Rácio Ind transf./c. total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
1.3 Rácio crédito ao comércio/crédito total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
1.4 Rácio crédito transp. Comunic./c. total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
1.5 Rácio crédito/outros sectores/c. total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
1.6 Rácio c. total aos sectores/c. total	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Ganhos e rendimentos													
Roa	8.60%	0.74%	1.10%	1.93%	2.28%	1.51%	1.74%	1.96%	2.11%	2.62%	2.89%	3.34%	4.11%
Roe	100.26%	8.99%	13.38%	24.03%	29.35%	31.66%	36.18%	41.94%	50.13%	59.64%	46.49%	60.27%	71.02%
Rácio margem fin./Proveitos totais	66.03%	59.18%	59.92%	57.02%	57.09%	58.86%	50.74%	47.12%	46.97%	45.05%	43.66%	44.98%	43.39%
Rácio juros e custos equiparados/prov. totais	87.54%	93.46%	93.53%	88.90%	88.94%	89.69%	90.46%	91.06%	91.94%	91.30%	91.61%	91.80%	85.99%
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	188.774.00	208.685.00	211.712.00	216.924.00	215.675.00	537.009.00	536.272.00	557.180.00	622.608.00	594.395.00	589.087.00	582.564.00	601.100.00
Disponibilidades à vista	279.788.00	293.717.00	322.985.00	300.460.00	353.063.00	976.483.00	1.028.565.00	1.071.032.00	1.196.591.00	1.165.678.00	1.127.112.00	1.205.837.00	1.161.965.00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Rácio custos de estrutura/proveitos totais	31.35%	25.28%	30.18%	28.24%	30.56%	31.10%	29.69%	28.31%	27.02%	26.11%	26.08%	25.86%	29.57%
Rácio Custos com pessoal/proveitos totais	17.79%	17.35%	18.31%	16.98%	18.68%	18.86%	17.64%	17.14%	16.45%	16.08%	15.82%	15.65%	15.31%
Rácio custos de estrutura/produto bancário	45.13%	39.11%	46.45%	45.50%	49.07%	48.84%	53.99%	55.26%	53.04%	53.32%	54.84%	52.88%	62.92%

**** CPC, TCHUMA E CCC



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003



Tabela nº 1.9

Agregados do Sistema

Indicadores de solidez financeira consolidado

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abri-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Adequação de Capital													
Rácio de solvabilidade ¹	14,15%	15,21%	15,33%	17,02%	17,30%	18,01%	16,81%	16,56%	16,45%	16,49%	16,69%	16,60%	17,03%
Rácio f. próprios de base/ativos ponder.	11,93%	12,44%	12,53%	14,27%	14,38%	15,33%	14,79%	14,59%	14,49%	14,54%	14,76%	14,24%	14,67%
Qualidade dos activos													
Rácio c. vencido/activo total	8,66%	7,31%	7,41%	7,55%	7,95%	7,80%	7,56%	7,06%	7,32%	7,47%	6,42%	5,92%	5,06%
Rácio c. vencido/ f. próprios	124,61%	101,45%	105,24%	96,62%	99,94%	95,20%	104,52%	98,20%	103,21%	102,69%	87,70%	78,44%	66,25%
Rácio de cobert. Provisões espec./créd. vencido	89,79%	94,34%	90,86%	92,57%	88,87%	91,43%	89,44%	91,42%	88,14%	89,30%	90,36%	90,09%	85,93%
Rácio crédito/sectores de actividades													
1.1 Rácio crédito a agrícola/ra:c. total		17,80%	16,67%	16,83%	15,66%	16,34%	16,35%	15,80%	17,54%	17,14%	14,93%	13,29%	12,73%
1.2 Rácio Ind.transf.c. total		22,29%	20,18%	18,81%	18,15%	18,36%	17,43%	16,39%	16,64%	15,90%	16,75%	16,49%	16,94%
1.3 Rácio crédito ao comércio/crédito total		17,64%	17,79%	19,82%	18,71%	18,55%	19,84%	18,17%	19,84%	19,69%	18,08%	18,26%	18,13%
1.4 Rácio crédito transp. Comunic.c. total		8,76%	9,16%	7,56%	7,30%	7,72%	7,71%	8,06%	7,62%	7,16%	8,10%	7,07%	7,08%
1.5 Rácio crédito/outros sectores:c. total		42,90%	45,37%	47,63%	49,08%	44,18%	43,83%	46,07%	40,96%	45,07%	46,51%	45,28%	44,29%
1.6 Rácio c. total aos sectores:c. total		109,36%	109,17%	110,65%	108,91%	105,15%	105,16%	104,43%	102,60%	104,95%	104,37%	100,39%	99,18%
Ganhos e rendimentos													
Roa	1,51%	0,16%	0,25%	0,36%	0,41%	0,47%	0,62%	0,54%	0,62%	0,77%	0,89%	0,88%	1,24%
Roe	21,76%	2,16%	3,59%	4,57%	5,21%	5,70%	8,62%	7,54%	8,79%	10,55%	12,19%	11,68%	16,29%
Rácio margem fin./Proveitos totais	24,79%	24,37%	25,32%	24,57%	24,05%	23,31%	19,12%	17,66%	18,33%	18,43%	18,45%	18,49%	26,00%
Rácio juros e custos equiparados/prov. totais	39,79%	38,03%	38,91%	37,74%	36,66%	35,57%	29,10%	27,84%	28,67%	28,86%	28,72%	28,88%	40,43%
Cobertura das responsabilidades													
Responsabilidades à vista	29.535.401,00	29.447.237,00	30.099.281,00	29.589.981,00	29.353.479,00	30.383.656,00	28.699.220,00	32.014.178,00	31.291.529,00	32.513.689,00	33.583.944,00	33.036.283,00	34.515.166,00
Disponibilidades à vista	30.903.506,00	32.071.772,00	32.650.769,00	32.705.279,00	32.753.204,00	35.331.710,00	33.517.654,00	35.258.844,00	35.662.155,00	34.849.076,00	36.803.778,00	36.782.889,00	37.731.563,00
Sensibilidade (risco de mercado)													
Custos e proveitos													
Rácio custos de estrutura/proveitos totais	26,63%	26,46%	27,42%	27,39%	27,39%	26,48%	21,12%	21,54%	22,03%	22,20%	21,84%	22,12%	31,97%
Rácio Custos com pessoal/proveitos totais	12,09%	11,81%	13,11%	12,75%	12,77%	12,56%	10,09%	10,26%	10,65%	10,69%	10,41%	10,53%	15,09%
Rácio custos de estrutura/produo bancária	70,34%	70,85%	69,95%	72,25%	73,78%	74,11%	73,46%	76,12%	77,18%	75,84%	74,82%	75,36%	75,37%

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Anexo nº 10



I V- SISTEMA FINANCEIRO

Anexo n° 11

Tabela n° 2.0
Quotas de Mercados . Activos

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Bancos comerciais													
Banco Austral	11.866%	11.978%	12.156%	11.797%	11.722%	11.713%	10.974%	11.673%	11.611%	11.994%	11.958%	12.330%	11.554%
BIM	43.819%	44.212%	44.345%	43.608%	43.113%	42.713%	45.862%	44.906%	45.340%	43.129%	42.791%	42.052%	42.497%
BSTM	19.552%	18.216%	18.080%	18.379%	18.153%	17.975%	17.165%	17.620%	16.924%	17.849%	18.371%	18.094%	18.098%
BFomento	7.141%	7.309%	7.179%	7.282%	7.135%	7.022%	6.643%	6.776%	6.729%	6.857%	6.670%	6.827%	0.000%
BCI	12.262%	12.737%	12.757%	13.055%	13.506%	13.761%	12.863%	12.732%	12.858%	13.550%	13.634%	13.660%	21.131%
ABC	1.416%	1.522%	1.368%	1.530%	1.443%	1.554%	1.776%	1.634%	1.721%	1.849%	1.923%	1.934%	1.879%
UCB	1.822%	2.051%	1.878%	2.022%	2.546%	2.793%	2.353%	2.152%	2.307%	2.222%	2.189%	2.464%	2.224%
ICB	0.480%	0.444%	0.438%	0.563%	0.529%	0.561%	0.562%	0.523%	0.537%	0.560%	0.482%	0.439%	0.438%
BDCM	1.084%	1.152%	1.168%	1.128%	1.213%	1.204%	1.149%	1.221%	1.201%	1.229%	1.259%	1.416%	1.452%
NovoBanco	0.205%	0.202%	0.209%	0.204%	0.210%	0.212%	0.204%	0.289%	0.382%	0.357%	0.301%	0.307%	0.281%
BMI	0.334%	0.388%	0.423%	0.431%	0.430%	0.494%	0.448%	0.473%	0.390%	0.405%	0.421%	0.478%	0.445%
Total de bancos comerciais	100.000%												
BIMInvestimento	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%
Total de bancos de investimento	100.000%												
BIML Leasing	74.867%	75.196%	74.884%	74.711%	74.702%	74.987%	78.048%	78.013%	76.487%	75.694%	76.405%	76.594%	78.293%
ABC Liasing	14.239%	14.141%	13.807%	13.682%	13.372%	12.612%	10.683%	10.066%	9.509%	9.959%	9.178%	8.873%	8.024%
BCI Leasing	10.894%	10.664%	11.309%	11.597%	11.926%	12.401%	11.269%	11.921%	14.004%	14.347%	14.417%	14.532%	13.683%
Total de Leasings	100.000%												
CPC	87.520%	88.742%	88.831%	88.954%	83.674%	91.790%	91.881%	91.748%	92.223%	91.995%	90.646%	90.712%	91.162%
TCHUMA	12.480%	11.258%	11.169%	11.046%	10.560%	5.447%	5.360%	5.624%	5.348%	5.609%	6.909%	6.970%	7.182%
CAIXA Cooperativa de credito	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	5.766%	2.763%	2.759%	2.628%	2.429%	2.396%	2.445%	2.318%	1.656%
Total de Cooperativas	100.000%												
TOTAL AGREGADO													



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003

I V- SISTEMA FINANCEIRO

Tabela n° 2.1
Quotas de Mercados . Depósitos

Anexo n° 12

Bancos comerciais	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Banco Austral	9.129%	9.355%	9.357%	9.573%	9.410%	9.314%	9.563%	10.277%	10.640%	10.426%	10.238%	10.218%	9.456%
BMI	45.299%	46.739%	47.130%	45.548%	44.651%	44.990%	44.517%	43.724%	42.809%	42.940%	42.653%	44.160%	45.045%
BSTM	22.095%	19.794%	19.881%	20.132%	20.067%	19.565%	20.115%	20.139%	19.984%	20.311%	21.503%	20.594%	20.209%
Bfomento	7.553%	7.555%	7.385%	7.740%	7.586%	7.546%	7.462%	7.313%	7.689%	7.358%	7.114%	7.020%	0.000%
BCI	11.433%	11.678%	11.584%	11.957%	12.614%	12.620%	12.561%	12.732%	13.082%	13.422%	13.161%	12.566%	19.871%
ABC	1.288%	1.221%	1.204%	1.316%	1.422%	1.412%	1.528%	1.559%	1.310%	1.468%	1.614%	1.608%	1.806%
UCB	1.296%	1.638%	1.400%	1.491%	1.807%	2.001%	1.738%	1.612%	1.791%	1.544%	1.352%	1.537%	1.406%
ICB	0.441%	0.360%	0.366%	0.480%	0.492%	0.571%	0.568%	0.538%	0.559%	0.532%	0.388%	0.368%	0.352%
BDCM	1.080%	1.193%	1.183%	1.216%	1.339%	1.372%	1.348%	1.436%	1.466%	1.381%	1.299%	1.295%	1.212%
NovoBanco	0.078%	0.086%	0.133%	0.155%	0.204%	0.214%	0.218%	0.237%	0.240%	0.213%	0.196%	0.189%	0.177%
BMI	0.312%	0.362%	0.375%	0.393%	0.408%	0.393%	0.381%	0.432%	0.429%	0.404%	0.412%	0.445%	0.466%
Total de bancos comerciais	100.000%												
BMINvestimento	#DIV/0!												
Total de bancos de investimento	0.000%	#DIV/0!											
BIML Leasing	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	#DIV/0!
ABC Leasing	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	#DIV/0!
BCI Leasing	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	#DIV/0!
Total de Leasings	0.000%	#DIV/0!											
CPC	99.683%	99.777%	99.800%	99.651%	99.306%	99.200%	99.117%	99.021%	98.374%	98.929%	98.883%	98.924%	99.072%
TCHUMA	0.317%	0.223%	0.200%	0.349%	0.574%	0.572%	0.521%	0.573%	0.549%	0.530%	0.563%	0.547%	0.452%
CAIXA Cooperativa de credito	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.120%	0.228%	0.362%	0.404%	1.077%	0.542%	0.552%	0.530%	0.476%
Total de Cooperativas	100.000%												
TOTAL AGREGADO	100.000%												



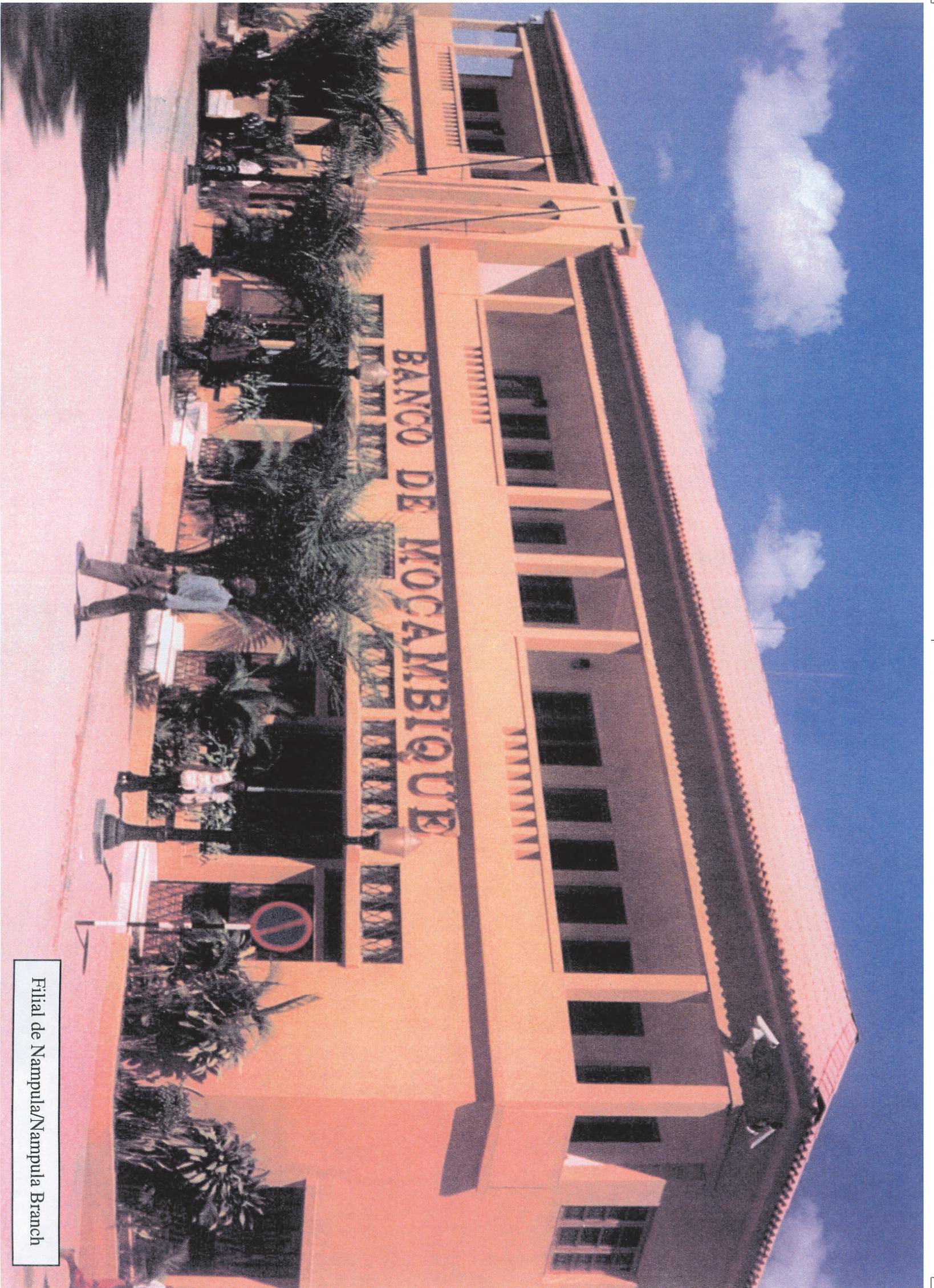
Anexo n° 13

Tabela n° 2.2
Quotas de Mercados . Crédito

	Dez-02	Jan-03	Fev-03	Mar-03	Abr-03	Mai-03	Jun-03	Jul-03	Ago-03	Set-03	Out-03	Nov-03	Dez-03
Bancos comerciais													
Banco Austral	6.142%	5.999%	5.571%	5.040%	5.152%	4.624%	4.526%	4.493%	4.454%	4.628%	4.739%	4.398%	4.787%
BIM	47.495%	46.546%	45.718%	45.417%	44.727%	44.213%	44.462%	44.288%	43.630%	43.855%	42.744%	41.451%	42.173%
BSTM	11.998%	11.080%	11.335%	11.417%	10.548%	10.395%	9.870%	9.875%	9.605%	9.543%	9.551%	10.100%	10.292%
BFomento	9.334%	10.292%	10.143%	10.358%	9.931%	10.250%	9.740%	9.289%	8.904%	8.908%	8.755%	10.519%	0.000%
BCI	16.035%	17.045%	18.002%	18.455%	18.818%	19.377%	19.800%	19.712%	20.484%	20.520%	21.138%	20.354%	30.181%
ABC	1.397%	1.503%	1.583%	1.566%	1.547%	1.852%	1.801%	1.975%	2.130%	2.295%	2.568%	2.607%	2.526%
UCB	4.168%	4.476%	4.515%	4.550%	5.986%	5.818%	6.164%	6.381%	6.768%	6.117%	6.243%	6.333%	5.615%
ICB	0.330%	0.322%	-0.350%	0.338%	0.324%	0.306%	0.346%	0.351%	0.342%	0.360%	0.379%	0.382%	0.386%
BDCM	1.640%	1.827%	1.861%	1.938%	2.015%	2.137%	2.161%	2.457%	2.476%	2.545%	2.651%	2.535%	2.697%
NovoBanco	0.475%	0.478%	0.478%	0.468%	0.449%	0.447%	0.458%	0.468%	0.507%	0.535%	0.564%	0.572%	0.606%
BMI	0.386%	0.432%	0.444%	0.452%	0.504%	0.582%	0.673%	0.710%	0.699%	0.695%	0.667%	0.748%	0.737%
Total de bancos comerciais	100.000%												
BIMInvestimento	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%	100.000%
Total de bancos de Investimento	100.000%												
BIML Leasing	75.473%	86.974%	75.358%	75.466%	76.589%	75.152%	76.196%	75.700%	75.634%	75.093%	74.659%	75.394%	75.868%
ABC Leasing	13.185%	0.000%	12.471%	12.181%	12.307%	11.755%	11.044%	10.459%	10.068%	9.664%	10.042%	9.570%	8.673%
BCI Leasing	11.342%	13.026%	12.172%	12.352%	11.103%	13.083%	12.760%	13.841%	14.298%	15.243%	15.299%	15.036%	15.439%
Total de Leasings	100.000%												
CPC	56.902%	57.492%	56.816%	60.043%	60.056%	58.870%	59.444%	61.665%	61.329%	63.216%	63.091%	61.062%	62.708%
TCHUMA	43.098%	42.508%	43.184%	39.957%	39.944%	41.130%	40.556%	38.335%	38.671%	36.784%	36.909%	38.938%	37.292%
CAIXA Cooperativa de credito	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%	0.000%
Total de Cooperativas	100.000%												
TOTAL AGREGADO													



RELATÓRIO ANUAL BM
12 (12): 64 - 103 DEZ. 2003



Filial de Nampula/Nampula Branch

